



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

LAFETE ALMEIDA DE OLIVEIRA

JUVENTUDE E DESAFIOS DO ACESSO AO EMPREGO NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO: A EXPERIÊNCIA DO CEARÁ NA INCLUSÃO DE JOVENS
APRENDIZES NO MERCADO DE TRABALHO

FORTALEZA – CEARÁ

2015

LAFATE ALMEIDA DE OLIVEIRA

JUVENTUDE E DESAFIOS DO ACESSO AO EMPREGO NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO: A EXPERIÊNCIA DO CEARÁ NA INCLUSÃO DE JOVENS
APRENDIZES NO MERCADO DE TRABALHO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Francisca Rejane Bezerra Andrade.

FORTALEZA – CEARÁ

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Oliveira, Lafaete Almeida de.

Juventude e desafios do acesso ao emprego no brasil contemporâneo[recurso eletrônico] : a experiência do ceará na inclusão de jovens aprendizes no mercado de trabalho / Lafaete Almeida de Oliveira . – 2015.

1 CD-ROM : il. ; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 158 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2015.

Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientação: Profa. Dra. Francisca Rejane Bezerra Aldrade.

1. Juventude. 2. Trabalho. 3. Qualificação profissional. I. Título.

LAFIETE ALMEIDA DE OLIVEIRA

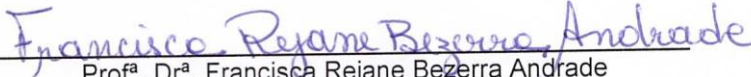
JUVENTUDE E DESAFIOS DO ACESSO AO EMPREGO NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO: A EXPERIÊNCIA DO CEARÁ NA INCLUSÃO DE JOVENS
APRENDIZES NO MERCADO DE TRABALHO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

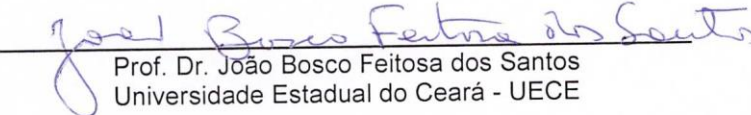
Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 24/06/2015

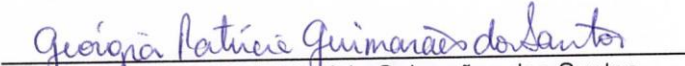
BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Francisca Rejane Bezerra Andrade
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. João Bosco Feitosa dos Santos
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof^a. Dr^a. Geórgia Patrícia Guimarães dos Santos
Universidade Federal de Fortaleza - UFC

Aos que na tentativa de me fazer desistir da caminhada, me impondo limites e obstáculos, me propiciaram o desejo da transformação, do ser criativo, do superar limites, e assim contribuíram para que eu criasse “asas” para voar em busca de transformar os sonhos em realidade, de tornar possível o que me foi apresentado como intransponível.

AGRADECIMENTOS

A caminhada rumo à emancipação humana, na condição de sujeito histórico e de direito, é uma trajetória na vida que não nos é imposta, trata-se de uma escolha.

Neste sentido, ao escolhermos por meio do conhecimento e do acesso ao saber, construir pontes que levam a nós e a outros ao caminho da dignidade, do respeito, não o fazemos sozinhos, esta decisão nos é ofertada pela influência benéfica daqueles que de alguma forma constrói conosco esta caminhada, são estas razões que me levam a dizer muito obrigado, a:

Minha mãe pelo amor fraterno, pelo respeito, o olhar amoroso que me encoraja a cada instante a seguir em frente.

Meu pai, que me ensina no dia a dia a valorizar as pequenas coisas, a enxergar longe, a caminhar com dignidade, que me acompanha e que me expira a busca pelo conhecimento, como sinônimo de construção de autonomia e respeito.

Aos amigos, apoiadores, companheiros de trabalho, de militância, que no dia a dia me ajudam a construir esta trajetória de respeito e de busca pela cidadania e que me impulsionam a ir cada vez mais longe.

A Prof.^a Dr.^a Francisca Rejane Bezerra Andrade, que me apresentou a magia da educação profissional, como fonte constante de inspiração e de aprimoramento.

Por fim aos jovens, em especial aqueles que convivem em seu dia a dia com as situações mais adversas possíveis, e que são chamados constantemente a desistirem, mas que resistem e buscam construir uma trajetória de vida que os levem a dignidade, a autonomia e ao reconhecimento, em sua diversidade, singularidade e respeito enquanto agentes de transformação.

“Eu acredito é na rapaziada, que segue em frente e segura o rojão. Eu ponho fé é na fé da moçada, que não foge da fera e enfrenta o leão. Eu vou à luta com essa juventude, que não corre da raia a troco de nada. Eu vou no bloco dessa mocidade que não tá na saudade e constrói a manhã desejada”.

(Gonzaguinha).

RESUMO

O desafio que a juventude encontra para adentrar o mundo profissional, no Brasil contemporâneo, envolve uma série de fatores que contribuem historicamente para dificultar a tão sonhada experiência do primeiro emprego, considerando que, nem mesmo a experiência de crescimento econômico e elevação do emprego, vivenciado pelo País na última década, foram suficientes para romper com o cenário desfavorável para o acesso da juventude no mercado de trabalho. Neste sentido, o presente estudo teve como objetivo identificar as políticas públicas de qualificação profissional e trabalho, direcionado para a juventude no Brasil contemporâneo. O estudo empírico corrobora para o que indica o arcabouço teórico: a exclusão do jovem do mundo no trabalho tem cor, sexo e escolaridade, exigindo, assim, por parte das autoridades competentes um olhar diferenciado no momento da formulação de políticas públicas de geração de emprego e renda pensada para a juventude. Para o alcance de nossos objetivos, utilizou-se como metodologia a análise documental e estudo de caso do projeto Primeiro Passo, desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), no âmbito do município de Fortaleza-Ceará nos anos de 2013 e 2014.

Palavras-chave: Juventude; Trabalho; Qualificação profissional.

ABSTRACT

The challenge that the youth is to enter the professional world, in contemporary Brazil, involves a number of factors that historically contribute to hinder the long awaited experience their first job, considering that even the experience of economic growth and rising employment, experienced the country in the last decade were enough to break the unfavorable scenario for the youth's access in the labor market. In this sense, this study aimed to identify public policies of qualification and professional level work, directed to youth in contemporary Brazil. The empirical study corroborates which indicates the theoretical framework: the exclusion of the youth of the labor market has color, gender and education, thus requiring by the competent authorities a different look at the time of formulation of public policies for employment generation and income meant for youth. To achieve our goals, we used as a methodology document analysis and as case study Primeiro Passo Project, developed by the Government of the State of Ceará, through the Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) – Labour and Social Development Secretariat –, in the city of Fortaleza, Ceará, in 2013 and 2014.

Keywords: Youth; Work; Professional qualification.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Projeto Primeiro Passo: tipo de atendimento por linhas de ação.....	20
Quadro 2 – Projetos de qualificação profissional na modalidade FIC desenvolvidos na STDS no período 2007-2014 – características.....	71
Quadro 3 – Projetos de qualificação profissional na modalidade FIC desenvolvidos na STDS no período 2007-2014 – meta de atendimento.....	72
Quadro 4 – Dimensões do Plano Nacional de Qualificação (PNQ).....	95
Quadro 5 – Mecanismos de implementação do Plano Nacional de Qualificação (PNQ).....	96
Quadro 6 – Potencial de Contratação de Aprendizizes por UF (BRASIL).....	114
Quadro 7 – Contratações de Aprendizizes por Atividade Econômica Ano 2013 (BRASIL).....	117
Gráfico 1 – Situação educacional dos jovens – Brasil – 2002-2012.....	42
Gráfico 2 – Evolução do Emprego Formal, segundo a RAIS – Brasil – 2003 a 2013.	44
Gráfico 3 – Variação absoluta do emprego formal, por grau de instrução – Brasil – 2013.....	44
Gráfico 4 – Variação anual do PIB – Brasil – 2000 a 2013 – (em %).....	45
Gráfico 5 – Taxa média de desemprego anual – Brasil (em %).....	46
Gráfico 6 – Taxa de desemprego entre jovens de 15 a 29 anos: Brasil – 2003 a 2013 (em %).....	47
Gráfico 7 – Evolução da movimentação anual dos admitidos no ano: Brasil – 2002 a 2013 (em milhões de vínculos).....	60
Gráfico 8 – Quantidade de matrícula no PRONATEC – Brasil 2011-2014.....	99
Gráfico 9 – Matrícula PRONATEC/BSM: regiões do Brasil (%).....	103
Gráfico 10 – Evolução das Matrículas PRONATEC/BSM – Brasil – 2012-2014.....	104
Gráfico 11 – PRONATEC–Aprendiz - Execução Ceará 2014.....	109
Gráfico 12 – Evolução dos Contratos de Aprendizagem Profissional – Brasil – 2005-2013.....	113
Gráfico 13 – Contratação de Aprendizizes conforme sexo – Brasil – 2013 – (%).....	116
Gráfico 14 – Nº de Aprendizizes Contratados, segundo escolaridade – Brasil – 2013....	116
Gráfico 15 – Nº de aprendizes contratados por idade – Brasil – 2013.....	118

Gráfico 16 – Jovens Primeiro Passo Aprendiz, segundo faixa etária (%).....	122
Gráfico 17 – Jovens Primeiro Passo Aprendiz, segundo sexo (%).....	122
Gráfico 18 – Jovens Primeiro Passo Aprendiz, segundo grau de escolaridade – 2013/ 2014.....	123
Gráfico 19 – Jovens Primeiro Passo Aprendiz, conforme cor/raça (%).....	124
Gráfico 20 – Renda mensal média da família (%).....	125
Gráfico 21 – Origem da renda da família Jovem Aprendiz (%).....	126
Gráfico 22 – Participação da Família do Jovem Aprendiz em Programas de Trans- ferência de Renda do Governo Federal (%).....	127
Gráfico 23 – Inserção do Egresso do Projeto Primeiro Passo (%).....	129
Gráfico 24 – Jornada de trabalho do egresso do Projeto Primeiro Passo.....	132
Gráfico 25 – Rendimento mensal do egresso do Projeto Primeiro Passo (R\$).....	133
Gráfico 26 – Tipo de vínculo do egresso do Projeto Primeiro Passo.....	134
Gráfico 27 – Inserção do egresso do Projeto Primeiro Passo – Setor Econômico.....	135
Figura 1 – Atores no processo de pactuação de vagas PRONATEC/BSM.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valor Aplicação Global FECOP: Projeto Primeiro Passo (2007-2014).....	19
Tabela 2 – Nº de empregos no Brasil em 31/12/2007: variação absoluta e relativa por setores de atividade econômica.....	34
Tabela 3 – Evolução do estoque de empregos formais por faixa etária – Ceará – 2002 e 2012.....	67
Tabela 4 – Projetos de qualificação profissional na modalidade FIC desenvolvidos na STDS – investimentos no período 2007-2014.....	73
Tabela 5 – Atendimento Projeto Primeiro Passo, por macrorregião – Ceará: 2013/2014.....	120
Tabela 6 – Número de Alunos Matriculados por Cursos – Fortaleza e RMF: 2013/2014.....	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APLs	Arranjos Produtivos Locais
BC	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
BSM	Brasil Sem Miséria
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil
CCPIS	Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social
CEB	Câmara de Educação Básica
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNAP	Cadastro Nacional de Aprendizagem
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CONAP	Catálogo Nacional da Aprendizagem Profissional
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CR\$	Cruzeiro Real
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EI	Empreendedor Individual
EP	educação profissional
EPT	Educação Profissional Tecnológica
ETAC	Entrevista por Telefone Assistida por Computador
FAO	Food and Agriculture Organization
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FECOP	Fundo Estadual de Combate à Pobreza
FIC	Formação Inicial e Continuada
FMI	Fundo Monetário Internacional

GEF	Gerência Executiva do FECOP
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESQ	Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Qualificação Profissional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEP	Instituto de Educação Portal
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAPP	Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTb	Ministério do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARCs	Parcerias Nacionais e Regionais
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PEQs	Planos Estaduais de Qualificação
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PLANSEQs	Planos Setoriais de Qualificação
PLANTEQs	Planos Territoriais de Qualificação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNJ	Política Nacional de Juventude
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PPA	Plano Plurianual
PROESQs	Projetos Especiais de Qualificação
PROJOVEM	Programa Nacional de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
QSP	Qualificação Social e Profissional
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SEBRAE	Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEPLAG	Secretaria do Planejamento e Gestão
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SIAP	Sistema Integrado de Acompanhamento e Monitoramento de Projetos e Atividades
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SINE/CE	Sistema Nacional de Emprego do Ceará
SIUP	serviços industriais de utilidade pública
SM	Salário Mínimo Nacional
SMPE	Secretaria da Micro e Pequena Empresa
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SRTE/Ce	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCE	Termo de Compromisso de Estágio
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URV	Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO PRIMEIRO PASSO.....	18
1.1.1	Aprendizagem profissional – marco legal e conceitual.....	21
1.2	METODOLOGIA.....	23
1.2.1	Universo da pesquisa.....	26
2	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, JUVENTUDE E EMPREGO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	29
2.1	JUVENTUDE E AS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.....	30
2.2	JUVENTUDE E PERSPECTIVAS DO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: GLOBALIZAÇÃO, FLEXIBILIZAÇÃO E ROTATIVIDADE.....	48
2.3	POPULAÇÃO JUVENIL NO CEARÁ: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA INCLUSÃO.....	61
2.3.1	Projetos de Formação Inicial e Continuada no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS).....	70
3	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE E EDUCAÇÃO PROFIS- SIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI.....	75
3.1	JUVENTUDE OU JUVENTUDES EM BUSCA DA IDENTIDADE.....	76
3.2	JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO.....	78
3.3	A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL PÓS 1996 – UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC).....	84
3.3.1	A Política de Educação Profissional no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).....	87
3.3.1.1	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR).....	88
3.3.1.2	Plano Nacional de Qualificação (PNQ).....	91
3.4	PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPRE- GO (PRONATEC).....	98
3.4.1	PRONATEC – Brasil Sem Miséria (PRONATEC/BSM).....	100
3.4.2	PRONATEC – seguro desemprego.....	105

3.4.3	PRONATEC – Jovem Aprendiz – Micro e Pequena Empresa.....	107
4	APRENDIZAGEM PROFISSIONAL – LIMITES E POSSIBILIDADES PARA INCLUSÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO – A EXPERIÊNCIA DO CEARÁ ATRAVÉS DO PROJETO PRIMEIRO PASSO – JOVEM APRENDIZ.....	112
4.1	PANORAMA NACIONAL DA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL.....	113
4.2	PROJETO PRIMEIRO PASSO – O CASO DO CEARÁ.....	119
4.2.1	Perfil do público atendido.....	121
4.3	CONDIÇÕES DE EMPREGABILIDADE DO EGRESSO.....	128
5	CONCLUSÃO.....	137
	REFERÊNCIAS.....	142
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	154
	ANEXO – CADASTRO DE INSCRIÇÃO DE JOVENS.....	157

1 INTRODUÇÃO

A juventude tem sido objeto constante de estudos nos últimos tempos, compreender este importante segmento etário da população e sua relação com a sociedade atual tem se tornado um desafio para pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento.

No campo das políticas sociais, o tema tem estado em constante debate na última década, em especial no que envolve a construção de políticas públicas direcionadas especificamente para a juventude, além disso, tem sido implementado diversos programas em todas as esferas de governo, buscando apresentar para este segmento etário da população (15 a 29 anos), respostas satisfatórias às suas angústias e necessidades.

Compreender qualquer ação governamental direcionada para o público jovem nos dias atuais passa, indiscutivelmente, pela análise do processo histórico de construção da Política Nacional de Juventude (PNJ) amplamente debatida e defendida pelos grupos jovens organizados no país.

Ao discutir políticas públicas para juventude não se pode deixar de lado a dimensão do mercado de trabalho e suas características excludentes para jovens, uma vez que o acesso destes às oportunidades de inserção no meio profissional tem limitações e sofre influências de natureza étnica, etária, de gênero, geográfica e de condição econômica.

Neste campo, o acesso do jovem ao mercado de trabalho não nos parece ser uma ação isolada, mas que tem como problemática principal uma única variável: ser jovem. A dificuldade que a juventude encontra para adentrar o mundo profissional envolve uma série de fatores que contribuem para dificultar a tão sonhada experiência do primeiro emprego.

O aprofundamento dos estudos nesta área nos permitiu analisar que a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil, nos últimos anos, tem passado por transformações importantes, que vão desde a precarização das relações de trabalho influenciadas pelo receituário neoliberal imposto ao país, até questões que envolvem crescimento econômico, investimentos públicos em educação e qualificação profissional.

O entendimento da dinâmica das políticas públicas desenvolvidas para a juventude, em especial aquelas específicas para a formação profissional e inserção no mundo do trabalho, torna-se relevante na agenda pública atual, uma vez que, por meio delas, é possível a intervenção do poder público na articulação e execução de ações que compreendam a juventude em sua singularidade e integralidade.

Buscando corroborar para a compreensão do tema, o presente estudo apresenta em seu escopo a identificação das políticas públicas de trabalho e juventude, onde o processo de

construção dos dados abordou a análise das categorias de juventude, trabalho e qualificação profissional, lançando um olhar sobre o Projeto Primeiro Passo desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS).

Nesta perspectiva, o objetivo central de nosso estudo foi a identificação da eficácia do Projeto Primeiro Passo, a partir da capacidade de inserção de seus egressos no mercado de trabalho formal. Na busca pelo alcance deste objetivo, foi possível ainda o conhecimento do perfil socioeconômico dos jovens atendidos através do Projeto.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO PRIMEIRO PASSO

O Projeto Primeiro Passo está vinculado à Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Ceará, atende a jovens de 16 a 24 anos, matriculados e egressos do ensino médio em escolas públicas e com renda per capita familiar de até meio salário mínimo e financiado com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP)¹.

O Projeto Primeiro Passo tem como objetivo a inclusão social e profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal, associado à oferta de qualificação profissional nas modalidades de formação inicial e continuada com as oportunidades de geração de emprego e renda, seja por meio do ingresso no mercado de trabalho formal, seja pela via de outras alternativas geradoras de renda.

O Projeto atende as diretrizes do Governo do Estado do Ceará no que se refere à prioridade de atendimento para o segmento da juventude, em especial aquela parcela da população jovem mais vulnerável do estado, é executado de forma articulada com as demais ações de Governo, contribuindo para a inserção dos jovens cearenses no mercado de trabalho, por meio da qualificação social e profissional. E sua execução contribui para o alcance dos resultados estratégicos de Governo: Ceará competitivo nas suas vocações e nas novas oportunidades e os Resultados Estratégicos Setoriais no que se refere a Geração de Oportunidades de trabalho, emprego e renda, previstas no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 (CEARÁ, 2012).

¹ O Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) foi instituído pela Lei complementar Nº 37, de 26 de novembro de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 27.379 de 1º de março de 2004. O FECOP destina-se a complementar financeiramente projetos de transferência de renda e de infraestrutura básica, social e produtiva. Esses projetos são demandados pela comunidade assistida, sendo selecionados e executados pelas Secretarias Setoriais, em parceria com o Poder Público Municipal, ONGs e comunidades. Em seguida é analisado técnica e economicamente pela Gerência Executiva do FECOP (GEF) e submetidos para aprovação no Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS).

O Projeto no período de 2007-2014, contou com recursos do FECOP, tendo ocorrido investimentos na ordem de R\$ 57,9 milhões, e sido beneficiado em torno de 48 mil jovens, nas linhas de ação, estagiário, bolsista e aprendiz.

A área de abrangência do Projeto é Fortaleza e Região Metropolitana (RMF), assim como o interior do estado, atendendo assim as 8 macro regiões administrativas do Estado do Ceará.

Do valor total de recursos aplicados 58,37% foram investido especificamente na linha de ação jovem aprendiz, o que representa o atendimento de 17.500 jovens na linha de ação aprendiz, deste total 8.239 foram atendidos em Fortaleza.

**Tabela 1 – Valor Aplicação Global FECOP:
Projeto Primeiro Passo (2007-2014)**

Fonte de Financiamento	Valor 2007-2010	Valor 2011-2014
FECOP (10)	25.283.986,54	32.624.163,91
VALOR TOTAL	57.908.150,45	

Fonte: Elaborada pelo autor, com base na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS)/Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG)/Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários (MAPP)/Sistema Integrado de Acompanhamento e Monitoramento de Projetos e Atividades (SIAP).

O Governo do Estado do Ceará tem fortalecido as atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto Primeiro Passo, com um crescente aporte de recurso o que tem variado em torno de 4,5% ao ano, contribuindo assim para que o projeto se apresente como um diferencial no atendimento a população jovem do estado, em especial aqueles com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

O Projeto Primeiro Passo, busca em sua metodologia desenvolver estratégias inovadoras que gerem impacto na superação da pobreza e desigualdade, a partir do potencial identificado, conciliando modernidade com inclusão social.

Dentre estas estratégias destaca-se o desenvolvimento de ações de qualificação profissional como forma de ampliar as oportunidades de trabalho, para o cumprimento de seus objetivos o Projeto Primeiro Passo distribuiu suas atividades em 3 linhas de ação diferentes: Jovem Aprendiz, Jovem Estagiário e Jovem Bolsista, buscando assim atender as mais diversas características de seu público alvo, mantendo em cada linha de ação características específicas

que levam em consideração, idade, escolaridade e articulação com o mercado de trabalho, conforme detalhado no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Projeto Primeiro Passo: tipo de atendimento por linhas de ação

LINHA DE AÇÃO	CARACTERÍSTICA DO PÚBLICO	DEFINIÇÃO DA AÇÃO
Jovem Aprendiz	Jovens na faixa etária entre 16 e 24 anos, cursando o 3º ano ou concludentes do ensino médio em escolas públicas.	Oferta de formação inicial e continuada em programas de aprendizagem com oferta de cursos nas áreas de auxiliar administrativo, alimentador de linha de produção, agente operacional de turismo, auxiliar de serviço de alimentação, auxiliar de logística, cobrador e costureiro industrial. A carga horária total é de 1.280 horas, sendo 400 horas de formação teórica concomitante com 880 horas de prática nas empresas por meio de contrato de aprendizagem, a carga horária é dividida em 8 horas semanais de teoria com 20 horas de prática na empresa, os contratos de aprendizagem são de 12(doze) meses, a remuneração média é de R\$ 475,00 reais/mês paga pelas empresas. Os jovens recebem do Projeto, além da formação, fardamento, lanche e material didático. Os contratos de aprendizagem são regidos pela Lei da Aprendizagem – Lei nº 10.097/2000.
Jovem Estagiário	Destinado a jovens de 16 a 21 anos, cursando o 1º e 2º anos do ensino médio de escolas públicas.	Os jovens passam por um processo de seleção, com participação em oficinas de orientação para o trabalho e em seguida são encaminhados para contrato de estágio conforme estabelece a Lei Federal 11.728/2008 (Lei do Estágio). O vínculo empregatício ocorre por meio de Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e tem duração de 12 meses, a carga horária diária de trabalho é de 4 (quatro) horas trabalhadas. Não existe qualificação profissional durante o período de estágio, no entanto os jovens são acompanhados pela equipe de supervisão do Projeto. O jovem é encaminhado para empresas públicas e privadas e recebe ainda fardamento com identificação do Projeto a ser usado durante as atividades laborais.
Jovem Bolsista	Atende a jovens de 16 a 29 anos, estudantes do 8º e 9º anos do ensino fundamental, e alunos da EJA modalidade (EJA III, IV e V).	Nesta linha de ação não ocorre inserção no mercado de trabalho, durante o curso, é desenvolvido apenas a oferta de qualificação profissional em cursos de formação inicial e continuada (FIC) que são definidos de acordo com o potencial econômico do local em que está sendo realizado. A carga horária do curso é de 256 horas de atividades, distribuídas em 100 horas de formação específica e 156 horas de formação básica, que inclui noções de cidadania, direitos humanos, protagonismo juvenil e conhecimento do mundo do trabalho. Os jovens tem direito a uma bolsa capacitação paga pelo Governo do Estado no valor de R\$ 100,00(cem reais) mês durante o período de realização do curso que é de 4 (quatro) meses. Os benefícios para os jovens além da bolsa capacitação incluem ainda: Fardamento, lanche, material didático.

Fonte: Elaborada pelo autor, com base na STDS.

A escolha do Projeto Primeiro Passo para nosso estudo de caso, se deu pelo fato deste projeto desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará se apresentar como uma alternativa, tanto na formação inicial de jovens, como sendo uma oportunidade concreta de sua inserção laboral por meio da aprendizagem para jovens na faixa etária entre os 16 e 24 anos residentes em Fortaleza e região metropolitana.

Outro elemento importante a ser considerado na escolha do Projeto Primeiro Passo como nosso objeto de estudo tem a ver com o perfil do público atendido, que se constitui de jovens de baixa renda, e que apresentam características semelhantes às que os estudos apontam como sendo as de maiores dificuldades para inserção no mundo do trabalho: mulheres e negros, oriundos de famílias com baixos rendimentos.

1.1.1 Aprendizagem profissional – marco legal e conceitual

O Projeto Primeiro Passo em sua linha de ação Aprendiz (foco de nosso estudo empírico) foi pensando em consonância com a legislação vigente, encontra na Lei nº 10.097/2000, no Decreto nº 5.598/2005 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) seu amparo legal, essa legislação é clara e precisa no que tange a aprendizagem, segundo definição do ECA em seu artigo 62, a aprendizagem é a formação técnico-profissional ministrada ao adolescente ou jovem segundo as diretrizes e bases legais da legislação de educação em vigor, implementada por meio de um contrato de aprendizagem.

O Decreto Federal nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, determina que todas as empresas de médio e grande porte contratem um número de aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e um máximo de 15% do seu quadro de funcionários cujas funções demandem formação profissional, o limite fixado não se aplica, de forma obrigatória, no caso das micro e pequenas empresas e das entidades sem fins lucrativos e que tenha por objetivo a educação profissional. As empresas públicas e as sociedades de economia mista também estão obrigadas a contratar aprendizes portanto a contratação de aprendiz por parte das empresas é uma obrigação legal.

Cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a regulamentação e fiscalização e normatização dos cursos de aprendizagem e inserção de jovens aprendizes no mercado de trabalho, para o alcance destes objetivos o MTE estabelece as diretrizes curriculares para o desenvolvimento dos cursos e programas de aprendizagem, classificados no âmbito da educação profissional como cursos de formação inicial e continuada, ofertada de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Conforme o MTE (BRASIL, 2014a, p. 14), em seu “Manual da aprendizagem”,

Entende-se por aprendizagem profissional em nível de formação inicial o programa de aprendizagem voltado para a qualificação em determinada e específica função, sendo o horário de trabalho mínimo teórico calculado com base na carga horária do curso de nível técnico médio correspondente, conforme classificação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, instituído pela Resolução nº 3, de 9 de julho de 2008, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Em caso de não

existir curso para o mesmo itinerário formativo no referido Catálogo, as horas destinadas à teoria na entidade formadora deverão somar o mínimo de 400h (quatrocentas horas).

A aprendizagem é estabelecida pela Lei nº 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.598/2005. Estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos. Trata-se de um contrato especial de trabalho por tempo determinado, de no máximo dois anos. Exceto para aos aprendizes com deficiência, não se aplica o limite de 24 anos de idade para sua contratação, podendo ainda ser ultrapassado o tempo máximo de dois anos para o contrato especial de trabalho.

A Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, Art. 18 (BRASIL, 2005b) e o Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, Art. 3º (BRASIL, 2005a) dizem que o

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. (Lei 11.180, Artigo 18 – que altera o Artigo 428 da CLT).

De acordo com a legislação vigente, a cota de aprendizes está fixada entre 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, por estabelecimento, calculada sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional, cabendo ao empregador, dentro dos limites fixados, contratarem o número de aprendizes que melhor atenda às suas necessidades. E ainda:

Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (Lei 10.097/2000, Artigo 1 - que altera o Artigo 429 da CLT) (BRASIL, 2000a).

Para efeito dos cálculos do número de aprendizes a serem contratados pelas empresas as funções gerenciais, as de nível superior e de nível técnico são retiradas da base de cálculo.

Os jovens beneficiários são contratados por empresas como aprendizes de ofício previsto na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego, ao mesmo tempo em que são matriculados em cursos de aprendizagem, em instituições qualificadoras reconhecidas, responsáveis pela certificação. Enfim:

Aprendizagem é o instituto destinado à formação técnico-profissional metódica de adolescentes e jovens, desenvolvida por meio de atividades teóricas e práticas e que são organizadas em tarefas de complexidade progressiva. Tais atividades são implementada por meio de um contrato de aprendizagem, com base em programas

organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades habilitadas (BRASIL, 2014a, p. 13).

Com o objetivo de disciplinar a oferta de curso por parte de entidades formadoras o MTE implantou o Cadastro Nacional de Aprendizagem (CNAP), que foi criado destinando o registro das entidades de formação técnico-profissional metódica responsáveis pela qualificação de jovens no âmbito da aprendizagem. As Instituições qualificadas a ministrar cursos de aprendizagem são os Serviços Nacionais de Aprendizagem:

- a) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- b) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);
- c) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR);
- d) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); e
- e) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

E ainda as Escolas Técnicas de Educação, inclusive as agrotécnicas, e as entidades sem finalidade econômica, que tenham por objetivos estatutários a assistência ao adolescente e a educação profissional com devido registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (arts. 429 e 430 da CLT).

As instituições formadoras deverão assegurar que o Contrato de Aprendizagem possibilite o tempo necessário à vivência das práticas do trabalho na empresa e ao aprendizado de conteúdos teóricos ministrados na instituição de aprendizagem.

Para os fins desta dissertação importa-nos analisar as perspectivas de inclusão de jovens no mercado de trabalho na condição de egressos de cursos de aprendizagem, considerando que a aprendizagem é um instituto que cria oportunidades tanto para o aprendiz quanto para as empresas, pois prepara o jovem aprendiz para desempenhar atividades profissionais contribuindo para que o mesmo adquira capacidade de discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, permite às empresas formarem mão de obra qualificada, algo cada vez mais necessário em um cenário econômico em permanente evolução tecnológica.

1.2 METODOLOGIA

A análise das relações do mundo do trabalho com a juventude é fator preponderante para que se possam compreender as dificuldades que os jovens apresentam no momento da sua inserção no mercado de trabalho, fato que os empurra para uma zona de exclusão, fruto das condições precárias de trabalho em que muitas vezes são submetidos por

falta de oportunidades de acesso ao trabalho decente, uma vez que o acesso ao emprego formal nem sempre assegura condições dignas de trabalho.

Considerando as múltiplas questões que envolvem juventude, trabalho e políticas públicas, optou-se pela pesquisa qualitativa a ser aplicada em nosso estudo de caso: a experiência do Ceará na inclusão de jovens aprendizes no mercado de trabalho.

O estudo empírico vem acompanhado da exploração de teorias que tratam das categorias em estudo, além da análise documental dos documentos de referência apresentados pela STDS. “Este tipo de pesquisa, consiste no exame de materiais de natureza diversa e que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados mediante interpretações complementares.” (GODOY, 1995, p. 24).

Inicialmente, contou-se com a pesquisa bibliográfica de documentos oficiais que fazem parte do arcabouço teórico que trata do tema, a exemplo dos Relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), assim como as publicações da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República.

Silva e Grigolo (2002, p. 36), ao analisarem as características da pesquisa documental, apontam que “a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise profunda”. Nesse sentido os documentos disponibilizados pela coordenação do Projeto Primeiro Passo, passaram por uma análise pormenorizada de suas informações nos permitindo traçar um perfil socioeconômico dos jovens beneficiados com o projeto.

Por outro lado, “A pesquisa documental apresenta a vantagem de que os documentos constituem uma fonte rica e estável de dados e sobrevivem ao longo do tempo e é uma importante fonte de dados em pesquisa histórica, além de apresentarem um baixo custo.” (FERNANDES; GOMES, 2003, p. 16-17).

Dando continuidade ao estudo, o referencial bibliográfico utilizado foi composto por autores reconhecidos com publicação na área de interesse, tendo sido ainda lançado mão das pesquisas de análise do perfil da juventude e realidade do mercado de trabalho jovem no Brasil e no Ceará, contribuindo assim para melhor compreensão das categorias analisadas.

Para Fernandes e Gomes (2003, p. 13),

A pesquisa bibliográfica é, sem dúvida, uma das fontes mais importantes de pesquisa e constitui etapa prévia a ser feita em um processo de pesquisa, seja qual for o problema em questão. Isto se deve ao fato de que é absolutamente necessário um conhecimento prévio do estágio em que se encontra um assunto, antes de iniciar-se qualquer estudo, para não correr o risco de se pesquisar um tema que já foi amplamente pesquisado.

Foram ainda explorados dados estatísticos apurados por meio de pesquisas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Considerando que “O estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente.” (GODOY, 1995, p. 25), optamos pela adoção do mesmo como escopo de nossa pesquisa. Para tanto lançamos mão da análise documental sobre o objeto de nosso estudo (ficha de inscrição dos jovens, contratos de aprendizagens, documentos de acompanhamento e avaliação de cursos) contando ainda com entrevista junto aos alunos através de ligações telefônicas e estudo da legislação que disciplina a aprendizagem.

Se optou pelo contato com os alunos por meio de ligação telefônicas, tendo em vista que como a entrevista se deu com egressos, fica difícil reuni-los em um único local, ademais o uso de ferramentas como telefone para facilitar a obtenção de dados que se enseja explorar na pesquisa já vem sendo desenvolvido em muitos casos, considerando que “ uma entrevista por telefone pode ser bem semelhante a uma entrevista domiciliar, com a diferença que o entrevistador telefona para o entrevistado em vez de ir a sua casa.” (BABBIE, 2003, p. 271).

A utilização desta ferramenta se deu de certa forma expirada no sistema Entrevista por Telefone Assistida por Computador (ETAC). Para Babbie (2003, p. 271), “esta tecnologia não é ficção científica e está sendo cada vez mais usada por pesquisadores de survey, academicos, governamentais ou comerciais”. Neste caso, mesmo não se mantendo fiel ao processo em sua íntegra, as ligações telefônicas convergiram para o desenvolvimento de uma planilha em excel, onde foram armazenadas as respostas e extraído os dados para elaboração de gráficos e tabelas que expressam a opinião do entrevistado.

Para o desenvolvimento do estudo empírico se optou, conforme já dito anteriormente pela pesquisa qualitativa, uma vez que de acordo com a concepção de Minayo (1994, p. 14):

a pesquisa qualitativa não se preocupa em quantificar, mas em explicar os meandros das relações sociais consideradas essenciais, resultado da atividade humana criadora, afetiva e racional, a qual pode ser apreendida através do cotidiano, da vivência e da explicação do senso comum.

Segundo Godoy (1995, p. 21), por conseguinte: “A abordagem qualitativa oferece três diferentes possibilidades de se realizar pesquisa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia”.

O estudo de caso se deu em função de nosso propósito de conhecimento das políticas públicas de trabalho e juventude, e dos resultados alcançados através do Projeto Primeiro Passo no que se refere à inserção de jovens egressos do projeto no mercado de trabalho. Para o aprofundamento da investigação, contou-se ainda com estudo de outros documentos de avaliação e relatórios de execução e cumprimento de objeto produzido pela coordenação do Projeto Primeiro Passo e realização de entrevista com jovens e outros atores envolvidos na execução do Projeto, no referente as entrevistas com gestores e técnicos que acompanham o Projeto Primeiro Passo, seja no âmbito das entidades executoras, seja no âmbito da STDS, optou-se em preservar a identidade dos mesmos.

1.2.1 Universo da pesquisa

A escolha do Projeto Primeiro Passo, enquanto objeto de estudo, deve-se ao fato do mesmo se apresentar como política de continuidade durante a gestão do governador Cid Gomes (2006/2010 e 2011-2014), além do que se destaca como uma das mais importantes ações do Governo do Estado direcionada especificamente para a juventude no âmbito do estado do Ceará. Para efeito de nosso estudo o objeto de análise será a linha de ação Jovem Aprendiz que ocorre em Fortaleza e sua região metropolitana.

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), para execução das ações de aprendizagem conta com convênios com instituições devidamente credenciadas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e com cadastro ativo no Cadastro Nacional de Aprendizagem, na oferta de cursos de aprendizagem, sendo que para o período 2013/2014, os cursos desenvolvidos na área de abrangência de nosso estudo foram: Agente Administrativo e Operador de máquinas. Os mesmos foram desenvolvidos pelas entidades, Instituto de Educação Portal (IEP) e pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Qualificação Profissional (IDESQ) e atenderam aos setores econômicos da indústria, comércio e serviço da região.

O universo atendido pela linha de ação jovem aprendiz envolveu 2.427 jovens residentes em Fortaleza e sua região metropolitana, os beneficiários frequentaram os cursos de aprendizagem nas instituições IDESQ e IEP e concluíram seus respectivos contratos de aprendizagem até julho de 2014, sendo possível o contato com 275 egressos por meio telefônico para avaliação da situação de empregabilidade. O contato com os egressos através das ligações telefônicas conforme já descrito anteriormente se basearam no sistema ETAC, tendo sido apresentado os seguintes questionamentos:

- a) se o jovem estava, no momento do contato, trabalhando na empresa onde desenvolveu seu contrato de aprendizagem;
- b) caso não tendo sido efetivado na empresa que cumpriu o contrato de aprendizagem, se já se encontrava trabalhando em outra empresa após o término do curso/contrato;
- c) qual a carga horária semanal de trabalho;
- d) qual a remuneração mensal;
- e) o atual contrato de trabalho é com vínculo (CTPS); e
- f) qual o setor econômico que se encontra trabalhando.

A análise das questões apresentadas possibilita a realização de nossa investigação, ou seja, verificar a eficácia do Projeto Primeiro Passo em sua linha de ação Jovem Aprendiz quando se trata da inserção do egresso no mercado de trabalho.

Por outro lado, a análise documental das fichas de inscrições dos jovens atendidos com o Projeto Primeiro Passo e documentos de avaliação e supervisão do Projeto contribuíram para que fosse traçado o perfil socioeconômico do jovem beneficiado com o mesmo, contribuindo assim com a confirmação das características do público atendido com as categorias analisadas nesta dissertação.

Em relação à estruturação deste estudo, a dissertação divide-se em quatro capítulos.

O capítulo 1 trata da apresentação de nosso estudo, abordando justificativa, objetivos e metodologia utilizada para subsidiar nossa investigação.

O capítulo 2 destina-se a uma análise das influências do desenvolvimento econômico na geração de empregos no Brasil, a partir da conjuntura econômica e da geração de emprego no país nos últimos 20 anos, trata ainda da juventude e as transformações no mundo do trabalho, caracterizando as novas configurações das relações de trabalho nos últimos anos e suas consequências para os jovens na faixa etária entre os 15 e 29 anos.

O capítulo 3 dedica-se em fazer uma análise das políticas públicas de juventude e educação profissional no Brasil do século XXI. A discussão neste capítulo será em torno do fortalecimento das políticas públicas de juventude, em especial a partir da criação da Secretaria de Juventude vinculada à Presidência da República, da criação do Conselho Nacional de Juventude e da aprovação do Estatuto da Juventude.

Ainda neste capítulo, no campo da qualificação profissional, apresenta-se uma análise do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), Plano Nacional de

Qualificação (PNQ) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Por fim, o capítulo 4 dá conta da análise dos dados da pesquisa de campo realizada com os jovens egressos do Projeto Primeiro Passo, através do estudo de caso, foi traçando o perfil socioeconômico (idade, cor/raça, sexo, escolaridade e renda familiar) dos jovens atendidos pelo projeto e a identificação de sua eficácia a partir da capacidade de inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho formal. Por último, seguem as impressões alcançadas com esta investigação, o que permitiu maior compreensão da realidade laboral de jovens egressos do Projeto Primeiro Passo, subsidiando a conclusão desse trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, JUVENTUDE E EMPREGO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Este capítulo trata das influências do desenvolvimento econômico na geração de empregos no Brasil, a partir da análise dos documentos que tratam da conjuntura econômica e da geração de emprego no país nos últimos 20 anos. Para tanto, se considerou informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Banco Central do Brasil (BC), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir da leitura da série histórica da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2003-2013.

Buscou-se, então, compreender de que maneira as políticas macro econômicas influenciaram a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil, a partir do final do século XX até os dias atuais.

A análise empreendida versa sobre o contexto histórico das políticas públicas de desenvolvimento econômico, que o Brasil tem implementado nos últimos anos. As influências do capitalismo internacional e suas crises cíclicas, as consequências das políticas neoliberais, como a globalização, o aumento da competitividade e a flexibilização do mercado de trabalho nos auxiliam a compreender a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, sua nova configuração e desafios impostos aos trabalhadores, em especial os mais jovens.

Estes elementos estão intrinsecamente relacionados às novas exigências do mercado de trabalho, o que sinaliza também para o fato de que existe uma correlação entre estágios mais avançados de desenvolvimento da economia e o nível de demanda por trabalhadores mais escolarizados e nos permite identificar os desafios e perspectivas para a inserção de jovens no mercado de trabalho no Brasil na última década, contextualizando assim as novas configurações do mundo do trabalho impulsionadas pelo processo de mundialização da economia e conseqüentemente influenciada pela teoria do capital humano, que apresenta as condições necessárias de formação do trabalhador para atender as atuais necessidades do mercado de trabalho.

Inegavelmente, as transformações sofridas pelo mercado de trabalho têm se constituído em um conjunto de obstáculos para o trabalhador, em especial aquele mais jovem, com menor escolaridade e em maior situação de vulnerabilidade social, uma vez que implica a exclusão ou inclusão precária neste universo. Assim, a desqualificação, intensificada com a adoção de procedimentos e rotinas que priorizam a substituição do trabalho vivo pelo trabalho

morto, ou a substituição de homens por máquinas, tem fragilizado os trabalhadores em geral, atingindo até mesmo os mais qualificados.

No decorrer do desenvolvimento do capítulo, foi feita uma análise dos processos de inclusão de jovens no mercado de trabalho (FRIGOTTO, 1993; POCHMANN, 2007; SOARES, 2007), suas dificuldades de acesso frente à flexibilização do emprego no mercado de trabalho brasileiro (LEON, 2009; NERES; SOUZA, 2008; UCHOA; MENEZES, 2013), fato que exige o desenvolvimento de políticas específicas para a juventude e seu relacionamento com o mercado de trabalho, dado o elevado nível de desemprego juvenil apresentado no Brasil (ANDRADE; CASTRO, 2013).

Por fim, foram tratadas questões relevantes para a definição das novas exigências apresentadas pelo mercado de trabalho frente ao mundo globalizado, como a escolaridade, importância da qualificação profissional e domínio das novas tecnologias, conforme a visão dos autores: Castells (2007), Deluiz (1996), Lima (2004), Rutina e Pereira (2009). Por conseguinte, o estudo destes autores subsidiou a compreensão dos mecanismos de articulação entre as políticas públicas de educação e trabalho, e como estas se complementam em dar conta de tamanho desafio, ou seja, cuidar da juventude e sua relação com o mundo do trabalho na contemporaneidade.

Na busca pela proximidade com a realidade local, buscou-se conhecer a situação do Ceará no que se refere a sua política de incentivos fiscais e atração de novas indústrias para o estado, estratégia utilizada nos últimos anos como incremento ao desenvolvimento local e a consequente geração de emprego e renda para a população cearense. Identificou-se ainda a população jovem no Ceará e suas oportunidades de inserção no mundo do trabalho; para tanto, foi de grande valia a análise das informações coletadas junto ao IBGE, através da PNAD, do ano de 2012, dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/RMF)² deste mesmo ano e do Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011, realizado pelo DIEESE (2011a).

2.1 JUVENTUDE E AS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

As constantes crises que o capitalismo vem passando ao longo dos séculos XX e XXI, evidenciam, de modo contundente, as falências do modelo neoliberal de crescimento

² A PED/RMF é uma pesquisa realizada por meio de uma amostra de domicílios na área urbana dos municípios que compõem a região metropolitana de Fortaleza: Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajús, Pacatuba e São Gonçalo do Amarante.

capitalista global das últimas décadas, tendo repercussões, não apenas no plano da economia, mas da política, geopolítica, e influenciando profundamente as transformações no mundo do trabalho.

Conforme afirmam Alves e Corsi (2009, p. 18),

as crises financeiras no interior da crise estrutural – no plano da objetividade social e das reverberações nas instâncias produtivas – são momentos de reordenação interior do capital como “sujeito automático” de autovalorização, momentos propiciadores de dinâmicas reestruturativas nos vários âmbitos da vida social.

Nos últimos 20 anos, o mercado de trabalho no Brasil tem passado por diversas transformações, o que ocasionou, conseqüentemente, mudanças significativas nas relações de trabalho. A abertura comercial, os ajustes no setor privado para o alcance da competitividade, o Plano Real,³ o controle inflacionário, combate ao déficit público e fortalecimento das privatizações marcaram a história recente do país e impactaram fortemente a desestruturação do mercado de trabalho ocorrida nos anos finais do século XX e primeira década do século XXI.

Este cenário se constituía propício para que as ideias neoliberais encontrassem espaço para se desenvolver, “o discurso neoconservador e neoliberal, em toda parte, rapidamente identificou nos sistemas de proteção social um de seus alvos preferidos na ânsia de reduzir despesas e restabelecer o equilíbrio das contas públicas.” (AZEREDO, 1998, p. 2). Como é sabido, os liberais conservadores apresentavam a intervenção do Estado como causa da ineficiência do país e da própria miséria social, fomentando a ideia de que a presença do Estado na economia cada vez mais se apresentava como predatória ao desenvolvimento, fato este que exigia do Governo medidas emergenciais para uma reestruturação produtiva, implementada por meio da desregulamentação total da economia, abertura das fronteiras, consolidação do Estado mínimo, continuidade dos processos de privatizações em nome da modernidade e do crescimento econômico.

No entanto, na contramão do tão acelerado crescimento, o que se registrou para o período correspondente a última década do século XX, foram altas taxas de desemprego, como nunca visto antes no país, crescimento da precarização do trabalho, por meio de

³ O Plano Real lançado em 28 de fevereiro de 1994 foi um plano influenciado pelas ideias do economista inglês John Maynard Keynes e pelas experiências hiperinflacionárias europeias (da primeira metade do século XX). O plano foi implementado em duas fases para permitir, sem congelamento de preços, a transição entre o cruzeiro real e o real. Inicialmente foi adotada a Unidade Real de Valor (URV) com o objetivo de uniformizar todos os reajustes de preços, de câmbio e dos salários de maneira desvinculada da moeda vigente, o Cruzeiro Real (CR\$). A cada dia, o Banco Central fixava uma taxa de conversão da URV em CR\$, com base na média de três índices diários de inflação – os bens e serviços continuavam a ser pagos em CR\$, mas passaram a ter referência numa unidade de valor estável. Posteriormente em 1º de julho de 1994, deu início à segunda fase do plano, a conversão e os cálculos baseados na URV saíram de cena para a entrada do real. A partir de então, os juros altos e o dólar barato, com câmbio praticamente fixo, passaram a ser os principais instrumentos do governo para controlar a inflação.

contratos de prestação de serviços, contratos temporários, inserção de trabalhadores sem carteira assinada no mercado de trabalho, assim como perdas salariais em termos reais, ocasionando uma grave crise no emprego e a total desestruturação do mercado de trabalho:

A desestruturação decorreu de uma série de razões. Os motivos que mais se destacam são: baixas taxas de crescimento, abertura comercial e financeira desregulada, forte crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), perda da importância do emprego industrial, reestruturação produtiva, privatizações, terceirização de atividades e queda da taxa de investimento total, com destaque para o investimento público (DIEESE, 2012, p. 9).

Ao final do século XX e início da primeira década do século XXI, a política econômica brasileira não se mostrou capaz de alterar o ritmo de crescimento econômico do país. “Os três primeiros anos do século XXI se assemelharam à década anterior no que se refere ao crescimento.” (DIEESE, 2012, p. 10).

Se analisarmos o crescimento econômico do país nos três primeiros anos do século XXI, observamos que a economia brasileira teve um mau desempenho em termos de crescimento econômico.

Em 2001, apresentou índice de 1,3%, fatores como a crise energética vivenciada pelo país e pela insegurança nos mercados externos, provocados pela crise da Argentina e pelos atentados terroristas contra os Estados Unidos foram os responsáveis por este baixo desempenho neste ano. Em 2002, o crescimento econômico apresentou como resultado 2,7% e em 2003 houve um decréscimo em relação ao percentual alcançado em 2002, ficando em 1,1%, para o triênio alcançou a média de 1,7%.

A taxa média de desemprego em cinco regiões metropolitanas (São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife) e no Distrito Federal para o ano de 2003, atingiu 20,8%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego (2003 *apud* LÚCIO, 2015).

Conforme dados do MTE, através da RAIS do ano de 2003, o número de empregos formais (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e Estatutários) neste ano atingiu 29,5 milhões, indicando crescimento de 3,0% em relação ao ano de 2002, o que representa aumento de 861 mil postos de trabalho no ano de 2003 (BRASIL, 2003).

O ano de 2004 foi marcado pela retomada do crescimento econômico brasileiro, alcançando a taxa de 5,7%. Com um ambiente externo favorável e o contínuo aumento do saldo da balança comercial, a taxa de câmbio voltou a valorizar-se.

Conforme dados do MTE, no ano de 2004, o Brasil registrou um crescimento de 6,3% no total de novos postos de trabalho gerados, isso representa um aumento de 1,86 milhão de empregos formais no país (MARINHO, 2015).

Ainda segundo o MTE, através das informações da RAIS, ano base de 2004, enquanto no período de 1985 (quando teve início a série histórica da RAIS) a 2002 o emprego formal no Brasil cresceu a uma taxa média anual de 2%, com a geração de 482 mil postos de trabalho por ano. Em 2003 e 2004, a expansão foi de 4,6% ao ano, com média anual de 1,4 milhão de empregos, aproximadamente (MARINHO, 2015).

Na última década, o Brasil tem adotado uma política econômica de fortalecimento de sua economia interna frente às incertezas do sistema financeiro internacional, apostando no aumento do mercado consumidor, como alternativa de se manter imune aos efeitos negativos do mercado no mundo desenvolvido.

Prova disto é que mesmo o Brasil não tendo renovado o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) assinado em 2002, a economia nacional teve crescimento de 3,2% em um cenário de elevação de juros ao longo do ano, já o mercado de trabalho por sua vez apresentou em seu estoque de emprego crescimento de 5,83% no ano.

Os responsáveis pelo crescimento formal do emprego no ano de 2005, conforme dados do MTE através da RAIS, foram: comércio (7,48%), administração pública (6,26%), serviços (6,16%), e a Indústria da Transformação (3,49%). Em termos de crescimento relativo, o melhor desempenho foi do setor da construção civil, que cresceu 11,34% no ano, respondendo pela geração de mais 126,8 mil postos de trabalho no período (BRASIL, 2005d).

Estratificando os dados da geração de emprego formal no Brasil no ano de 2005, constatamos que os jovens em idade entre 16 e 17 anos e 18 e 28 anos apresentaram taxa de crescimento do emprego inferior a média nacional (5,83%). Em 2005 este grupo etário apresentou respectivamente taxas de crescimento de emprego de 4,68% e 4,30%, sinalizando para o fato de que a oferta de postos de trabalho tende a ser menor quando a população em idade ativa é relativamente mais jovem (BRASIL, 2005d).

O ano de 2006 apresentou taxa de crescimento econômico de 4,0%, teve forte expansão das exportações, o que favoreceu bons resultados na balança comercial, tendo o superávit comercial chegado aos US\$ 46 bilhões (quarenta e seis bilhões de dólares). O mercado de trabalho continuou demonstrando características de crescimento, gerando 1,917 milhão de empregos, o que representa crescimento de 5,77% do número de empregados com vínculo formal.

Conforme dados do MTE, por meio da RAIS ano base 2006, os setores que mais contribuíram para a geração de empregos formais foram: indústria de transformação, que apresentou crescimento de 7,52%, serviços, com crescimento de 6,84%, comércio, mais 5,41%, e administração pública apresentou crescimento de 2,36% (BRASIL, 2007b).

Em 2007, o crescimento econômico foi de 5,7%, graças à recuperação apresentada pelo setor do agronegócio, já a indústria cresceu 4,9%, com destaque para a indústria de transformação com participação de 5,1%, e da construção civil de 5,0%, enquanto o setor de serviços apresentou alta de 4,7% em relação a 2006, desempenho determinado pelo subsetor de intermediações financeiras e seguros (13,0%), seguido por serviços de informações (8,0%) e comércio (7,6%).

Conforme dados do MTE, no ano de 2007, foi gerado um volume de empregos formais superior a dois milhões de postos de trabalho, o que representou um crescimento de 6,98% em relação ao ano anterior (BRASIL, 2007a).

Quando comparado o crescimento do emprego formal no Brasil no ano de 2007 em relação ao ano anterior, observamos que o país manteve expansão no nível de emprego em todos os setores da atividade econômica. Em termos absolutos, os setores que mais se destacaram em relação ao ano de 2006 foram: serviços, com a criação de mais 705,9 mil empregos, seguido pela indústria da transformação, com aumento de mais 487,4 mil novos empregos, administração pública apresentou crescimento de mais 176,6 mil empregos, comércio, com mais 510,6 mil novos empregos gerados e a construção civil que respondeu pela criação de 224,5 mil empregos (BRASIL, 2007a).

Tabela 2 – N° de empregos no Brasil em 31/12/2007: variação absoluta e relativa por setores de atividade econômica

SETOR DE ATIVIDADE	2006	2007	VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO RELATIVA (%)
Extrativismo mineral	183.188	185.444	2.256	1,23
Indústria de transformação	6.594.783	7.082.167	487.384	7,39
Serviços industriais de utilidade pública	344.565	364.667	20.102	5,83
Construção Civil	1.393.446	1.617.989	224.543	16,11
Comércio	6.330.341	6.840.915	510.574	8,07
Serviços	11.229.881	11.935.782	705.901	6,29
Administração Pública	7.721.815	8.198.396	476.581	6,17
Agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca	1.357.230	1.382.070	24.840	1,83
Total	35.155.249	37.607.430	2.452.181	6,98

Fonte: Elaborada pelo autor baseado nos dados do RAIS do MTE (BRASIL, 2007a).

Mesmo com a manutenção do crescimento do emprego no país, quando observados os dados da RAIS e comparados os números de emprego formal entre 2006 e 2007, segundo recorte por faixa etária, evidencia-se menor crescimento para os jovens entre 16 e 24 anos, sendo que para o grupo etário entre 16 e 17 anos o crescimento foi de 6,53%, já para a faixa de 18 e 24 anos foi de 6,17%, enquanto que para a faixa entre 25 a 29 anos o

crescimento foi de 8,08%, ou seja, quanto mais jovens, maior é o desafio para inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 2007e).

Para o período entre 2004-2007, a geração de emprego formal foi de 8.923 milhões. Já a média de crescimento anual foi de 4,7% para o período 2004/2008, contra 1,9% correspondente ao período 1999/2003.

Tais dados confirmam a tendência ascendente do emprego formal no Brasil durante o período, este comportamento do mercado de trabalho aponta ainda para o fato de que a política econômica adotada pelo governo neste período vem se reverberando positivamente na geração de emprego e renda no país.

Ao contrário da década de 1990 e dos primeiros anos deste século, período em que a flexibilização das relações de trabalho era enfaticamente defendida por alguns analistas dentro e fora do governo federal, como saída para o desemprego e a precarização do trabalho, os anos 2000 se caracterizaram pela ausência de medidas governamentais nessa direção (DIEESE, 2012, p. 15).

A crise econômica por que passou a economia capitalista no ano de 2008, ocasionada pelo processo de desregulamentação dos mercados, teve consequências desastrosas para a economia mundial, seu nascedouro foi no mercado imobiliário americano, tendo-se configurado como a maior da história do capitalismo desde a grande depressão de 1929.

A crise de 2008 se instalou no centro do capitalismo, e mesmo com as medidas de socorro dos governos dos países centrais, que passaram por cima de dogmas sagrados do neoliberalismo, trouxe incertezas, instabilidade econômica e crise social para os países periféricos.

A intensidade da crise de 2008 apresentou seus efeitos sobre a produção e o emprego. “A grande crise do capital globalizado, em 2008, indicou os limites das políticas neoliberais, bem como a regressão imposta ao mundo do trabalho pelo avanço da concentração econômica pelas grandes corporações transnacionais.” (POCHMANN, 2010, p. 127).

A conjuntura econômica exigiu do governo brasileiro intervenções capazes de preparar a economia do país para enfrentar as consequências da crise, garantindo a continuidade do crescimento econômico e o aumento crescente do emprego que o país vinha vivenciando.

No Brasil, o governo restabeleceu mecanismos de regulação, por meio de um processo maciço de intervenção do Estado, de modo a fomentar a aceleração da economia, implantando a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, por força do Decreto 6.809/09, que foi prorrogada até 30/06/2009, em que favoreceram os setores das empresas ligadas a materiais de construção, as montadoras e estendida para a “linha branca dos eletrodomésticos”. O governo pátrio ainda promoveu a redução do [Contribuição para Financiamento da Seguridade Social-] COFINS para elevar a venda de motocicletas, e a seu turno majorou o Imposto sobre Produto Industrializado - IPI sobre os cigarros para compensar a perda na arrecadação (LOTT, 2014, p. 3).

A economia brasileira cresceu 5,1% em 2008, o que representa uma variação em volume de 4,1% em relação ao observado em 2007. Para Mendes (2013, p. 1): “Essa pode ser considerada uma época de ouro para o comércio internacional brasileiro (2004-2008), pois os preços das commodities exportadas pelo país subiram bastante, o que abriu maior possibilidade de crescimento para o país, financiado por ganhos nos termos de trocas internacionais”.

O mercado de trabalho também se manteve em crescimento, conforme dados do MTE, com base na RAIS 2008. O país alcançou a marca de 39,442 milhões de empregos formais, entre celetistas (com carteira assinada) e estatutários (servidores públicos), aumento de 1,834 milhão (4,88%) em relação a 2007, quando foram registrados 37,607 milhões de trabalhadores com vínculos formais no País (BRASIL, 2009b).

O bom desempenho da economia brasileira, graças ao mercado interno, se refletiu no crescimento do emprego em todos os setores econômicos. O grande impulsionador do mercado em 2008, em termos absolutos, foi o setor de Serviços que, sozinho, empregou 645,6 mil trabalhadores, alta de 5,41%. Em seguida, comércio, com 483,2 mil postos (7,06%), construção civil, com 296,6 mil (18,33%), indústria de transformação, com 228,7 mil (3,23%) e administração pública, com 111,7 mil empregos (1,36%) – (BRASIL, 2009a).

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009 *apud* CHARINE; FARID, 2010), o Produto Interno Bruto (PIB⁴) do Brasil no ano de 2009, teve retração de 0,2%, representando a primeira queda anual em 17 anos. O último resultado negativo da atividade econômica brasileira havia ocorrido em 1992, ano do impeachment do ex-presidente Collor de Mello, onde o PIB ficou negativo em 0,5%.

No entanto, a “retração do PIB em 2009, diferentemente de 1992, que resultou, entre outros fatores, da crise política que o país atravessava com o impeachment do presidente Fernando Collor – foi decorrência direta da maior crise internacional do capitalismo nos últimos 80 anos.” (DIEESE, 2012, p. 11).

Contrariando os indicadores de desenvolvimento econômico, o mercado de trabalho não se deixou influenciar pela queda do PIB no ano de 2009. Considerando os dados da RAIS 2009, identifica-se uma elevação de 4,48%, proveniente do incremento de 1.765.980 postos de trabalho para este ano, tendo a taxa do emprego formal apresentado crescimento em todo o território nacional, as grandes regiões apontam elevação generalizada: Sudeste (+ 3,49%), Nordeste (+7,04%), Sul (+4,05%), Centro-Oeste (+6,00%) e Norte (+5,10%) – (BRASIL, 2009c).

⁴ O Produto Interno Bruto (PIB) representa o total de riquezas produzido num determinado período num país. É o indicador mais usado para medir o tamanho da economia doméstica. No Brasil, o cálculo é realizado pelo IBGE, órgão responsável pelas estatísticas oficiais, vinculado ao Ministério do Planejamento.

Os setores com melhor desempenho em 2009 foram: construção civil com aumento de (11,37%), administração pública (+5,46%), serviços (+5,20%), seguidos pelo comércio (+5,04%) – (BRASIL, 2009c).

É sabido ainda que, tanto questões internas como fortemente as externas influenciam o crescimento econômico. Dessa forma o desempenho da economia brasileira precisa ser analisado no contexto da recessão mundial por que passava a economia global no final da primeira década do século XXI. Segundo DIEESE (2012, p. 11):

Com exceção de alguns países em que a crise passou ao largo (destaque para China e Índia), a colocação do Brasil no ranking internacional foi bastante razoável. A economia dos EUA, naquele ano, recuou 2,4%, a do Reino Unido 4,9%, a da Alemanha 5,0% e a do Japão também caiu 5,1%. O PIB do México, economia extremamente ligada à dos EUA, encolheu 6,5%. Entre os países do bloco conhecido como Bric⁵ [...], a Rússia, por sua excessiva dependência das exportações de petróleo, recuou 7,9%.

Por outro lado, motivado pelos fortes impactos que a crise econômica mundial provocou na economia brasileira, no ano de 2009, o governo central decidiu pela flexibilização das políticas monetária e fiscal para atacar os efeitos da crise no país, e buscar uma recuperação para o crescimento econômico. Esta estratégia foi acertada, uma vez que o mercado internacional de commodities se recuperou rapidamente, provocando recuperação no cenário econômico nacional. Quanto ao crescimento econômico, o PIB variou 7,5% em 2010, em relação ao ano anterior, o que possibilitou a maior taxa de crescimento desde 1986.

Outro importante fator a ser observado no comportamento do emprego no Brasil, na primeira década do século XXI trata-se do nível de escolaridade dos trabalhadores. “Em 2009, aproximadamente metade dos trabalhadores formais brasileiros possuía o ensino médio completo ou incompleto; isso representou uma mudança fundamental no perfil dos trabalhadores, em termos de escolaridade, quando comparado com 2000” (DIEESE, 2012, p. 82).

Comparados os indicadores referentes ao ensino fundamental, em que 48,9% dos trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho no ano de 2000 tinham nível fundamental de escolaridade ou inferior, no ano de 2010 este número decaiu para 29,10%.

A melhoria do nível de escolaridade do trabalhador ocasionou alguns obstáculos à inserção de trabalhadores com menor escolaridade, refletindo na diminuição do percentual desses empregados ao longo da década.

O comportamento das admissões nos anos 2000 reflete o aumento da escolaridade da população, e a alteração no perfil dos admitidos é muito próxima à observada no

⁵ A sigla BRIC refere-se a Brasil, Rússia, Índia e China. Mais recentemente a África do Sul tem sido incluída no grupo. O termo foi criado por Jim O’Neil, um executivo do grupo Goldman Sachs, para denominar um grupo de países considerado emergente nos cenários político e econômico.

estoque de trabalhadores formais. No final da última década, o estoque de trabalhadores brasileiros era composto, em grande parte, por homens e por pessoas que possuíam escolaridade média completa (50,2%). (DIEESE, 2012, p. 86).

Os indicadores socioeconômicos confirmam a zona de exclusão em que vivem os menos escolarizados, afrodescendentes e mulheres, quando se trata de inserção no mercado de trabalho formal no Brasil, o comportamento do mercado de trabalho segundo o recorte por faixa etária é outro fator a ser analisado:

Em 2009, de acordo com dados da PNAD-IBGE, a população brasileira com mais de 16 anos – e portanto, legalmente apta para o trabalho – foi estimada em 141.819.000 pessoas, das quais, cerca de 33% (46.340 mil) eram jovens com idade entre 16 e 29 anos. Do total de jovens, 73,1%, compunham a população economicamente ativa, como ocupados ou desocupados (DIEESE, 2012, p. 234).

Conforme dados do MTE, que tem como base as informações da RAIS 2009 verificou-se que mesmo tendo ocorrido um aumento de 4,48% na geração de empregos formais no Brasil, esta tendência de crescimento não é a mesma para o grupo etário que se encontra entre 16 e 24 anos, uma vez que, quando considerado as faixas entre 16 e 17 anos, o crescimento foi de apenas 1,46%, enquanto para a faixa etária entre 18 a 24 anos foi de 2,61%, sinalizando para o fato de que quanto mais jovem, maior é a dificuldade para inserção no mercado de trabalho.

A primeira década do século XXI encerra-se apresentando recuperação do emprego no país. O mercado de trabalho formal influenciado pela taxa de crescimento do PIB, registrou a geração de 2, 861 milhões de empregos, representando um crescimento da ordem de 6,94%, sendo considerada a maior taxa da série histórica da RAIS.

Tendo como pano de fundo essas características gerais, o desenvolvimento das políticas macro econômicas deve atentar também para os aspectos concernentes à capacidade de expansão do mercado de trabalho, com diminuição das taxas de desemprego e informalidade, como consequências do crescimento econômico. No entanto, citando DIEESE (2012, p. 11), “esta correlação entre crescimento da economia e expansão do emprego obviamente não é mecânica, e nem a única determinante da geração de postos de trabalho”.

Já nos primeiros três anos da segunda década do século XXI, apesar da manutenção da política econômica por parte do governo central, e mesmo o país contando com um cenário externo favorável em termos de preços de commodities e gozar de crédito externo junto aos financiadores internacionais, não foi suficiente para assegurar a continuidade do crescimento econômico, tendo o mesmo retornado para padrões considerados de baixo crescimento.

Contrariando o cenário de queda no crescimento econômico do país, para DIEESE (2012, p. 15), “as taxas de crescimento do emprego, especialmente o formal, foram muito expressivas, em um contexto de poucas mudanças nas relações de trabalho, ou nos fatores internos ao mercado de trabalho, como a educação básica e a qualificação da força de trabalho”.

Segundo o MTE, a partir de informação da RAIS do ano base de 2010, quando analisados o desempenho do emprego formal por grupo etário: “Os dados por faixa etária demonstram que todos os níveis elevaram o emprego, registrando um crescimento mais significativo na população mais vulnerável, de jovens e pessoas idosas.” (BRASIL, 2010, p. 8). E ainda:

No caso dos jovens, a expansão do nível de emprego foi muito expressiva, da ordem de 19,06%, percentual mais que representa quase o triplo do crescimento médio (6,94%). De forma semelhante, os assalariados com mais de 65 anos e de 50 a 64 anos acusaram um aumento de 12,77% e 10,28%, respectivamente, desempenhos bastante favoráveis, quando comparados com os observados nas demais faixas etárias, que oscilaram entre 5,38% a 7,08% (BRASIL, 2010, p. 8).

Finalmente, o MTE destaca que: “Em termos absolutos, o maior incremento de empregos gerados ocorreu na faixa etária de 30 a 39 anos (+843,8 mil postos ou +7,08%), seguida das faixas de 50 a 64 anos (+550,0 mil postos) e de 18 a 24 anos (+471,1 postos ou +6,66%).” (BRASIL, 2010, p. 8).

O PIB é o principal indicador econômico do país, agrega a dinâmica de todos os setores econômicos e toda renda por eles gerada, portanto retrata o desempenho da economia nacional. Observa-se que a partir de 2011, o crescimento econômico vem passando por uma desaceleração, impactos da crise de 2008, com acentuado reflexo na capacidade de geração de novos postos de trabalho no país.

Conforme o DIEESE (2012, p. 11):

É possível dividir a maior parte da primeira década do século XXI, do ponto de vista da relação entre crescimento e emprego, em dois momentos: o primeiro, entre 2001 e 2003, em que o aumento médio do PIB foi de 1,7%, e o crescimento total do emprego formal foi de 12,6%, o que significa uma expansão média anual de 4,2%; o segundo, entre 2004 e 2008, período em que o PIB cresceu em média 4,7%, o emprego formal aumentou 33,5%, e o crescimento médio anual do emprego formal foi de 5,9%.

Durante o ano de 2011, a economia brasileira apresentou crescimento de 2,7%, ficando inferior à média mundial que foi de 3,5%, se comparado aos países da América Latina, o Brasil ficou em situação inferior, uma vez que nossos vizinhos apresentaram crescimento de 4,5%, e ainda bem inferior à média de 6,2% contabilizada pelos países emergentes e em desenvolvimento, dos quais fazemos parte. Em relação aos países

considerados BRIC não dá para comparar, pois o Brasil ficou em último lugar: Rússia 4,3%; Índia 7,2% e China, 9,2%.

O crescimento do PIB, em 2011, foi impulsionado pela expansão da demanda interna, devido, principalmente, à Formação Bruta de Capital Fixo, que apresentou incremento de 4,7%, e ao consumo das famílias (4,1%), que registrou o oitavo ano consecutivo de aumento, proporcionado pela elevação da massa salarial⁶, associada à expansão do crédito (BRASIL, 2011a).

Os dados do mercado de trabalho, por sua vez, apontaram segundo o MTE, por meio de informações da RAIS 2011, um crescimento de 5,09%, representando uma geração de 2,242 milhões de postos de trabalho, o terceiro melhor desempenho da série histórica desse indicador. Entretanto, esse resultado, embora bastante favorável, assinalou uma perda de dinamismo, quando comparado com o registrado em 2010 que foi de 6,94% (BRASIL, 2011a).

Pormenorizando as informações da RAIS 2011, para os diversos setores da economia, destacamos que neste ano ocorreu crescimento do emprego em praticamente todos os setores econômicos, comportamento esse proporcionado, em grande parte, pelo fortalecimento da demanda interna (BRASIL, 2011a).

O setor de serviços teve crescimento de 7,16%, enquanto o comércio apresentou aumento de mais 5,49%, a Construção Civil graças às medidas adotadas pelo governo de estímulo ao setor, apresentou a maior taxa de crescimento do período (+9,62) com a criação de 241,3 mil empregos. A Indústria de Transformação teve um incremento de mais 2,89%, a administração pública mais 2,02%, já a agricultura apresentou recuperação em relação ao ano anterior, e obteve um crescimento de mais 5,26% e os serviços industriais de utilidade pública (SIUP), obteve crescimento de mais 2,60%.

Um fato que chama atenção na leitura da RAIS 2011 foi à elevação do nível de emprego para os jovens até 17 anos, que apresentou taxa de 14,48%, percentual quase três vezes maior que o crescimento médio do país que, para este ano, foi de 5,09%, tendência não acompanhada pelas faixas entre 18 e 24 anos que obteve crescimento de 3,69% e para os vínculos empregatícios na faixa de 25 a 29 anos, que oscilaram em 2,28% (BRASIL, 2011a).

Segundo a PNAD de 2011 do IBGE (*apud* INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2012), quando consideradas as taxas de participação dos jovens no mercado de trabalho, encontramos o seguinte cenário:

⁶ É o resultado do produto entre a remuneração média dos empregados e o número de empregos. Na RAIS, as informações de remuneração excluem o 13º salário.

- a) os jovens pertencentes ao grupo etário entre 16 e 24 anos têm participação de 62,5%;
- b) quando isolados os jovens pertencentes ao grupo etário entre 16 e 17 anos a taxa cai para 35,6%; e
- c) já para as pessoas entre 25 e 55 anos a taxa de participação no mercado de trabalho é de 79,9%.

O que leva os autores Uchoa e Menezes (2013, p. 112) concluírem que: “Alta taxa de participação com pequena capacidade de absorção ocupacional da população jovem tem se traduzido, dessa forma, em elevada taxa de desemprego para esse importante contingente populacional”.

Conforme dados do IBGE (2012), a expansão da economia brasileira foi de 0,9%. O destaque positivo ficou com serviços (1,7%), enquanto que a agropecuária (-2,3%) e a indústria (-0,8%), registraram uma acentuada queda em sua capacidade de absorção de mão de obra.

No referente ao emprego formal, no ano de 2012, ocorreu um crescimento de 2,48% se comparados com o ano anterior, no entanto, observa-se que mesmo apresentando manutenção no crescimento, os números sinalizam para uma tendência de queda na criação de novos postos de trabalho no país, consequência ainda da crise financeira de 2008.

De acordo com a RAIS 2012, a análise setorial mostra que a expansão do emprego formal em 2012 ocorreu em quase todos os setores, com destaque para a expansão de 12,06% no setor da Indústria Extrativa Mineral, que registrou o maior crescimento relativo de todos os setores da economia, seguido pelos setores dos Serviços, mais 5,17% e do Comércio, crescimento de 4,34% (BRASIL, 2012b).

Em termos absolutos, a liderança na geração de empregos coube ao setor Serviços, replicando o comportamento de liderança deste setor na geração de empregos observado no ano anterior, respondendo sozinho pela geração, em 2012, de mais de 794,9 mil postos de trabalho (BRASIL, 2012b).

O bom desempenho do país na geração de emprego se confirma também, se considerarmos a média anual do desemprego (Gráfico 5), tendo ocorrido uma redução na taxa de desemprego de 12,4% no ano de 2003 para 5,4% em 2013. Enquanto a taxa de informalidade, conforme dados da PNAD/IBGE que era de 42,3% em 2003 caiu para 37,4% no ano de 2013.

Ainda conforme dados do MTE (BRASIL, 2012b, p. 3), “o montante de vínculos empregatícios ativos em 31 de dezembro de 2012, no País, atingiu 47,459 milhões”. O que

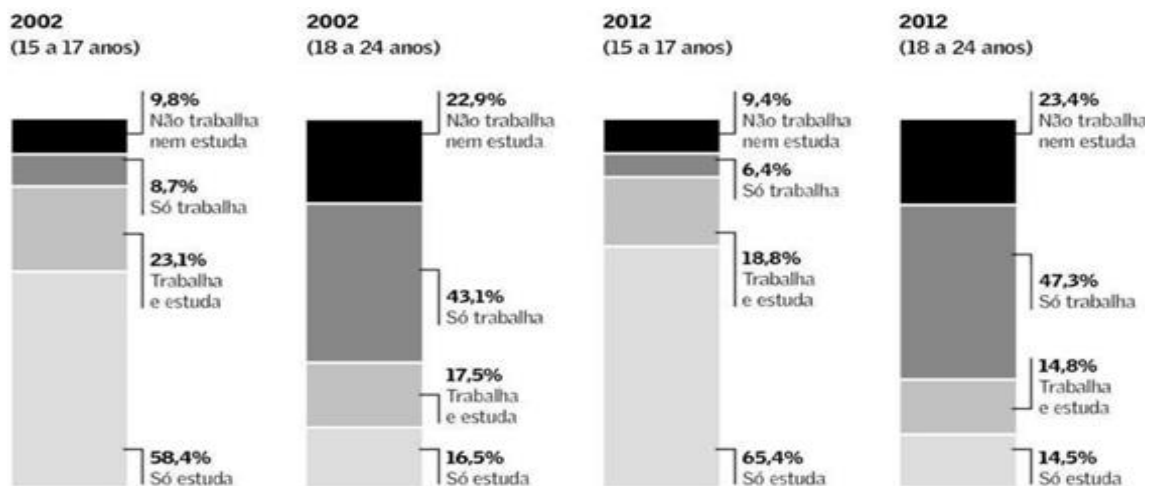
significa uma expansão de 2,48% no total de vínculos ativos comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

Segundo recorte por grupo etário, no ano de 2012 o acesso ao emprego continuou sendo um desafio para os jovens, considerando a média geral de crescimento do emprego que foi de 2,48% se comparados com 2011. Para os jovens entre 18 a 24 anos, o acréscimo foi de mais 0,10%, e para os jovens em idade entre 25 a 29 anos, ocorreu um decréscimo de menos 0,55%, mantendo assim desempenho mais desfavorável, em relação ao ano anterior. A exceção mais uma vez foi para os jovens (até 17 anos), cuja elevação do nível de emprego foi da ordem de mais 5,85%, também inferior ao observado em 2011, quando se registrou uma expansão de mais 14,48%.

Quando se analisa a composição do trabalho formal no Brasil no ano de 2012, tendo como parâmetro o nível de escolaridade, destaca-se que a composição do trabalho formal é majoritariamente de trabalhadores com escolaridade igual ou superior ao Ensino Médio Completo, destacando-se os expressivos percentuais do contingente de trabalhadores com Ensino Médio Completo (44,24%) e com Ensino Superior Completo (17,80%).

Se considerarmos os dados coletados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, tomando como referência informações comparativas entre os anos de 2002 e 2012 e à luz do que é apresentado no Gráfico 1, destaca-se que, a proporção de jovens de 15 a 17 anos que trabalhava e estudava caiu de 23,1% para 18,8%, enquanto a dos que apenas estudavam cresceu de 58,4% para 65,4%. Já para a faixa etária entre 18 a 24 anos a proporção de jovens que trabalha e estuda caiu de 17,5% em 2002 para 14,8% em 2012, enquanto a dos que apenas estudavam caiu de 16,5% para 14,5%.

Gráfico 1 – Situação educacional dos jovens – Brasil – 2002-2012



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE/MTE.

Ainda segundo dados da PNAD em 2012, para os jovens de 15 a 17 anos de idade, a taxa de ocupação foi de 25,3%, já para as pessoas de 18 a 24 anos, a taxa de ocupação foi de 62,1%, superior aos 60,6% registrados em 2002.

Para o grupo de 25 a 29 anos, em 2012, observa-se que somente 11,2% estudavam, sendo que 8,8% do total cursavam o ensino superior. Merece destaque, o fato que os jovens que não trabalhavam nem frequentavam a escola, os chamados “nem nem”, representa 19,6% dos jovens de 15 a 29 anos de idade. No subgrupo de 15 a 17 anos, esta proporção foi de 9,4%, enquanto entre aqueles com idade entre 18 a 24 anos a incidência chegou a 23,4% no ano de 2012.

O mercado de trabalho brasileiro, no ano de 2013, apresentou crescimento sinalizando para uma recuperação do emprego do país que vinha apresentando queda a partir de 2011, conforme o MTE. Por meio da RAIS 2013, o emprego formal cresceu 3,14% comparativamente ao estoque de trabalhadores formais do ano anterior, indicando a geração 1,490 milhão de empregos.

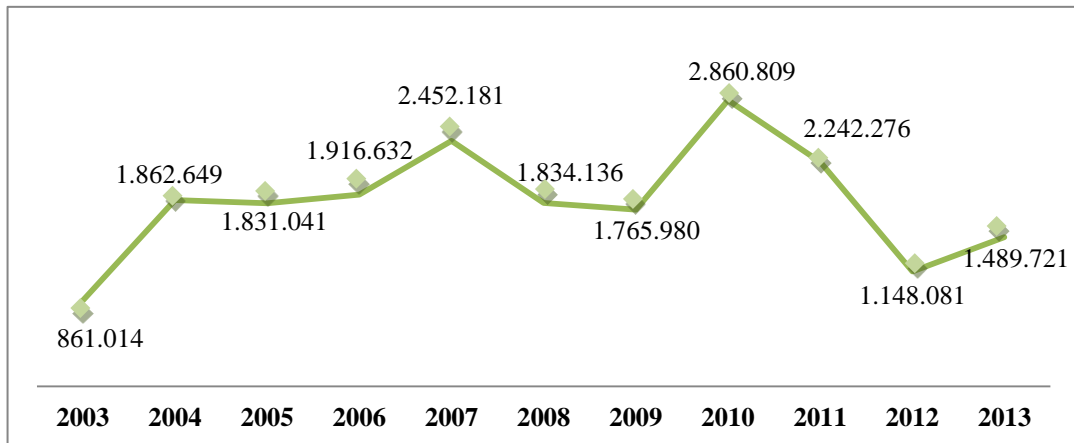
Considerando os dados da RAIS (BRASIL, 2013c), e segundo o recorte por grau de instrução os dados apontam que, entre as faixas de menor escolaridade até a faixa do Ensino Fundamental, há uma tendência de queda do contingente de trabalhadores de ambos os sexos, com destaque para o declínio mais acentuado do gênero masculino.

Conforme o DIEESE (2012, p. 84),

Essas informações indicam uma característica da demanda pelo fator trabalho, que tem buscado empregar pessoas com nível de instrução formal mais elevado, e que, certamente, tem encontrado correspondência no esforço pela escolarização realizado pelos trabalhadores – cada vez mais instruídos – que se apresentam no mercado formal de trabalho.

Portanto, o crescimento econômico que reverberou positivamente no aumento do emprego no país não significou a criação de postos de trabalhos para os menos escolarizados. Os postos de trabalho criados atendendo as exigências dos mercados foram destinados para os trabalhadores de melhor escolaridade, e com melhor qualificação profissional.

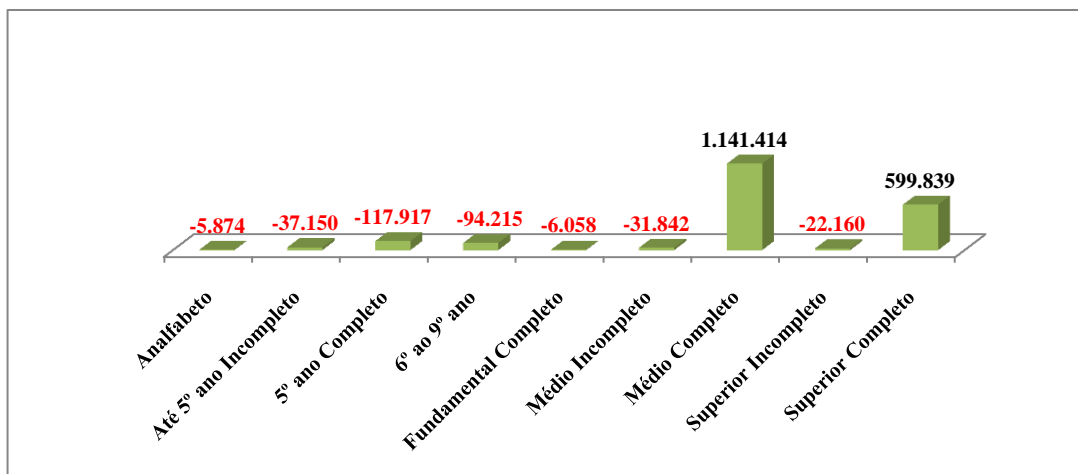
Importante ainda analisarmos a evolução do emprego formal no Brasil na última década, para tanto a interpretação do Gráfico 2, demonstra a evolução da geração de empregos no Brasil para todas as atividades econômicas, permitindo a análise da evolução histórica destes indicadores para o período 2003 a 2013. Os dados foram extraídos a partir de informações do MTE, por meio da RAIS.

Gráfico 2 – Evolução do Emprego Formal, segundo a RAIS – Brasil – 2003 a 2013

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do RAIS/MTE (BRASIL, 2013c).

A leitura do Gráfico 2 nos permite concluir, que a dinâmica do mercado de trabalho formal no Brasil no período 2003 a 2013, privilegia a formalização no mercado de trabalho brasileiro, com a geração de mais de 20, 264 milhões de postos formais de trabalho, se comparados com o período 1993 a 2002 os postos de trabalho gerados foram de 6, 411 milhões no período, apontando, portanto para o amplo crescimento do mercado de trabalho brasileiro nos últimos 10 anos.

Cabe-nos ainda, apontar que ocorreram mudanças significativas no perfil do trabalhador brasileiro durante o período 2003 – 2013, com destaque para a importância da educação como determinante para acesso ao emprego, tendo em vista que ao longo dos últimos anos o aumento no nível de escolaridade dos trabalhadores se tem mantido.

Gráfico 3 – Variação absoluta do emprego formal, por grau de instrução – Brasil – 2013

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do RAIS/MTE (BRASIL, 2013c).

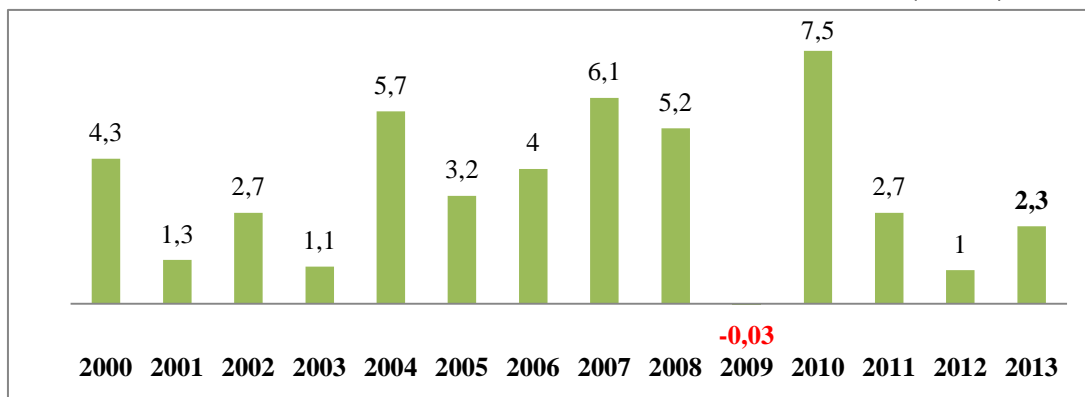
Conforme constatado anteriormente, a interpretação do Gráfico 3 aponta para o fato de que o mercado de trabalho brasileiro tem mantido a tendência de redução de emprego

para os menos escolarizados, com destaque para o 5º ano completo do Ensino Fundamental que apresentou uma redução de -6,54% no ano de 2013 se comparado com o ano anterior. Já para os trabalhadores com Ensino Médio completo, ocorreu uma elevação, cuja participação evoluiu de 44,24% em 2012 para 45,22% em 2013, confirmando-se, portanto, a tendência de aumento no nível de escolaridade dos trabalhadores.

Do ponto de vista macroeconômico, podemos destacar que a economia brasileira, conforme dados do IBGE, cresceu 2,3% em 2013, acima da alta de 0,9% no ano anterior. Os três setores analisados pelo IBGE para o cálculo do PIB mostraram avanço, com destaque para a agropecuária, que cresceu 7%, influenciada pela safra recorde de grãos. Segundo o IBGE, é a maior taxa desde o início da série, em 1996. Na sequência, aparecem os serviços, com alta de 2%, e a indústria, que cresceu 1,3%. Em 2012, o avanço do PIB havia sido puxado pelo desempenho do setor de serviços, o único que, na ocasião, mostrou taxa positiva. Sendo este, portanto, um fator importante a ser analisado no comportamento do mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos. Se compararmos à relação PIB x Crescimento do Emprego, quando se confrontam a taxa de crescimento do PIB de 2013 (2,3%) com o crescimento do emprego formal segundo a RAIS (3,14%), os dados demonstram que a relação emprego formal/produto, continua amplamente favorável nesse ano, tal como ocorreu em 2012 (1,0% para o PIB, ante 2,48%) para o emprego formal.

Considerando que o Produto Interno Bruto (PIB) é o principal indicador econômico do país, e que agrega a dinâmica de todos os setores econômicos e de toda renda por eles gerada, portanto retrata o desempenho da economia nacional. Observa-se que, a partir de 2011, o crescimento econômico vem passando por uma desaceleração, impactos da crise de 2008, com acentuado reflexo na capacidade de geração de novos postos de trabalho no país, conforme demonstra os dados do Gráfico 4.

Gráfico 4 – Variação anual do PIB – Brasil – 2000 a 2013 – (em %)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE/Banco Central.

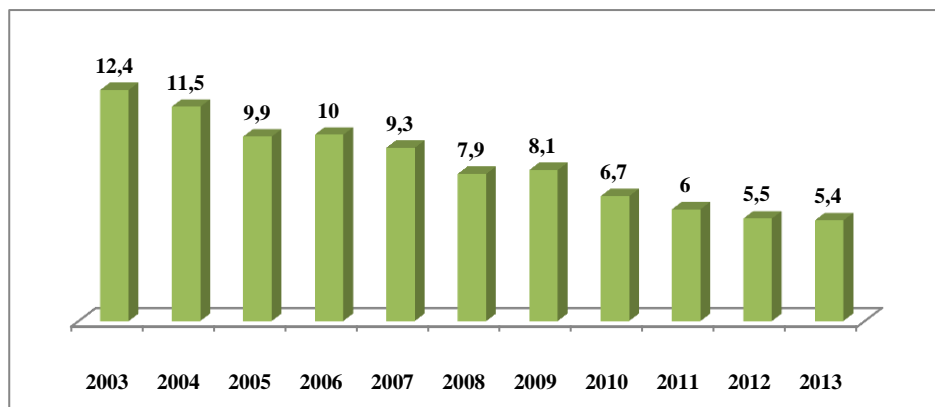
Conforme o DIEESE (2012, p. 11):

É possível dividir a maior parte da primeira década do século XXI, do ponto de vista da relação entre crescimento e emprego, em dois momentos: o primeiro, entre 2001 e 2003, em que o aumento médio do PIB foi de 1,7%, e o crescimento total do emprego formal foi de 12,6%, o que significa uma expansão média anual de 4,2%; o segundo, entre 2004 e 2008, período em que o PIB cresceu em média 4,7%, o emprego formal aumentou 33,5%, e o crescimento médio anual do emprego formal foi de 5,9%.

Ao longo das duas últimas décadas, o Brasil tem avançado significativamente no campo econômico, influenciado principalmente pelo controle inflacionário. Quando se trata do mercado de trabalho, observa-se que este tem conseguido manter a redução da taxa de desemprego, contrariando uma tendência mundial de aumento do desemprego, em especial nos países da zona do euro. A taxa de desemprego é um dos principais indicadores de mercado de trabalho por ser muito sensível às oscilações conjunturais de curto e médio prazo, é calculada relacionando-se o montante de pessoas até 10 anos ou mais de idade desempregadas ou desocupadas com o total da população economicamente ativa (PEA⁷).

O Gráfico 5 apresenta a taxa média de desemprego anual nos últimos 10 anos, refletindo uma ligeira tendência de manutenção do emprego no País, no entanto um olhar pormenorizado nos leva a identificar que os efeitos da crise de 2008 poderá influenciar negativamente o crescimento do emprego formal no Brasil a curto prazo, conforme já ocorrido com o crescimento econômico.

Gráfico 5 – Taxa média de desemprego anual – Brasil (em %)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE.

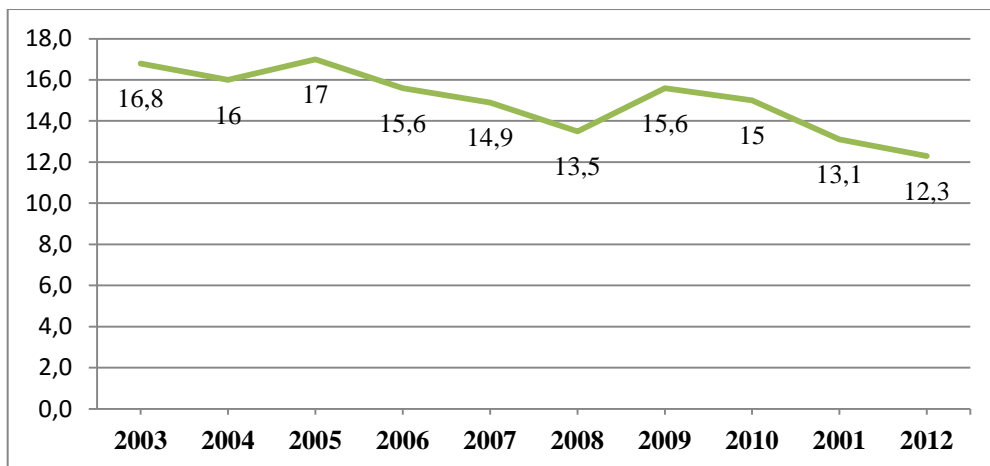
⁷ **População Economicamente Ativa (PEA):** é um conceito elaborado para designar a população que está inserida no mercado de trabalho ou que, de certa forma, está procurando se inserir nele para exercer algum tipo de atividade remunerada.

Podemos observar que a taxa de desemprego no Brasil cedeu de uma média anual de 6,7% no ano de 2010, para 6% em 2011 (Gráfico 5). Enquanto o crescimento econômico neste ano foi de 2,7%, bem inferior ao ano de 2010, que atingiu o patamar de 7,5% (Gráfico 4), mesmo assim, o crescimento do emprego no Brasil ficou em uma situação confortável frente à crise mundial que assola os Estados Unidos e Europa.

No entanto, observando o comportamento do mercado de trabalho brasileiro, nos últimos dez anos, há de se considerar que este dinamismo não se refletiu na criação de oportunidade para inserção de jovens no mercado de trabalho, mesmo que o período mais recente esteja marcado pelo aumento da atividade econômica e das oportunidades de geração de emprego e renda. Quando se trata da inserção da juventude no mercado de trabalho estes números não se apresentam animadores, em 2013 a taxa de desemprego entre jovens foi de 12,3%, portanto três vezes maior que a taxa geral de desemprego no país apontada no Gráfico 5.

O conjunto destes indicadores, demonstram que recaí sobre os ombros da juventude baixos níveis de acesso ao emprego e/ou acesso a trabalhos precários, conforme observado no Gráfico 6 a seguir, construído a partir de dados da PNAD/IBGE, de modo a elaborar um quadro de evolução histórica nos últimos anos, ressaltando-se que não houve PNAD em 2010, ano de Censo Demográfico.

Gráfico 6 – Taxa de desemprego entre jovens de 15 a 29 anos: Brasil – 2003 a 2013 (em %)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do PNAD/IBGE.

A análise detalhada da taxa de desemprego dos jovens no mercado de trabalho, ao longo da última década, apresentam indicadores que exigem dos agentes públicos envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas de trabalho e renda para a juventude, propostas concretas de intervenções no sentido de promover alterações no cenário atual.

Para ter-se uma ideia do quanto à juventude é suscetível à situação de desemprego, o “Relatório tendências mundiais de emprego” da Organização Internacional do Trabalho (2014), aponta que no Brasil 18,4% das pessoas até 29 anos não trabalham ou estudam. Este cenário ainda é mais delicado quando se trata da inserção feminina no mercado de trabalho, uma vez que, enquanto entre os jovens do sexo masculino o índice chega a 12,1%, em relação às mulheres, a taxa alcança 21,1%, e quando focamos nosso olhar para as categorias, gênero e etnia este percentual aumenta para 28,2% entre as mulheres afrodescendentes.

Para os autores Uchoa e Menezes (2013, p. 112):

Uma explicação para tão elevadas taxa de participação e de desemprego do jovem pode ser encontrada quando se observa um movimento de redução de postos de trabalho destinados a essas pessoas, de maneira que os avanços educacionais não necessariamente se traduzem, para a população jovem, em maior possibilidade de obtenção de um posto de trabalho.

No entanto, mesmo o Brasil apresentando taxas de crescimento econômico e do emprego formal, nos últimos anos, os jovens continuam enfrentando um cenário pouco otimista quando se trata de sua inserção no mercado de trabalho, se comparado com a população adulta, continuando, portanto, a ser um desafio a garantia da inserção da juventude no mercado de trabalho com equidade, com melhor escolarização e qualificação profissional.

2.2 JUVENTUDE E PERSPECTIVAS DO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: GLOBALIZAÇÃO, FLEXIBILIZAÇÃO E ROTATIVIDADE

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas duas décadas, têm como marco a crise das políticas do estado de bem-estar-social, a derrocada do socialismo real, a emergência do ideário neoliberal, e a consolidação do processo de globalização mundial.

Para Lima (2004, p. 32): “A globalização econômica evidenciou com mais intensidade os novos mecanismos ideológico-políticos e econômicos utilizados pelo capital para intensificar a produção e, ao mesmo tempo, sufocar a organização dos trabalhadores”.

Corroborando com este pensamento, Rutina e Pereira (2009, p.111), nos afirma que “O grande processo acelerado de progresso tecnológico trabalha em prol da nova ordem mundial: a globalização das economias”.

Como já é sabido, o processo de mundialização tem influências nas transformações de ordem econômica, política e social, sendo fundamental para a integração dos mercados e abertura das economias locais ao capital internacional.

Com o advento da globalização, surge no Brasil o desenvolvimento de uma nova mentalidade, inicialmente no setor privado e posteriormente no setor público, objetivando um aumento da competitividade, com foco na maior eficiência e na elevação dos padrões de qualidade.

Num contexto de importantes transformações nas sociedades mundiais, com uma clara definição de novos papéis frente às transformações do mundo do trabalho, em um cenário em que não há espaço para o grande contingente de trabalhadores que buscam ingressar nesse âmbito, é exigido destes melhores níveis de escolarização e formação profissional. Quando se trata do universo juvenil, estudos do DIEESE (2012), constantes do documento A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000, demonstram que o acesso dos jovens às oportunidades de ingresso no mercado de trabalho apresenta suas limitações: sexo, cor, faixa etária, escolaridade, condição econômica, família e região em que mora.

Para Leon (2009, p. 272), “As questões do trabalho e da renda da juventude refletem o difícil processo de inserção e permanência do jovem no mundo do trabalho”. Já segundo Uchoa e Menezes (2013, p. 105), “A questão do trabalho juvenil é muito complexo na medida em que envolve fatores sociais e econômicos, além de individuais e familiares”. Este segmento da população apresenta maior vulnerabilidade frente à crise mundial.

Assim as políticas públicas de emprego e renda para a juventude deverão considerar a condição diferenciada dos jovens frente aos desafios impostos pelo mercado de trabalho, pois somente assim este segmento da população poderá responder às exigências impostas pelo mercado de trabalho na atualidade. Um fator a ser considerado é que, a última década do século XX, foi impulsionada pelas novas tecnologias, tornando possíveis novas formas de organização do mundo do trabalho.

A mudança tecnológica levou a sociedade do conhecimento à era digital, caracterizada não somente pelo papel do conhecimento e da informação, mas pelo conjunto de tecnologias voltadas à informação e a comunicação, tornando-se uma ferramenta indispensável na geração de riqueza e impondo mudanças no mundo do trabalho.

O domínio das chamadas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) tornou-se um fator determinante para o crescimento das economias mundiais, e para o desenvolvimento de uma sociedade tecnológica, com capacidade de fazer frente às novas exigências dos mercados internacionais que necessitam, portanto, que os meios de produção possam otimizar custos, com aumento da lucratividade, ou seja menor tempo de produção, redução de mão de obra e aumento de competitividade.

Para Castells (2007, p. 87): “Sem dúvida, informação e conhecimentos sempre foram elementos cruciais no crescimento da economia, e a evolução da tecnologia determinou em grande parte a capacidade produtiva da sociedade e os padrões de vida, bem como formas sociais de organização econômica”.

Inegavelmente um dos principais instrumentos de consolidação do mundo globalizado tem sido o avanço tecnológico, proporcionado pela era do conhecimento. A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tem possibilitado agilidade e integração nos fluxos de informações, integrando mercados, possibilitando que empresas sejam capazes de atuar num âmbito global, tornando-as mais competitivas e preparadas para as constantes mudanças impostas pelo mercado globalizado.

A tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as Revoluções Industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear, visto que a geração e distribuição de energia foi o elemento principal na base da sociedade industrial (CASTELLS, 2007, p. 68).

Se por um lado a difusão das novas tecnologias propiciou profundas transformações sociais e tecnológicas, repercutindo no mundo do trabalho com o aumento da produtividade, por outro lado passou a exigir novas habilidades dos trabalhadores, exigindo destes conhecimentos da microeletrônica, da informatização, da digitalização, obrigando-os a se adaptarem com mais velocidade às mudanças delas decorrentes, uma vez que estas se tornaram pré-requisito para o ingresso e manutenção em um mercado de trabalho estruturado.

A eliminação de várias frentes de trabalho e sua não substituição é um dos resultados do avanço tecnológico. Nesse quadro determinado por questões econômicas e políticas, apenas quem possui qualificação profissional consegue espaço de atuação, mesmo lembrando que esse mercado não garante trabalho para todos aqueles que aderem à capacitação e flexibilização dos conhecimentos (LIMA, 2004, p. 7).

Nesse contexto, o mercado de trabalho brasileiro se mostra cada vez mais exigente, sendo primordial que os trabalhadores se apresentem com capacidades que vão para além das exigidas em sua ocupação, reunindo assim, em torno de sua formação, o domínio da prática profissional, da leitura e da escrita, do raciocínio lógico matemático e demais questões que envolvem o atual mundo do trabalho.

“Em vista disso, prevê-se que as desigualdades escolares repercutam cada vez mais nas oportunidades de emprego disponíveis ao trabalhador, em especial, ao jovem trabalhador pobre” (SOUSA; OLIVEIRA, 2013, p. 99). Como se percebe não se despreza a importância do

acesso dos jovens aos sistemas educacionais do país, visando também sua formação profissional, para que assim possa responder as novas exigências do mercado de trabalho.

Neste sentido, Uchoa e Menezes (2013, p. 128) nos lembra de que a melhoria na qualidade da educação básica, “Trata-se de um ponto de partida muito importante para dispor de uma mão de obra mais qualificada, permitindo acompanhar os desafios que a realidade econômica atual vem impondo aos trabalhadores de modo geral e aos jovens em particular”.

Portanto, para a juventude a questão da necessidade de educação formal e de qualificação profissional vem tornando-se unânime quando se trata de alcançar um posto de trabalho, uma vez que pelo fato de apresentarem formação profissional, os jovens tendem a favorecer sua entrada no mercado de trabalho.

Uchoa e Menezes (2013, p. 129) afirmam que:

Com efeito, a formação profissional deve estar voltada às exigências do próprio mercado de trabalho, de maneira que uma percepção das necessidades das empresas, e mesmo do setor público, é sempre importante para que se possa adequar o sentido da formação de uma oferta de trabalho com as exigências requeridas pelo lado da demanda.

Deste modo é possível vislumbrar a integração entre a oferta de educação básica com a educação profissional, de maneira que o processo de formação ocorra dialogando com as cadeias produtivas locais, estimulando assim a formação do profissional em conformidade com as oportunidades de empregos gerados.

Portanto, ainda segundo estes autores:

Uma boa educação básica se traduz na formação de um capital humano com largo espectro de atuação, capaz de acompanhar as mudanças técnicas e organizacionais que o mundo econômico vem conhecendo nessas duas últimas décadas, além de permitir as condições iniciais em termos de capacidade de abstração, entendimento e operacionalidade, para que as pessoas se voltem, em momento oportuno, às formações mais específicas (UCHOA; MENEZES, 2013, p. 128).

Torna-se necessário ainda se considerar que o processo de globalização e mundialização da economia vêm exigindo dos trabalhadores investimento em formação profissional para que possam adequar-se as regras impostas pelo mundo globalizado. Já as empresas na busca pela sobrevivência em um mercado mundial, e na tentativa de fazer frente às novas condições de competitividade, são obrigadas a promover forte investimento em tecnologias que sejam capazes de possibilitar produtos e serviços rápidos, aliados à qualidade e a preços competitivos.

De acordo com Deluiz (1996, p. 7):

Ao acirrar a competição intercapitalista, o processo de globalização obrigou as empresas a buscarem estratégias para obtenção de ganhos de produtividade através da racionalização dos processos produtivos, visualizados pelo uso da microeletrônica e da flexibilidade dos processos de trabalho e da produção, implicando na maior potencialização da capacidade produtiva da força de trabalho.

Vale destacar ainda que a mundialização do capital traz como consequência a precarização do trabalho, materializada por meio dos processos de terceirização, flexibilização, informalidade, automação dos meios de produção, exigindo trabalhadores cada vez mais qualificados para assumirem os novos e escassos postos de trabalho.

Corroborando com este entendimento, Lima (2004, p. 33) afirma que:

Isso nos leva a pensar que a globalização atinge inúmeras questões sociais, sobretudo aquelas que se referem ao trabalhador e ao trabalho, e mais, que a raiz dos principais problemas sociais vivenciados pelos mesmos tem sua origem no modo de produção capitalista que, apesar das crises e das retroalimentações sofridas, mantém inalterada a sua base exploratória.

O processo de globalização não é neutro, ele envolve dimensões: econômica, política, cultural e social, impõe relações laborais desfavoráveis ao conjunto dos trabalhadores e se fortalece por meio da consolidação do ideário neoliberal, estimulando a redução dos estados nacionais a partir dos processos de expansão da privatização, da liberalização e desregulamentação de mercados.

Certamente, com a globalização dos mercados decorrente da internacionalização da economia, não podemos falar em trabalho sem antes ocorrer um forte investimento em educação e formação profissional, seja nos níveis de formação inicial e continuada, seja em níveis técnicos e tecnológicos.

“O importante é que a necessidade de trabalhar não seja, para os jovens de baixa renda, um impeditivo para o aumento da escolaridade e da qualificação profissional, assim como não implique em condições precárias de trabalho.” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009, p. 25).

Outra característica marcante do processo de globalização tem sido a desregulamentação do trabalho, por meio da flexibilização das leis trabalhistas e diminuição das garantias sociais dos trabalhadores, criando um distanciamento da sociedade atual do chamado estado de bem-estar social, provocando uma grave crise de desemprego estrutural.

Nesse cenário de fragilidade do mercado de trabalho, verifica-se que as medidas neoliberais produziram inúmeras desigualdades, atingindo, sobretudo grupos que apresentam

maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho; a exemplo da juventude, que vem se constituindo ao longo dos últimos anos como sendo o grupo etário com maior dificuldade de inserção ocupacional.

Nesta perspectiva, Antunes e Alves (2004, p. 5) destacam que:

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho.

Contraditoriamente mesmo o País tendo apresentado significativo crescimento econômico nos últimos anos, com reconhecida elevação no nível de empregos formais, quando observada à distribuição etária entre os vínculos desligados e ativos, consta-se que os desligamentos predominam entre pessoas em faixas etárias mais baixas, corroborando assim para que no Brasil, o patamar máximo de desemprego se situa nas faixas etárias que vão de 15 a 29 anos, ou seja, no início da vida ativa. Como consequência, resta aos jovens, principalmente aqueles pertencentes às camadas de baixa renda e com menor escolaridade, o acesso a setores precários do mercado de trabalho e em funções consideradas de menor relevância, como limpeza e conservação, serviços de alimentação, e em muitos casos, postos de trabalho não assalariados e sem formalização.

Esta nova dinâmica propicia a criação de zonas de exclusão para os trabalhadores, tornando alguns grupos sociais mais vulneráveis: aqueles de menor escolaridade, as mulheres, afrodescendentes e aos mais jovens que com a crescente precarização das relações de trabalho lhes são reservadas condições precárias de inserção, sem levar em conta que se trata de um grupo etário com características próprias de inserção no mercado de trabalho.

Isto é fato, tanto que o mercado de trabalho se tornou mais competitivo, sobretudo, diante de uma oferta de mão de obra com mais escolaridade. “Mas a permanência no emprego dos mais qualificados não implicou, necessariamente, a adequação perfeita entre formação e ocupação.” (POCHMANN, 2006, p. 71).

Portanto, a relação entre o atual processo de reestruturação produtiva, a globalização da economia e os novos requisitos e demandas à formação profissional tem sido uma das questões mais polêmicas da sociologia do trabalho e tem trazido efetivas transformações nesse âmbito.

A educação se apresenta com um papel estratégico no mundo globalizado. A necessidade do mercado em contar com trabalhadores qualificados, para atender as exigências dos meios de produção, coloca o processo formativo de mão de obra como pauta da atualidade.

Para Frigotto (1993, p. 26): “a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho”.

Nesta perspectiva, o capital humano está relacionado ao conhecimento, expertise, poder de inovação e habilidade dos empregados, implicando assim na necessidade constante de investimento na formação profissional e no domínio das novas tecnologias.

A teoria do capital humano ganhou força a partir da década de 1960 em virtude da preocupação cada vez maior com os problemas de crescimento econômico e melhor distribuição de renda.

Conforme Carvalho e Souza (1999, p. 2): “O Capital Humano é a capacidade, conhecimento, habilidade, criatividade e experiências individuais dos empregados e gerente transformando em produtos e serviços que são o motivo pelo qual os clientes procuram a empresa e não o concorrente.” Logo este capital, nas organizações é, em muitos casos, mais importante que os capitais físicos, sendo fator primordial para o sucesso das organizações.

Ao lado disso, é importante destacar que no campo educacional a Teoria do Capital Humano vincula-se à necessidade de um sistema educacional eficiente, tecnicista e que é entendido como investimento no cidadão para sua melhor posição no mercado de trabalho.

Frigoto (1993, p. 121) defende que:

No âmbito propriamente educacional e pedagógico, a teoria do capital humano vai ligar-se a toda a perspectiva tecnicista que se encontra em pleno desenvolvimento na década de 50. Nesse aspecto há um duplo reforço. A visão do capital humano vai reforçar toda a perspectiva da necessidade de redimir o sistema educacional de sua “ineficiência” e, por sua vez, a perspectiva tecnicista oferece a metodologia ou a tecnologia adequada para constituir o processo educacional como um investimento – a educação geradora de um novo tipo de capital – o “capital humano”. A educação para essa visão se reduz a um fator de produção.

Para tanto, a educação profissional tem se constituído a partir da concepção da teoria do capital humano na sua dimensão formadora de trabalhadores que devem estar aptos para a inserção no modelo capitalista de produção.

De acordo com Soares (2007, p. 2):

Inspirada na Teoria do Capital Humano, a educação no neoliberalismo passou a ser vista como um investimento: atribuiu-se ao sistema educacional a tarefa de preparar recursos humanos para atender às demandas dos projetos no campo econômico. A educação passou a ser pensada como forma de apropriação de capital, enquanto melhoria da qualificação da mão de obra, intensamente vinculada ao desenvolvimento que se faz com base na tecnologia, na criação e implementação dessa tecnologia e na sua relação com a produtividade. Neste enfoque, o homem não é visto como ser humano e sim como força de trabalho, necessária aos vários níveis e tipos de qualificação técnica. A ideologia economicista e tecnocrata coloca prioridade na concepção de educação vinculada ao desenvolvimento econômico, onde o investimento no homem deve ser visto como fator de produtividade econômica.

De um lado, a melhoria do nível de especialização dos trabalhadores, o aumento das habilitações (adquiridas por treinamento) muitas vezes de proporções crescentes da população e maior acumulação de conhecimento (sejam científicos, gerenciais, artísticos etc.) são reconhecidos como fatores importantíssimos para o crescimento econômico; de outro, a alteração da distribuição de capital humano parece ser o método preferido politicamente para a eliminação, tanto da pobreza quanto dos grandes diferenciais de renda entre diferentes classes sociais.

Considerando a possibilidade de que o investimento em conhecimento, habilidades e competências possibilitam uma ascensão salarial para os trabalhadores, será preciso, no entanto, que ocorra um forte investimento por parte do Estado em educação, oportunizando desta forma que a classe trabalhadora possa vir a ter acesso a uma educação de qualidade e emancipatória, do contrário se estará criando um fosso ainda maior entre os que produzem as riquezas e os donos dos meios de produção.

Neste cenário não podemos falar em trabalho para a juventude sem que antes ocorra um forte investimento em educação e formação profissional, seja nos níveis de formação inicial e continuada, seja em níveis técnicos e tecnológicos.

Sabe-se, entretanto, que a educação profissional por si só não gera ocupação, mas pode aumentar as oportunidades de trabalho. De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 16/99, do Ministério da Educação, não se concebe educação profissional como simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas sim como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade (BRASIL, 2005c).

Já Uchoa e Menezes (2013, p. 129) afirmam que:

Com efeito, a formação profissional deve estar voltada às exigências do próprio mercado de trabalho, de maneira que uma percepção das necessidades das empresas, e mesmo do setor público, é sempre importante para que se possa adequar o sentido da formação de uma oferta de trabalho com as exigências requeridas pelo lado da demanda.

Conforme defendem os autores, o mercado de trabalho é quem deverá impor as regras para oferta de qualificação profissional, cabendo aos trabalhadores sujeitarem-se a buscar qualificação profissional naqueles itinerários formativos que estejam sendo demandados por mão de obra qualificada.

Ainda segundo os mesmos autores:

Uma boa educação básica se traduz na formação de um capital humano com largo espectro de atuação, capaz de acompanhar as mutações técnicas e organizacionais

que o mundo econômico vem conhecendo nessas duas últimas décadas, além de permitir as condições iniciais em termos de capacidade de abstração, entendimento e operacionalidade, para que as pessoas se voltem, em momento oportuno, às formações mais específicas (UCHOA; MENEZES, 2013, p. 128).

Parece-nos que restringir a formação de um indivíduo somente às exigências do mercado de trabalho, como mecanismo de atender as demandas momentâneas dos meios de produção, contraria os preceitos legais que regulamentam a educação profissional no país, uma vez que nem sempre as necessidades de mão de obra qualificada apresentada pelo mercado de trabalho significam o acesso aos meios tecnológicos e científicos como mecanismos de formação integral.

Nesta perspectiva, a educação básica articulada com a formação profissional é de suma importância para fazer frente às novas exigências do mercado de trabalho, associado à oferta de qualificação profissional com ampliação do conhecimento e das descobertas de novos caminhos formativos.

Não faz mais, também, sentido nenhum pensar o desenvolvimento apenas por sua vertente econômica, relacionada ao custo e ao lucro, mas como uma dinâmica que incorpore, de forma combinada, a dimensão da democracia, da justiça social e da ecologia. Em síntese, um desenvolvimento sustentável ecológico e socialmente estabelecido (OSTERNE, 2014, p. 43).

Se por um lado, na sociedade globalizada e de consumo, os processos educacionais devem oferecer aos jovens bem mais que sua preparação para o mercado de trabalho, transmitindo princípios éticos, valores humanos, dentro de uma cultura de autonomia, de consciência planetária e reconhecimento de direitos e deveres, contribuindo para a construção de sua identidade. Em outra vertente, contrariando estes princípios, o movimento da realidade tem nos demonstrado que o modelo de crescimento econômico na sociedade capitalista distancia-se de um desenvolvimento consubstanciado com garantias de direitos.

Para Neres e Souza (2008, p. 5),

No contexto da reestruturação produtiva, o mercado passa a demandar maior flexibilidade tanto de salários pagos quanto à autonomia para contratar e dispensar trabalhadores e demanda, ao mesmo tempo, uma mão-de-obra mais qualificada o que no caso das novas habilidades requeridas significa uma mão-de-obra mais escolarizada.

Portanto, apesar das exigências de uma mão de obra melhor qualificada e com maior escolarização, a flexibilização do mercado de trabalho possibilita a contratação da força de trabalho com menor garantia de direitos, contribuindo para uma crescente crise do emprego, onde os países que seguiram este modelo passaram a apresentar altíssimos índices

de desemprego, elevadas taxas de rotatividade de mão de obra e aprofundamento das desigualdades sociais já existentes.

Em síntese o mercado de trabalho é entendido como independente do funcionamento da economia, cabendo exclusivamente ao indivíduo adaptar-se ao contexto dos empregos existentes e procurar favorecer-se do seu próprio esforço e postura qualitativa, como forma de superação da concorrência em relação aos outros. Nesse caso a vítima do desemprego é identificada como responsável pelo próprio desemprego (POCHMANN, 2007, p. 76).

Corroborando com este pensamento a análise detalhada da movimentação do PIB brasileiro no período 2000 – 2013 (Gráfico 4) realizada no início de nosso estudo, aponta para o fato de que independentemente do nível de crescimento econômico, o mercado de trabalho brasileiro tem apresentado reflexos positivos. No entanto, este desempenho favorável não refletiu na geração de empregos com qualidade para a população pertencente ao grupo etário, entre 15 e 29 anos, que continuaram expostos a condições precárias de emprego, convivendo com a informalidade, baixos salários, instabilidade e carência de proteção de direitos.

Por um lado, a precarização da ocupação se reduz na década em algumas de suas formas mais tradicionais, como o assalariamento sem carteira, mas, por outro, assume novas formas, sendo uma delas a expansão do processo de terceirização das atividades produtivas para todos os setores econômicos (DIEESE, 2012, p. 51).

A consolidação das profundas transformações pelas quais vem passando a economia brasileira mostrou-se desfavorável à evolução do emprego, atingindo particularmente os jovens. Nesse contexto, os jovens em idade laboral tornam-se um dos segmentos mais frágeis na disputa por um posto de trabalho em meio ao elevado excedente de mão-de-obra e a perda de oportunidades ocupacionais em empregos regulares.

Essas transformações, entretanto, não foram suficientes para eliminar a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro, caracterizado por elevadas taxas de desemprego, presença relevante da informalidade nas relações de trabalho, desigualdade nas condições de inserções regionais e na qualidade dos postos de trabalho (DIEESE, 2012, p. 51).

O acesso dos jovens às oportunidades de ingresso no mercado de trabalho tem suas limitações, mostrando padrões de inserção diferenciados em função da idade, sexo, condição econômica da família, bem como escolarização e formação profissional. Todos estes fatores contribuem para que, na comparação com os adultos, a inserção de jovens no mercado de trabalho se mantenha desvantajosa, sendo que para este segmento etário a probabilidade de estar desempregado é quase três vezes maior que a dos adultos.

Segundo o “Relatório tendências mundiais do emprego” da Organização Internacional do Trabalho (2014): “Em todo o mundo, 74,5 milhões de jovens com menos de 25 anos estariam desempregados. A taxa mundial nessa faixa etária foi superior a 13 por cento em 2013, e quase um milhão a mais que o ano anterior”.

Conforme explicita Leon (2009, p. 272):

Os jovens, principalmente os que vivem em situação de vulnerabilidade, historicamente são considerados um grupo com grande dificuldade de inserção na atividade econômica. E, no atual contexto, se deparam com um mercado de trabalho fortemente impactado pelas mudanças da estrutura da produção.

Assim, as diretrizes e os programas para a inserção ocupacional e formação profissional dos jovens devem levar em consideração as desigualdades de oportunidades segundo atributos pessoais e socioeconômicos deste segmento da população.

Conforme já visto anteriormente, os efeitos do processo de mundialização do capital exigem das empresas nacionais capacidade de competitividade frente à abertura dos mercados imposto pela nova ordem mundial, atrelado a isto as ideias neoliberais de redução do Estado com forte impacto no desmonte da máquina estatal, impõe ao trabalhador sujeitar-se a medidas de flexibilização dos contratos de trabalho, como alternativa para manutenção do emprego.

Tais exigências têm contribuído para que as relações laborais no Brasil nos últimos anos tenham ocorrido por meio da flexibilização contratual de modo a facilitar tanto os desligamentos quanto as admissões, promovendo assim uma relação extremamente desfavorável para os trabalhadores.

Para Albuquerque e Gennari (2013, p. 10) no Brasil: “As políticas neoliberais, principalmente no que tange à abertura econômica, acompanhada de várias formas de flexibilização da estrutura econômica e social e altas taxas de juros, exerceram pressões expressivas no nível e no perfil do emprego”.

É nítido que são diversos os movimentos em torno das relações de trabalho, no sentido de permitir adaptações favoráveis a contratação precária da mão de obra, com benefícios para o ganho da produtividade, aumento dos lucros e que contribuem fortemente para a crescente desqualificação das condições do mercado de trabalho brasileiro.

As formas de trabalho precário no Brasil em particular são muito diversificadas e com impactos muito distintos no percurso de vida dos trabalhadores. Podem ser destacadas formas laborais associadas a atividades assalariadas por tarefa, aos pequenos autônomos, aos trabalhos *part time* com contrato temporário, aos trabalhos ilegais (muito associados aos processos migratórios de outros países da América Latina, como a Bolívia e o Peru), ao trabalho doméstico sem registro em carteira e sem proteção, aos faxineiros diaristas, ao trabalho agrícola em atividades

sazonais (como por exemplo no corte de cana de açúcar). (ALBUQUERQUE; GENNARI, 2013, p. 6).

É fato que, nos últimos anos, motivado pelo crescimento econômico do país verifica-se uma redução da informalidade dos trabalhadores, o que não significa necessariamente redução da precarização das relações laborais.

Outro fator a se considerar é o tempo médio de emprego formal no Brasil, que de acordo o MTE, é de 3,9 anos o que revela uma situação completamente desfavorável aos trabalhadores brasileiros. Segundo DIEESE (2011b, p. 56),

O crescimento dos empregos com curta duração na distribuição da RAIS deve-se ao forte aquecimento do mercado formal de trabalho após 2004, resultando principalmente na elevação das taxas de crescimento do 'reemprego' e, complementarmente, do 'primeiro emprego', que são os fatores que preponderam na conformação dos vínculos com menos de um ano da RAIS e que explicam aproximadamente 31,0% do estoque anual do mercado formal nos últimos anos da década passada.

Neste contexto, o baixo tempo de permanência do trabalhador em seu último posto de emprego evidencia que o mercado de trabalho formal no Brasil é marcado fortemente por alta rotatividade, expondo o trabalhador brasileiro a uma situação de insegurança frente às condições de permanência no emprego, em especial aquele trabalhador mais jovem, tendo em vista que eles são os que menos tempo permanecem no mesmo posto de trabalho.

Ainda segundo DIEESE (2011b, p. 59),

[...] o tempo médio do emprego formal do Brasil é praticamente a metade do observado na Dinamarca, onde é de 7,6 anos, e da Islândia, com 7,9 anos. França, com 11,7 anos, Itália e Bélgica, ambos com 11,6 anos, são os países com o maior tempo médio do emprego, praticamente três vezes o verificado no mercado formal brasileiro.

Conforme já tratado anteriormente, o crescimento econômico e a expansão do emprego no Brasil por si só não garantem a qualidade dos empregos gerados no país.

Influenciado pelas medidas de flexibilização do mercado de trabalho, as relações laborais se apresentam desfavoráveis para o trabalhador, influenciando em especial no tempo de permanência no emprego, é um fenômeno que se verifica com maior ou menor intensidade a depender do tipo de desligamento analisado.

Conforme dados do DIEESE (2014, p. 3), a taxa de rotatividade global no mercado de trabalho brasileiro alcançou 63,7% em 2013. Isto significa que, de cada dez

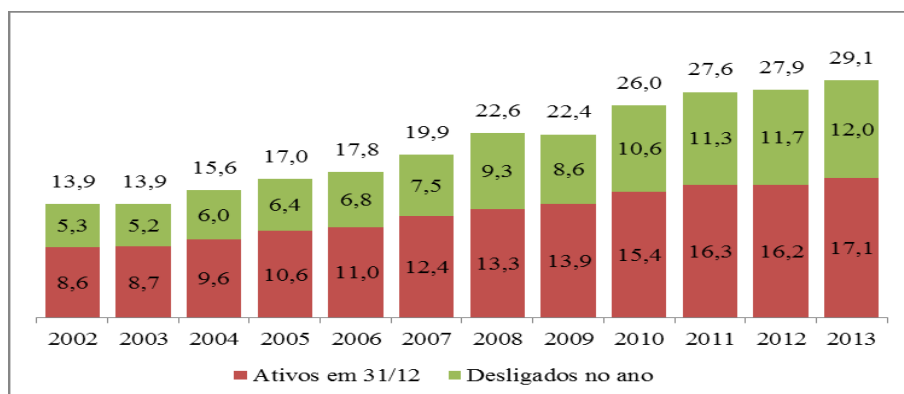
empregados, seis passam por desligamento e admissão no posto de trabalho ao longo do ano. Em 2012, a taxa chegou a 64% e vem-se mantendo estável desde 2010.

Segundo DIEESE (2014, p. 3):

Esta intensa movimentação dos contratos de trabalho decorre de uma grande flexibilidade contratual, já que anualmente um elevado número de admissões e desligamentos é realizado. Tendo por base o ano de 2013, nota-se que ocorreram 29,1 milhões de admissões durante o ano, mas 12,0 milhões desse total não permaneceram ativos no estoque em 31/12, tendo havido desligamento durante o ano.

No Gráfico 7, observa-se que a flexibilização das relações de trabalho contribuem para que ocorra a fragilização nesta relações, onde diante de qualquer ameaça, por menor que ela seja, trabalhadores são descartados de seus postos, em muitos casos, significando redução de salários e desqualificação nas relações de novos contratos trabalhistas, tal indicativo sugere que estes desligamentos sejam melhor investigados para que sejam conhecidas suas causas reais.

Gráfico 7 – Evolução da movimentação anual dos admitidos no ano: Brasil – 2002 a 2013 (em milhões de vínculos)



Fonte: Elaborado pelo DIEESE, com base nos dados do RAIS/MTE.

Ainda segundo o mesmo estudo, quando considerados os dados de desligamentos para o período entre 2002 e 2013, constatou-se que cerca de 45% dos desligamentos ocorreram com menos de seis meses. Aproximadamente 65% das contratações sequer atingiram um ano completo. Os dados revelam ainda uma queda na participação do grupo etário entre 18 e 24 anos.

Comparando a distribuição etária entre os vínculos desligados e ativos, observa-se que os desligamentos predominam entre pessoas nas faixas etárias mais baixas. Em 2003, 30,0% dos contratos eram ocupados por trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos, no entanto, eles somavam 22,2% entre os vínculos ativos em 31 de dezembro. Já em 2013, os percentuais foram de, respectivamente, 27,9% e 18,7%, ampliando a distância em termos de pontos percentuais (DIEESE, 2014, p. 5).

Já quando analisada a escolaridade e a idade, o estudo mostra que, entre os desligamentos ocorridos em 2013, há predominância de trabalhadores mais jovens e menos escolarizados.

Em 2003, vê-se que entre os vínculos desligados no ano, 36,3% possuíam ensino fundamental incompleto, contra 29,7% de participação entre os vínculos ativos. Em 2013, eram, respectivamente, 16,9% e 14,7%. Em relação aos trabalhadores com o ensino fundamental completo, suas participações foram de 23,4% e 20,8% nos vínculos desligados e ativos, respectivamente, em 2013. Adicionalmente, verifica-se que a participação dos trabalhadores com ensino superior foi de 7,8% nos desligados em 2013, contra 12,9% entre os ativos (DIEESE, 2014, p. 6).

O aprofundamento de nossa análise vem confirmando a clara dificuldade encontrada pelos trabalhadores mais jovens e de menor escolaridade em conseguir sua inserção no mercado de trabalho formal, cabendo-lhes a incerteza no momento da contratação e a submissão a condições precárias de trabalho, seja através de empregos informais, seja através de contratos de trabalho que não asseguram as condições dignas de prestação de serviço, sendo certo que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

“Para além da análise do comportamento do emprego na última década, uma discussão fundamental na compreensão da dinâmica do mercado de trabalho formal brasileiro é a qualidade dos postos de trabalho gerados.” (DIEESE 2012, p. 83).

Portanto, a qualidade do emprego depende fundamentalmente da alta produtividade da mão de obra, da menor rotatividade dos trabalhadores, possibilitando assim seu treinamento em serviço e sua qualificação profissional conseguida por meio do investimento em educação, estes fatores associados asseguram a melhor qualidade do emprego.

No entanto quando se trata do acesso de jovens ao mercado de trabalho, os mesmos se deparam com imensas dificuldades para sua inserção laboral, uma realidade que os empurra para zonas de exclusão e submissão as condições precárias de trabalho que em nada contribuem para construção de sua autonomia. Essa situação é derivada da ausência de política pública específica de juventude que articule educação e trabalho.

2.3 POPULAÇÃO JUVENIL NO CEARÁ: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA INCLUSÃO

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), a pobreza não deve ser medida apenas levando em consideração a renda, mas também as privações que os indivíduos enfrentam para ter qualidade de vida. Nesta perspectiva, o Brasil tem 6,083 milhões de

pessoas que vivem em situação de pobreza, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) 2014. Por isso, o relatório traz desde 2010 o chamado Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Por ele, é classificado como pobre, qualquer indivíduo privado de pelo menos três de um total de 10 indicadores considerados importantes para se ter qualidade de vida: nutrição, baixa mortalidade infantil, anos de escolaridade, crianças matriculadas em escolas, energia para cozinhar, saneamento, água, eletricidade, moradia digna e renda. E quanto maior o número de indicadores, mais grave é a situação (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014).

No Brasil, os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014), divulgados em outubro de 2013, apontam para o fato de que: “são cerca de 15,7 milhões de pessoas vivendo na pobreza no Brasil, dos quais 6,53 milhões continuam abaixo da linha de pobreza”.

Os dados da pobreza no Brasil são alarmantes, e apesar do esforço que se tem feito na tentativa de se minimizar os impactos da miséria no país, os investimentos parecem ainda não serem suficientes para assegurar a esta parte da população brasileira condições dignas de vida.

O Brasil apresentou em 2013, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,744, colocando o país na posição 79 dentre os 187 países e territórios. Em 1980, quando se começou a calcular o IDH, o país apresentava taxa de 0,549, naquele ano, a expectativa de vida correspondia a 62,7 anos, a média de estudo era de 2,6 anos, a expectativa de estudo somava 9,9 anos, e a renda per capita totalizava US\$ 9.154. Isso significa que, nestas três décadas, o Brasil apresentou uma evolução de 36,4% para o período ou ainda aumento anual médio de 0,95%.

No entanto, a melhoria nestes indicadores não significa dizer que o País ainda não tenha um longo percurso a percorrer quando se trata de assegurar aos jovens melhores condições de desenvolvimento e oportunidades concretas de sua inclusão social e profissional, para tanto se faz necessário um pesado investimento público na implementação de políticas públicas em especial de educação que contribua para modificar o atual quadro de vulnerabilidade que se encontra a juventude no País como um todo.

Já o Relatório Mundial da Juventude (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2013) destaca que: “Hoje, cerca de 152 milhões de trabalhadores jovens são de famílias que estão abaixo da linha da pobreza (vivem com menos de 1,25 dólares por dia), compreendendo 24% dos trabalhadores pobres do mundo”.

Esta constatação revela que para os jovens, não basta o acesso ao mercado de trabalho, se esta importante conquista não estiver alicerçada por políticas sociais de inclusão que possibilitem a aproximação da relação trabalho e educação. O fato dos jovens terem

conquistado um emprego só não é suficiente para a ruptura do ciclo de pobreza em que se encontram inseridos.

Por outro lado, se observa que a juventude em condição de vulnerabilidade social se vê forçada a ingressar precocemente no mercado de trabalho na tentativa de superação da pobreza em que se encontra; para tanto, se submetem a relações de trabalho desfavoráveis, ocupando vagas precárias, sem a devida formalização e nenhuma garantia de direitos trabalhistas, construindo um fosso ainda maior entre educação, trabalho digno e geração de oportunidades para superação da pobreza.

Este cenário nacional da condição juvenil se reflete nos estados e municípios brasileiros. Pensar políticas públicas de juventude, portanto, tem se mostrado um grande desafio para gestores públicos locais, devendo ser levado em consideração às especificidades regionais, o nível de desenvolvimento local, assim como o perfil socioeconômico da região.

No caso do Ceará, os governos das últimas décadas têm priorizado os investimentos em projetos estruturantes de desenvolvimento, por meio de uma política contínua de incentivos fiscais com o objetivo claro de atração de novas indústrias, potencializando a capacidade industrial instalada e o produto industrial do Estado.

Conforme o Programa para Resultados (PforR) do Governo do Estado do Ceará, estas iniciativas no período de 2007 a 2013 promoveram investimentos da ordem de R\$ 7,6 bilhões de reais, oriundos de empreendimentos instalados no Estado, representando 188 novas indústrias instaladas ou ampliadas no período e gerando mais de 32 mil novos empregos diretos nos setores produtivos de: geração de energia, confecção e metalurgia (CEARÁ, 2015, p. 44).

Do ponto de vista do crescimento econômico desde o ano 2009, o Estado do Ceará tem apresentado crescimento acima da média nacional, tendo superado a marca dos dois pontos percentuais em todos os anos do quadriênio 2009/2012. Durante este período a economia cearense cresceu 16,8%, enquanto que o resultado do Brasil foi de 11,1%, este cenário coloca o Ceará atualmente na 12ª posição entre os 27 estados brasileiros, e se apresenta como a terceira maior economia da região Nordeste.

Segundo o IPECE (*apud* COSTA, 2014), este cenário econômico tem projetado o Estado do Ceará para níveis de crescimento acima da média nacional, situação que se manteve durante o ano de 2013. Neste ano, o PIB do Ceará cresceu 3,4%, com a produção de todos os bens e serviços finais produzidos no estado somando R\$ 105,7 bilhões, o que garantiu ao estado uma participação na economia nacional de 2,2%.

Quando analisados as condições do mercado de trabalho cearense, é oportuno ressaltar que no ano de 2012, o setor que mais gerou emprego na economia foi o setor de

serviço, com mais de 27% dos postos de trabalho gerados, seguido pelo setor agrícola, com participação de 23,6%.

Conforme diagnosticado por Costa (2014), no documento *Juventudes e Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza: Trajetórias Recentes*.

Este dinamismo econômico se traduziu em mais oportunidades de trabalho e renda, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/RMF), inquérito domiciliar realizado mensalmente pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), em parceria com o SINE/IDT e a Fundação Seade-Dieese. Uma ilustração de tal fato é que o total de ocupados evoluiu de 1.512 mil, em 2009, para 1.657 mil indivíduos, em 2012, com a geração de 145 mil novas ocupações, ao mesmo tempo em que a disponibilidade de mão de obra – aferida pela população economicamente ativa (PEA) - foi ampliada em 113 mil pessoas (COSTA, 2014, p. 10).

Os investimentos estatais na ampliação do setor produtivo, tornando o Estado competitivo e com forte potencial industrial são, de fato, importantes, mas não devem ser os únicos meios para combater as desigualdades sociais, e a pobreza. As transformações no quadro de pobreza existente no Estado passam também pelo forte investimento em educação, qualificação profissional, programas de incentivos a permanência na escola e a inserção de jovens no mercado de trabalho e ainda a inserção produtiva de famílias de baixa renda por meio de incentivos e fortalecimento da agricultura familiar e dos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Todavia, o desempenho obtido pela economia cearense, parece não ter tido reflexo com o mesmo vigor junto a superação da pobreza no estado. Inegavelmente foram grandes os avanços na diminuição da pobreza extrema em todo o território cearense, mas, no entanto, não foram suficientes para superação do quadro de vulnerabilidades e desigualdades existentes, considerando que o Ceará ainda enfrenta desafios significativos, a exemplo dos níveis de pobreza que ainda são inaceitavelmente altos no Ceará, com 13% de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza extrema⁸ da região e quase um terço dos habitantes (31%) abaixo da linha da pobreza regional.

Para a transformação deste cenário, tais investimentos devem ser aplicados em especial para atendimento aqueles grupos que se encontram em maior condição de vulnerabilidade social no estado e, portanto, mais expostos às condições precárias de trabalho ou até mesmo ao desemprego, a exemplo da juventude entre os 15 e 29 anos, que segundo a PNAD 2012 chega aos 2,3 milhões em todo o Ceará, ou seja, 26,8%% da população cearense, representando ¼ dos 8,8 milhões de habitantes do Estado.

⁸ A “linha de pobreza extrema” é definida como a renda suficiente para um consumo mínimo de alimentos (2000 calorias por dia) de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Ainda segundo dados da PNAD 2012, a População Economicamente Ativa (PEA) juvenil do Ceará chega em torno de 1,4 milhão de trabalhadores, representando 34,4% da PEA total do Estado que foi estimada em quase 4,2 milhões de pessoas.

Fator importante a ser considerado a partir da leitura da PNAD 2012 é o fato de que dos 1,4 milhão de jovens economicamente ativos, cerca de 1,3 milhão estava ocupado e 154 mil desempregados, naquele ano. Analisados os dados na categoria gênero, as mulheres apresentam maior vulnerabilidade, representando 1,4 mulher desempregada para cada homem na mesma condição, ou seja, o universo feminino entre os 15 e 29 anos representa 58,4% (90 mil) do desemprego juvenil no Ceará, refletindo assim uma maior exposição da jovem mulher cearense ao desemprego.

Já quando considerarmos as condições de trabalho, através da leitura da PNAD 2012, comprova-se a presença de um status de precariedade quando se trata do acesso da juventude ao mercado de trabalho no Estado, pois 41% dos jovens ocupados recebem até $\frac{1}{2}$ salário mínimo por mês e apenas 21% destes ganham mais do que um salário mínimo mensal.

Verifica-se, também, esta condição quando a PNAD 2012, afirma que 64,2% dos jovens ocupados trabalham mais do que 40 horas semanais – uma taxa elevada considerando as diretrizes das leis trabalhistas. Pessoas mais jovens se colocam em situações adversas de trabalho por motivos geralmente ligados à necessidade de sustento, tempo livre, falta de experiência antecedente, baixa escolaridade e potencial físico para o trabalho manual.

Segundo Uchoa e Menezes (2013, p. 127):

O segmento do mercado de trabalho do jovem sofre as mais diversas influências: a pobreza aumenta a incidência do trabalho juvenil; as novas tecnologias elevam o desemprego, uma vez que exigem uma maior e diferenciada qualificação para o trabalhador, característica incomum entre os jovens, até mesmo porque ainda são jovens.

Outros dados que demonstram a problemática de precarização das colocações de jovens no mercado de trabalho são apresentados pelo Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011, realizado pelo DIEESE (2011a). Segundo a pesquisa, 54,2 % do total de jovens assalariados no Ceará exercem seu trabalho sem ter a carteira de trabalho assinada em regime informal de contratação. Já a PED/RMF para o ano de 2012 apresenta em Fortaleza e sua Região Metropolitana taxa de 52,9% dos jovens entre 16 e 29 anos ocupados sem vínculo registrado em carteira de trabalho.

Considerando a capacidade de inserção produtiva pelo nível de escolaridade do sujeito, verifica-se a deficiência do Ceará quando a média de anos de estudo para a população jovem, que é de 8,6 anos, inferior à média, por exemplo, do estado de São Paulo, que é de

10,4 anos de estudo. Se considerarmos Fortaleza e Região Metropolitana para a faixa de idade entre os 16 a 29 anos a escolaridade média para os desempregados foi de 9,8 anos, enquanto que para os jovens ocupados foi de 10,1 anos de estudo.

Para os autores Uchoa e Menezes (2013, p. 129):

Com o objetivo de agilizar o funcionamento do mercado de trabalho juvenil, necessário se faz incentivar a formação de postos de trabalho específicos voltados a essa faixa etária, de maneira a permitir que os jovens continuem frequentando as escolas e ampliando seus conhecimentos gerais e de formação. Esse tipo de política deve visar à diminuição da taxa de desemprego para essas pessoas, bem como reduzir o tempo de desemprego ao qual passam estar submetidas, sem que isso signifique retirar os jovens inteiramente das escolas.

A negligência quanto à educação básica também se faz presente quando 54,0% da população jovem de Fortaleza e Região Metropolitana apenas trabalham ou procuram trabalho, sem exercer nenhuma atividade de estudo.

Para Santos (2013, p. 81):

As novas configurações tecnológicas, organizacionais e relacionais produziram, desse modo, impactos não somente na dinâmica do modo de produção, mas também diretamente, no trabalho, e na educação: exigir-se-ia, de forma generalizada, ao trabalhador, mais treinamento, maior escolaridade, novos tributos, habilidades e competências.

Tendo em vista a evidente relação entre o nível de escolaridade e oportunidades de inserção no mercado de trabalho (no Brasil, atualmente, 62,5% dos empregos formais estão ocupados por indivíduos com, no mínimo, o Ensino Médio), surge a necessidade de projetos de educação profissional voltados para o público jovem.

Neste sentido, Andrade e Castro (2013, p. 160), nos chama atenção para:

No que tange à inserção no mercado de trabalho, as oportunidades ocupacionais dos jovens continuam a ser escassas, independentemente da elevação de sua escolaridade. Ademais, as trajetórias ocupacionais dos jovens têm sido marcadas pelo signo da incerteza: estes ocupam as ofertas de emprego que aparecem, normalmente de curta duração e baixa remuneração, o que deixa pouca possibilidade de iniciar ou progredir na carreira profissional.

Indiscutivelmente, as novas formas de organização da produção têm exigido cada vez maior qualificação dos trabalhadores, sendo exigido menor grau de habilidades manipulativas e maior grau de abstração no desempenho do trabalho produtivo sem, no entanto, isso significar a diminuição do desemprego.

O mapa do emprego formal no Ceará reflete a realidade nacional, onde os mais jovens apresentam maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, uma vez que

a maioria dos cearenses com vínculos formais de trabalho encontra-se na faixa etária entre 30 e 39 anos, com uma participação de 30,18%, ou seja, no ano de 2012 de cada 10 pessoas trabalhando formalmente, 3 estão nessa faixa etária.

A par disso, é importante abordar a questão que a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho está diretamente ligada à condição social do jovem. Conforme dados da Pesquisa Juventude, o que une e o que separa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2004, enquanto jovens das classes D/E que procuram trabalhar entre um ano e meio e três anos representam 22,7%, entre os jovens das classes A/B somente 11,2% dos jovens deste extrato social ficam entre um ano e meio e três anos em busca por trabalho.

Tabela 3 – Evolução do estoque de empregos formais por faixa etária – Ceará – 2002 e 2012

Faixa Etária	2002	Part.(%)	2012	Part.(%)	Var.(%)
10 a 14 anos	63	0,01	31	0,00	-50,79
15 a 17 anos	2.528	0,32	4.286	0,30	69,54
18 a 24 anos	137.831	17,37	237.351	16,67	72,20
25 a 29 anos	133.374	16,81	249.158	17,50	86,81
30 a 39 anos	242.347	30,55	429.716	30,18	77,31
40 a 49 anos	171.460	21,61	292.575	20,55	70,64
50 a 64 anos	97.037	12,23	192.865	13,55	98,95
65 anos ou mais	8.286	1,04	17.665	1,24	113,19
Ceará	792.926	100,00	1.423.647	100,00	79,54

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do RAIS do MTE (BRASIL, 2012b).

Torna-se necessário conceber políticas de emprego e qualificação profissional que levem em conta essa realidade, a fim de que esta tendência do mercado de trabalho não venha a prejudicar o ingresso dos mais jovens na vida laboral.

Em Fortaleza e sua Região Metropolitana, onde se concentram a maioria das políticas públicas para a juventude, conforme dados coletados pelo IBGE, por meio da PNAD 2012, a população jovem entre 15 a 29 anos de idade chega a 991 mil pessoas, representando 36,1% da população jovem do estado, já conforme dados apresentados por Costa (2014, p. 33), naquele mesmo ano “estima-se que 506 mil indivíduos tinham idade entre 18 e 24 anos (jovem-jovem), perfazendo mais da metade da população juvenil (51,1%), 338 mil estavam na faixa de 25 a 29 anos (34,1%) (jovem-adulto) e os demais tinham 16 ou 17 de anos (147 mil ou 14,8%) (jovem-adolescente)”.

Considerando a expressiva presença da juventude na população de Fortaleza e sua Região Metropolitana, oportuno observar a luz da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/RMF) para o ano de 2012 que os números apontam para o segmento de 16 a 29 uma taxa de desemprego de 16,2% da PEA juvenil, sendo que a taxa menor ficou entre os que possuem de 25 a 29 anos (9,8%) e maior entre os que possuem de 16 a 17 anos (28,7%).

Ainda conforme dados PED/RMF, em relação a gênero, o desemprego em Fortaleza e sua Região Metropolitana naquele ano foi mais forte entre as mulheres, uma vez que elas representaram 19,8% da taxa de desemprego, enquanto os homens foram responsável por 13,1%, já em relação à cor/raça⁹ a taxa de desemprego para os negros foi de 17,2%, enquanto para os não negros correspondeu a 15,6%.

Segundo a PED/RMF, em 2012, a situação de trabalho e estudo do grupo etário entre 16 e 29 anos em Fortaleza e sua Região Metropolitana era de 16,2% para os jovens que só estudam, 13,6% para aqueles que estudam, trabalham e/ou procura trabalho, enquanto 54,0% não estudam, só trabalham e/ou procuram trabalho e 16,2% não estudam e nem participam do mercado de trabalho.

A leitura pormenorizada dos dados nos demonstra que a exclusão do jovem do mundo do trabalho tem cor, sexo e escolaridade, exigindo assim por parte das autoridades competentes um olhar diferenciado no momento da formulação de políticas de geração de emprego e renda pensada para este grupo etário.

Inegavelmente, os estudos feitos para a teorização deste trabalho apontam para o fato de que a inserção de jovens no mercado de trabalho tem se apresentado como o grande desafio a ser superado pelas políticas públicas direcionadas especificamente para a juventude.

Para Uchoa e Menezes (2013, p. 129), “A especificidade do jovem surge no instante em que ele contempla a possibilidade de adentrar no mercado de trabalho, exatamente no momento em que ele tem mais condições de adquirir uma melhor capacitação profissional”.

O estudo bibliográfico nos apresenta um cenário em que a inserção de jovens no mercado de trabalho, torna-se um elemento desafiador em sua trajetória de vida, não basta apenas o acesso a programas de formação profissional, o desenvolvimento de uma política pública de educação, embora que seja assegurada a qualidade necessária e as condições de acesso, por si só não garantem a inserção produtiva dos jovens, se não ocorrerem investimentos, criação de novos postos de trabalho, e o desenvolvimento de políticas públicas de geração de emprego e renda que estimulem e promovam a participação deste segmento no mundo do trabalho.

⁹ a) Negros = pretos e pardos; b) Não-negros = brancos e amarelos.

De acordo com Andrade e Castro (2013, p. 163), “Outro aspecto que evidencia o quando ainda são restritas as oportunidades para os jovens no mercado de trabalho é o elevado percentual de desemprego juvenil: 12,1% em 2011, representando 61% do total de desempregados no País”.

Portanto, atribuir ao jovem, conforme sugere a teoria do capital humano, a responsabilidade pelo investimento em sua formação, como forma dele se tornar competitivo e com maiores chances de empregabilidade, não será suficiente para superação deste problema, pelo contrário, terá caráter prejudicial à juventude que passa a ser jogada à sorte e responsabilizada pela incapacidade dos governos em implementar uma política pública ativa de geração de emprego e renda.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (2013), divulgados através do Relatório Mundial da Juventude:

Na sequência da crise econômica, a taxa de desemprego global de juventude atingiu seu recorde histórico em 2009, quando cerca de 75,8 milhões de jovens ficaram desempregados. Nas desacelerações econômicas, jovens são muitas vezes os últimos contratados e os primeiros demitidos. Em 2010, a taxa de desemprego global de jovens era 12,6%, muito maior do que a taxa de desemprego mundial adulto de 4,8%.

Não se pode, portanto, deixar a margem desta discussão o modelo econômico adotado pelo país, as crises cíclicas do capitalismo, e suas consequências junto à juventude. São crescentes as desigualdades para esta parcela da população, sendo grande o número de jovens que permanecem sem acesso a direitos básicos, como saúde, educação, trabalho e cultura, sem falar dos direitos específicos, pelos quais vêm lutando, de forma cada vez mais expressiva nos últimos anos.

Olhando para a juventude como um grupo que historicamente vem sendo marginalizado pela ausência de políticas públicas de proteção ao seu desenvolvimento educacional e profissional, há de se entender que o acesso da juventude as políticas públicas de emprego, trabalho e renda não podem ser vistas como uma concessão aos jovens mais vulneráveis e que necessitam delas somente para superação de seu estado de vulnerabilidade social: “Porém é imprescindível que estas políticas não se consolidem simplesmente como instrumento de prevenção da criminalidade entre jovens de classes populares.” (GONZALEZ, 2009, p. 127).

Nesta perspectiva, caberá às políticas públicas de juventude o desafio de construir uma agenda de oportunidades que possa dar conta dos anseios e necessidades de uma juventude que, cada vez mais, busca por oportunidades e políticas concretas de inclusão.

Para as autoras Lobato e Labrea (2013, p. 34), “A pobreza e a exclusão social dela decorrente são as principais razões pelas quais a juventude brasileira não vive plenamente sua cidadania, e um desses fatores é a qualidade de sua inserção no mercado de trabalho”.

Diante deste cenário, o Governo do Estado do Ceará, sensível ao fato de que a juventude cearense se constitui como um dos segmentos mais desfavorecidos pelo crescimento dos problemas socioeconômicos do país, tais como concentração de renda, educação de baixa qualidade, desemprego, baixos salários, entre outros, a partir de 2007, na gestão do governador Cid Gomes (2007-2010/2011-2014), adotou dentre as estratégias de superação da pobreza no estado e, em particular com a intenção de contribuir para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, diversos programas de educação profissional e tecnológica, seja por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), seja por meio da implantação de cursos técnicos através da implantação e ampliação da rede de escolas profissionalizantes.

Parece-nos que com este movimento o Governo do Ceará tem se aproximado da inclusão na pauta das políticas públicas estaduais, de ações efetivas que vêm contribuindo para a transformação da condição juvenil do estado no que se refere o acesso a qualificação profissional e inclusão no mercado de trabalho, a exemplo de projetos como o Primeiro Passo, Juventude Empreendedora e Criando Oportunidades desenvolvidos no âmbito da STDS do Governo do Estado.

2.3.1 Projetos de Formação Inicial e Continuada no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS)

Quando analisados os investimentos do Governo do Estado do Ceará na implementação de cursos de FIC, observa-se que a STDS foi a quem mais concentrou recursos e atividades nesta área.

A STDS tem consolidado ações e práticas exitosas atuando nos segmentos populacionais que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica, como trabalhadores desempregados e subempregados; moradores em áreas de risco; adolescentes e jovens; egressos de medidas socioeducativas; vítimas da violência e da exploração sexual; famílias vulneráveis; pessoas com deficiência; trabalhadores rurais; grupos étnicos, entre outros, alcançando resultados positivos em relação a esses públicos.

Nesse contexto a STDS, através da Coordenadoria de Promoção do Trabalho, tem atuado de forma a propor programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento econômico, social e regional, visando a ampliação das oportunidades de inserção econômica

e o desenvolvimento social de pessoas e comunidades, promovendo a inserção social e produtiva de segmentos populacionais com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, principalmente o segmento da juventude, considerado público prioritário em nossos projetos e ações.

Com o desenvolvimento do Programa Gestão de Políticas de Juventude executado de forma articulada com as demais ações voltadas para juventude no Governo do Estado, o segmento da juventude, vem sendo considerado uma das prioridades da STDS, na busca de inserir os jovens cearenses no mercado do trabalho, através da qualificação social e profissional e promovendo a sua inserção nas empresas fortalecendo as oportunidades para o primeiro emprego.

Ao longo do período 2007/2014, a STDS tem buscado ampliar parcerias com os diversos segmentos da sociedade, na perspectiva de fortalecer os grupos populacionais que não detêm qualificação social e profissional adequada, notadamente no interior do estado, tendo em vista, a limitação das oportunidades de inserção produtiva.

As ações de Qualificação Social e Profissional (QSP) desenvolvidas pela STDS têm com diretriz criar maiores condições para o acesso dos jovens ao mercado de trabalho, com ações de educação profissional e inserção de jovens no mercado de trabalho. No entanto, conforme será apresentado a seguir, são diferentes projetos e metodologias distintas, mas que possuem como cerne possibilitar maiores condições na transição dos jovens para o mundo laboral, cujas ações são majoritariamente financiadas pelo FECOP.

No Quadro 2, destacamos os principais projetos que vêm sendo desenvolvido no âmbito da STDS durante o período 2007/2014.

Quadro 2 – Projetos de qualificação profissional na modalidade FIC desenvolvidos na STDS no período 2007-2014 – características

(continua)

Projetos	Características
Primeiro Passo	Atende a jovens de 16 a 24 anos, nas linhas de ação: Aprendiz, Estagiário e Bolsista. Os cursos ofertados são nas áreas de turismo, administração, indústria, comércio e serviço. Na linha de ação bolsista ocorre o pagamento de bolsa aprendizagem no valor de R\$ 100,00. Os estagiários são encaminhados para o setor público e Aprendizes para empresas privadas parcerias do Projeto.
ProJovem Trabalhador /Juventude Cidadã	Qualifica jovens de 18 a 29 anos em parceria com o Governo Federal, os cursos são de carga horária média de 200 horas de atividades, o processo de qualificação segue o modelo de arcos ocupacionais. Os educandos recebem bolsa aprendizagem no valor de R\$ 100,00 pagos diretamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Quadro 2 – Projetos de qualificação profissional na modalidade FIC desenvolvidos na STDS no período 2007-2014 – características

(conclusão)

Projetos	Características
Juventude Empreendedora	O programa atende a jovens de 17 a 24 anos, em regiões estratégicas do Estado, os cursos apresentam foco na cultura empreendedora e no desenvolvimento do protagonismo juvenil, visando a integração do jovem na comunidade, na sociedade e no mercado de trabalho.
CE-Jovem Aprendizagem em Serviço	O Projeto tem por finalidade a articulação com empresas públicas e privadas, visando a qualificação profissional e inserção de jovens no mercado de trabalho na condição de estagiário e/ou aprendiz. O público atendido é de 16 a 29 anos.
Qualificação de Jovens em Cumprimento de Medidas socioeducativa	O projeto apresenta como objetivo a qualificação profissional por meio de cursos FIC para jovens em cumprimento de medidas socioeducativa nas unidades de internação da STDS. Os cursos apresentam carga horária de 100 horas/aula e qualificam nas áreas de jardinagem, artesanato, comércio e serviços.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em informação da Célula de Educação Social e Profissional do STDS.

Esse conjunto de ações é realizado de forma integrada e articulada com Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego do Ceará (SINE/CE), assegurando a inserção dos qualificados no mercado de trabalho formal, seja inicialmente na condição de estagiário e jovem aprendiz, que ocorre concomitantemente ao processo de qualificação social e profissional, seja na efetivação dos mesmos após o período da aprendizagem.

A seguir, apresentamos no Quadro 3 uma síntese do atendimento para o período 2007/2014, conforme a execução dos respectivos projetos. A análise do Quadro 3 nos permite ainda verificar os dois principais indicadores que evidenciam a eficácia e eficiência das atividades propostas, ou seja, jovens qualificados e jovens inseridos no mercado de trabalho.

Quadro 3 – Projetos de qualificação profissional na modalidade FIC desenvolvidos na STDS no período 2007-2014 – meta de atendimento

(continua)

Projetos	Indicadores Selecionados	Total de Jovens Atendidos 2007-2014
Primeiro Passo	Jovens Qualificados	48.093
	Jovens Inseridos no Mercado de Trabalho	15.162
ProJovem Trabalhador /Juventude Cidadã	Jovens Qualificados	14.682
	Jovens Inseridos no Mercado de Trabalho	4.429

Quadro 3 – Projetos de qualificação profissional na modalidade FIC desenvolvidos na STDS no período 2007-2014 – meta de atendimento

(conclusão)

Projetos	Indicadores Selecionados	Total de Jovens Atendidos 2007-2014
Juventude Empreendedora	Jovens Qualificados	3.650
	Jovens Inseridos no Mercado de Trabalho	979
CE-Jovem Aprendizagem em Serviço	Jovens Qualificados	23.894
	Jovens Inseridos no Mercado de Trabalho	9.779
Qualificação de Jovens em Cumprimento de Medidas socioeducativa	Jovens Qualificados	4.998

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do SIAP/MAPP/SEPLAG/FECOP.

Estas iniciativas demonstram que a intervenção do estado, através do desenvolvimento de estratégias de inclusão social, vem sendo implementada por meio de políticas estruturadas com foco na construção da autonomia da juventude cearense; políticas estas que vêm reduzindo a expulsão dos jovens do sistema educacional e orientadas para o incremento das oportunidades de emprego.

A luz da Tabela 4 a seguir, é possível a verificação de como os investimentos nestes projetos foram, em sua grande maioria, oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), além desse fundo, há recursos advindos da esfera federal, principalmente dos projetos capitaneados pelo MTE. Vale ressaltar que se trata de valores empenhados e pagos até 31.12.2014.

Tabela 4 – Projetos de qualificação profissional na modalidade FIC desenvolvidos na STDS – investimentos no período 2007-2014

Projetos	TOTAL GERAL 2007/2014
Primeiro Passo	57.908.150,45
ProJovem Trabalhador/Juventude Cidadã	25.491.103,71
Juventude Empreendedora	11.175.055,50
CE-Jovem Aprendizagem em Serviço	45.367.547,20
Qualificação de Jovens em Cumprimento de Medidas socioeducativa	4.822.493,50
TOTAL DO INVESTIMENTO	144.764.350,36

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de dados do SIAP/MAPP/SEPLAG/FECOP.

Apesar do volumoso investimento e dos avanços identificados, percebe-se que ainda perdura uma enorme zona de exclusão quando se trata do acesso da juventude às oportunidades de emprego e renda, escolarização, combate à violência, ou seja, o jovem acaba refletindo no trabalho todo o processo de exclusão que sofreu desde sua infância e que levará consigo por toda a sua vida, sempre preso aos limites de sua pobreza e condição sociocultural.

Diante destas constatações, evidencia-se que para manter os ganhos de inclusões sociais alcançados ao longo dos últimos anos pelo Estado, e reduzir substancialmente os níveis de pobreza, será necessário associar os bons resultados do desenvolvimento econômico do Ceará com a implantação de políticas públicas de inclusão que cheguem mais rápido junto aos públicos mais vulneráveis em todo o estado. Políticas estas com foco na melhoria da qualidade do ensino e na qualificação profissional de jovens por meio de programas que fomentem tanto a formação profissional tanto quanto sua articulação com o mercado de trabalho, com vistas à inserção, geração de ocupação e trabalho para a juventude, dotando especialmente aqueles mais jovens e em situação de vulnerabilidade das condições necessárias de acesso no já escasso e competitivo mercado de trabalho.

Não obstante tudo isso, um dos grandes desafios que se coloca frente à construção de políticas públicas específicas para a juventude é o fato de que o poder público deverá oferecer à juventude não somente políticas de inserção no mercado de trabalho, mas também oportunidades de participação em programas: socioculturais, de educação e elevação de escolaridade, assim como oportunidades de experiências de vida e a compreensão abrangente do próprio conceito de trabalho.

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Neste capítulo, inicialmente, a revisão teórica subsidiou a compreensão da categoria juventude, definindo o que é ser jovem, seu perfil, seus anseios e sua constituição enquanto sujeito, para tanto buscaremos em Bourdieu (1983), Esteves e Abramovay (2009), Pimenta (2007), Vicente e Martins (2011), o referencial teórico base de nosso estudo.

Procurando dar conta do desenvolvimento das políticas públicas de juventude no Brasil contemporâneo, o arcabouço teórico contou com documentos oficiais do Governo Federal, que trata da implementação das políticas públicas desenvolvidas no Brasil durante a primeira década de 2000 (BRASIL, 2013a, b), suas diretrizes e consequentes avanços, na constituição de uma efetiva política de Estado capaz de responder as múltiplas ansiedades deste importante segmento populacional.

Os documentos analisados referem-se às diretrizes legais de constituição da Política Nacional de Juventude, instituída no ano de 2005 pelo Governo Federal, através da Lei nº 11.129, de 30/06/2005, que congregou em torno de si a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), do Programa Nacional de Jovens (PROJOVEM) conjuntamente com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) – (BRASIL, 2005d).

Para o entendimento destas questões que envolvem as práticas da gestão pública na condução das ações governamentais voltadas para a juventude no Brasil, na última década, contou-se ainda com documentos da ONU, IPEA, MDS, IPECE, IBGE, DIESSE e OIT, e a contribuição de Silva e Andrade (2009), Clementino e Cordeiro (2013) e Ministério da Educação (BRASIL, 2013a, b).

No referente à política de qualificação profissional fizemos uma análise da política de educação profissional desenvolvida no Brasil, contando inicialmente com os preceitos legais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Nossa abordagem explora ainda o desenvolvimento de ações de qualificação profissional desenvolvidas no âmbito do MTE por meio de ações do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) a partir de 2003 e mais recentemente com a implementação no ano de 2011 do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), em que lançaremos um olhar sobre as modalidades bolsa-formação e PRONATEC Aprendiz-Micro e Pequena Empresa.

3.1 JUVENTUDE OU JUVENTUDES EM BUSCA DA IDENTIDADE

A ONU estabeleceu o ano de 2010, como o ano Internacional da Juventude. O objetivo desta iniciativa foi trazer para a pauta governamental e da sociedade civil a discussão sobre as questões contemporâneas que assolam o dia a dia do jovem, em qualquer nação do mundo, pois discutir e pensar políticas públicas para a juventude é promover o progresso e o desenvolvimento para as gerações futuras.

Os limites cronológicos da adolescência são definidos pela OMS, entre 10 e 19 anos, e pela ONU, entre 15 e 24 anos, critério este usado principalmente para fins estatísticos e políticos.

Já a OIT define juventude como período entre 15 e 29 anos.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em vigor desde 1990, define a adolescência entre 12 e 18 anos incompletos, ficando um vácuo no referente à categoria juventude.

Vicente e Martins (2011, p. 60) afirmam que “Ao situar a juventude em suas múltiplas dimensões, é necessária ir além do critério de delimitação da idade; é preciso identificar os elementos sociais e ideológicos que caracterizam esta fase na sociedade contemporânea, já que este é um momento importante na formação da identidade”.

Em 5 de agosto de 2013, depois de um longo processo de discussão no Parlamento Brasileiro e no meio dos grupos juvenis organizados, foi aprovada a Lei nº 12.852, que instituiu o Estatuto da Juventude que considera como jovens as pessoas com idade entre 15(quinze) e 29(vinte e nove) anos de idade.

Já para Bourdieu (1983, p. 113),

A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído dotados de interesses comuns, e relacionar esses interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente.

Para o autor, a limitação do jovem em uma idade biológica, apresenta-se como uma amarra, com características de controle deste seguimento, ao se pensar a juventude em agrupamentos separados, definidas por faixa etária de idade, gostos comuns, a sociedade passa a exercer com maior facilidade o controle sobre este segmento.

Do ponto de vista sociológico, para Pimenta (2007, p. 71): “a delimitação das fases da vida e a diferença entre as gerações assumem importância quando observamos que a transição de um grau etário para outro significa uma mudança de estatuto perante o grupo”.

Nesta perspectiva os jovens acabam, vivenciando uma busca constante pela mudança de estatuto, pela passagem para patamares superiores, como condição para conquistas de direitos, de realização de sonhos.

Ainda segunda a autora:

Assumir um novo estatuto significa não apenas passar a ter *direito* a um conjunto de privilégios, mas também assumir novos deveres e obrigações, assim como demonstrar aptidão para exercer determinadas atividades. É nesse sentido que a maioria jurídica torna legítima a prática de atividades como consumir bebidas alcoólicas ou frequentar casas noturnas, ao mesmo tempo em que considera o indivíduo plenamente responsável por seus atos e, portanto, passível de sofrer determinadas sanções no caso de infringir a lei (PIMENTA, 2007, p. 71, grifo da autora).

Precisamos ter clareza que ser jovem não é somente uma definição biológica, antes de qualquer coisa refere-se há um tempo vivido, a um momento da vida humana que se relaciona com transformações, mudanças físicas e biológicas que também são acompanhadas por mudanças comportamentais. “Ao compartilharem a mesma situação histórica, diferentes faixas etárias podem sofrer os efeitos de condições ou eventos particulares a determinada época.” (PIMENTA, 2007, p. 71).

Esteves e Abramovay (2009, p. 27) relatam por sua vez que “existem muitos e diversos grupos juvenis, com características particulares e específicas, que sofrem influências multiculturais e que, de certa forma, são globalizados”.

Nesta perspectiva, não se admite pensar a juventude como um grupo singular, mas sim como um segmento que apresenta necessidades diversas, que se agrupa pela sua singularidade ao mesmo tempo em que é plural em seus anseios e suas compreensões de mundo.

Para Esteves e Abramovay (2009, p. 23),

A realidade social demonstra, no entanto, que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc.

Os diferentes grupos juvenis se originaram não somente pelas similaridades que apresentam, mas eles refletem a ideologia de um determinado tempo, os anseios da sociedade em que estão inseridos, estes fatores são determinantes para que os jovens se agrupem através de seus interesses comuns.

Neste contexto, Margullis e Urresti (1996, p. 25 *apud* ESTEVES; ABRAMOVAY, 2009, p. 24),

Atentam que o conceito de juventude, do mesmo modo que toda categoria socialmente construída acerca de fenômenos existentes, possui uma dimensão simbólica. Entretanto, reduzi-lo a essa dimensão empobrece o seu significado, desmaterializando-o. Desse modo, o seu tratamento deve, obrigatoriamente, considerar as determinações materiais, históricas e políticas inerentes a toda e qualquer produção social.

Assim sendo, o jovem é um indivíduo em processo de construção, sua identidade é moldada ao longo da sua trajetória, e seu percurso de vida é acompanhado por ritos de passagem que o evidenciam em busca da vida adulta, de reconhecimento, liberdade e consequentemente de sua autonomia. A diversidade e os anseios presentes nesta fase nos colocam o desafio de compreender o ser jovem em suas múltiplas dimensões.

Para os autores Clementino e Cordeiro (2013, p. 26),

Continua sendo um desafio para aqueles que querem propor políticas e iniciativas governamentais dirigidas aos jovens, reconhecer a diversidade da juventude, e pronunciar juventudes, no plural, para que a partir dessa melhor compreensão, possam-se construir políticas de Estado, as atuais políticas de governo para o público juvenil.

Portanto, não podemos considerar a existência somente de um tipo de juventude, o que se identifica é a presença de grupos juvenis constituídos de forma heterogênea, que ocupam espaços diferentes na vida social e política, que enfrentam desafios e conquistas sociais inerentes ao seu tempo.

Suas lutas têm a ver com o espaço que o jovem ocupa como sujeito de direito, e envolve velhas e novas reivindicações de origem, étnica, de gênero, educacional, trabalho e participação.

3.2 JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO

Considerando o sistema federativo brasileiro, os ministérios, em geral, têm por finalidade planejar e implementar a macro política direcionada ao conjunto dos Estados, em cada área temática específica das políticas públicas.

Assim, as políticas públicas direcionadas especificamente para determinados segmentos ou minorias são pensadas pelo Governo Central, a partir de Organismos e

Programas Governamentais em âmbito nacional, necessitando de mecanismos de execução, que possam assegurar a descentralização das ações planejadas, sua efetividade e implementação nos estados e municípios. Para Osterne (2014, p. 48), “o maior desafio dos governos e da administração pública na atualidade, entretanto, parece ser o de promover o desenvolvimento econômico e social sustentável através de políticas públicas”.

No tocante ao desenvolvimento de políticas públicas para a juventude, o Brasil vem buscando mudar esse paradigma. Prova disso, é que no ano de 2005, foram criados o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Jovens (PROJOVEM), conjuntamente com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), ambos instituídos pela Lei nº 11.129, de 30/06/2005 (BRASIL, 2005d). Estas iniciativas tornaram-se as bases para a construção do que seria a Política Nacional de Juventude, na tentativa de consolidar uma política de juventude unificada e capaz de assegurar plenamente os direitos dos jovens.

Apesar dessas conquistas o Brasil ainda precisa dar respostas a problemas não totalmente solucionados, como o desemprego juvenil, que afeta não só os jovens brasileiros, mas do mundo inteiro. Combater o desemprego e assegurar o trabalho decente para os jovens é um dos desafios da agenda governamental (ABRAMOVAY; CASTRO, 2014, p. 19).

Vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) foi concebida para coordenar, integrar e articular as políticas públicas de juventude, além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para o segmento juvenil.

Para Clementino e Cordeiro (2013, p. 22), “A Secretaria Nacional Juventude passou a ser o organismo do Governo Federal responsável por promover a integração de todas as ações, tendo como foco a política juvenil”.

Os esforços que vêm sendo empreendidos pelo Brasil na consolidação da política pública de juventude demonstram por parte do governo federal o reconhecimento da juventude como sendo um segmento social estratégico, com direito a políticas específicas e capazes de atender às suas necessidades.

Neste sentido, outro importante elemento na constituição da Política Pública de Juventude foi a criação do CONJUVE, que se trata de um Conselho composto pela sociedade civil e pelo governo, com a atribuição de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.

O Conjuve é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, contando, ao todo, com 60 membros, sendo 20 do governo federal e 40 da sociedade civil. A representação do poder público contempla, além da SNJ, todos os ministérios que possuem programas voltados para os jovens; a Frente Parlamentar de Políticas para a Juventude da Câmara dos Deputados; o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude; além das associações de prefeitos. Essa composição foi estruturada para que as ações sejam articuladas em todas as esferas governamentais (federal, estadual e municipal), o que contribuirá para que a política juvenil se transforme, de fato, no Brasil, em uma política de Estado (BRASIL, 2015a).

O terceiro elemento de constituição da Política Nacional de Juventude foi o Programa Nacional de Jovens (PROJOVEM). Esse Programa foi estruturado para atender a uma das dimensões da Política Nacional de Juventude, que é a dimensão da inclusão, contemplando os jovens de 15 a 29 anos, que não tinham ensino fundamental, estavam fora da escola e do mercado de trabalho. O Programa era direcionado somente para as capitais e regiões Metropolitanas e previa, além da escolarização, a profissionalização dos jovens. Podiam participar jovens de 18 a 24 anos, sem o Ensino Fundamental, mas que tivessem cursado até a 4ª série. Além disso, os alunos não podiam ter emprego formal, com carteira assinada.

Sobre o tema Silva e Andrade (2009, p. 68) afirmam:

Considerando a curta trajetória do Brasil no campo de políticas públicas específicas para a juventude, admite-se que o país vem avançando a passos largos, apesar da dificuldade de se implementar políticas integradas e de se assegurar a construção de políticas a partir de uma agenda que inclua, de fato, as temáticas e os problemas juvenis, tendo os jovens como participantes deste processo.

Os esforços empreendidos até aqui são essenciais para assegurar o desenvolvimento de uma política pública efetiva não somente de concessão de direitos, mas que assegurem aos jovens brasileiros, sua condição de sujeitos históricos, atuantes, com participação direta na condução das políticas públicas para a juventude implementadas no Brasil.

No entanto, ainda havia um desafio a vencer, que era a integração das diversas ações promovidas pelo Governo Federal e com ressonância direta junto aos Estados e Municípios. Assim, em 2007, o Governo Federal lança o PROJOVEM Integrado, que surgiu da união dos seis programas, que, na época, atendiam à juventude: o próprio PROJOVEM (da Secretaria Nacional de Juventude), Agente Jovem (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), Saberes da Terra e Escola de Fábrica (Ministério da Educação), Juventude Cidadã e Consórcio Social da Juventude (Ministério do Trabalho e Emprego).

Com a integração, algumas mudanças foram postas em prática nos respectivos programas, a exemplo da faixa etária dos beneficiários, que passou de 15 a 24 anos para a faixa de 15 a 29 anos. Além disso, no PROJOVEM integrado unificou-se o auxílio financeiro mensal, com o valor de R\$ 100 (cem reais), passando a ser estruturado em quatro

modalidades: urbano, campo, trabalhador e adolescente. Por conseguinte, a gestão do programa foi instituída de maneira compartilhada pelos Ministérios responsáveis pelas respectivas modalidades, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude.

Conforme pudemos observar a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Jovens (PROJOVEM) formaram o tripé inicial da Política Nacional de Juventude, caracterizando este momento como o de maior efervescência, quando se trata da implementação de políticas públicas específicas para a juventude no Brasil.

Embasado no estudo das diretrizes da Política Nacional de Juventude, constantes do *site* da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) do Governo Federal, destacamos duas dimensões dentro do arranjo institucional criado a partir de 2005 no âmbito do Governo Federal, a Dimensão Institucional e a Dimensão Legal, que tem como objetivo assegurar a construção de uma política pública específica para a juventude, que ofereça continuidade e esteja legalmente amparada.

A Dimensão Institucional

A parceria entre o Conselho e a Secretaria Nacional de Juventude foi fundamental para reforçar outra importante dimensão da política juvenil, que é a dimensão institucional. Graças ao trabalho conjunto, os organismos de juventude – secretarias, subsecretarias, conselhos e coordenadorias – se multiplicaram no país e hoje já estão presentes em cerca de mil municípios e 25 estados. Também foram criados os Fóruns Nacionais de Gestores Municipais e Estaduais de Juventude, que vieram fortalecer ainda mais a política juvenil.

A Dimensão Legal

Uma outra dimensão, tão fundamental quanto as outras, é a constituição de um marco legal, que vai permitir ao Brasil consolidar sua política juvenil como uma política de Estado, ou seja, uma política perene e independente da vontade daqueles que estejam governando o país (OS AVANÇOS..., 2015).

No entanto, conforme já visto anteriormente, a formulação de políticas públicas para a juventude, chega de forma tardia, começando a fazer parte da agenda política nacional, somente a partir do ano de 2005.

Em termos gerais, podemos observar que existe um movimento no seio da juventude, que procura avançar ainda mais na perspectiva da participação e do reconhecimento do jovem enquanto sujeito de direito.

Ainda segundo a SNJ (BRASIL, 2013e, p. 8):

O reconhecimento dos jovens por parte das políticas públicas decorre do entendimento de que a juventude é uma etapa do ciclo da vida – para além de uma mera fase de transição ou formação – que carrega sentido em si mesma. Marcada pela superação da condição anterior de dependência e proteção exigida pela infância e adolescência, é na juventude que o indivíduo processa de maneira mais intensa a conformação de sua trajetória, valores, e a busca de sua plena inserção na vida social.

Nesta perspectiva, as políticas públicas pensadas para a juventude deverão apresentar maior articulação em sua execução, se apresentarem, com caráter multissetorial e com clara definição, seus objetivos, trazendo como prioridade reverter o quadro de inclusão em que se encontra a grande maioria da população jovem do Brasil.

Para o alcance destes objetivos, a juventude de maneira organizada tem se mobilizado no sentido de se fazer presente na construção efetiva de uma política pública que represente os anseios da população jovem do país, uma vez que, até pouco tempo, as políticas juvenis, no Brasil, consideravam a juventude apenas como uma fase de transição da adolescência para a vida adulta.

Em função do próprio ECA, essas políticas estavam restritas aos brasileiros com até 18 anos, o que nos leva a crer que “os avanços no campo das políticas públicas de juventude no Brasil vêm demonstrando a mobilização dos jovens para assuntos de interesse coletivo e pautas comuns aos diversos segmentos juvenis, contemplando temas como educação, saúde, mobilidade, entre outros” (BRASIL, 2015b).

Estas conquistas, no entanto, só foram possíveis graças a uma extensa agenda de mobilização, que contou com a ampla participação dos mais diversos segmentos de juventude do Brasil, conforme descreveremos a seguir.

No ano de 2008, a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude realizaram, em Brasília, a 1ª Conferência Nacional de Juventude, quando foram discutidos os mais diversos temas de interesse das juventudes presentes, englobando participação política, jovens no campo e na cidade, políticas públicas para juventude, diversidade, cultura, esporte e lazer, educação, acesso a mercado de trabalho, dentre outros. Estes temas foram agrupados em 22 prioridades da Política Nacional de Juventude, cujas diretrizes subsidiaram ainda o 1º Pacto pela Juventude, lançando no mesmo ano. Estas ações foram implementadas em nível federal, estadual e municipal e tinham como objetivo sensibilizar governantes e candidatos, estimulando-os a assinar um documento, comprometendo-se com o fortalecimento das políticas públicas de juventude.

Em 2010, um fato importante para o fortalecimento de uma política pública de estado para a juventude foi a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 65, conhecida como PEC da Juventude, que após tramitar sete anos no Congresso Nacional, foi aprovada em julho de 2010. A Emenda inseriu o termo “jovem” no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, assegurando ao segmento, direitos que já foram garantidos constitucionalmente às crianças, adolescentes, idosos, indígenas e mulheres.

No ano de 2011, foi realizada a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, ampliando ainda mais o debate com a juventude sobre o tema; a Conferência reuniu em Brasília, entre os dias 9 e 12 de dezembro de 2011, três mil delegados. Neste mesmo ano, a Câmara Federal aprova o Estatuto da Juventude.

Após quase dez anos de tramitação e de muita mobilização social, o Congresso Nacional aprovou, no mês de julho de 2013, o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852), que, em seguida, foi sancionado pela presidenta Dilma Roussef, em 5 de agosto do mesmo ano (BRASIL, 2013d). No entanto, somente entrou em vigência a partir do dia 2 de fevereiro de 2014, após 180 dias de sua publicação no Diário Oficial da União.

O Estatuto da Juventude se configura como um dos pilares da efetiva construção de uma política pública para juventude, nele se estabelece a responsabilidade das três esferas governamentais na execução das políticas juvenis e, ao definir como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, o Estatuto contempla hoje cerca de 53 milhões de pessoas.

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), reúne em torno de si uma gama de programas voltados para os jovens que, desenvolvidos em parcerias com estados e municípios, permite a melhor operacionalização dos mesmos. Estas parcerias facilitam a otimização de esforços e garantia da aplicação orçamentária na implementação destes programas destinados especificamente para a juventude, com destaque para: PROJOVEM, PRONASCI, PROUNI, Praças da Juventude, PRONAF Jovem, Bolsa Atleta, Brasil Alfabetizado, PROTEJA, Bolsa Família, Escola Aberta, Cultura Viva, Segundo Tempo, Projeto Rondon, Soldado Cidadão, Juventude e Meio Ambiente, PRONATEC e Ciência Sem Fronteiras.

A SNJ, através de sua articulação e mobilização, conseguiu a inclusão, pela primeira vez, no Plano Plurianual do Governo Federal, de um programa voltado exclusivamente para os jovens. Trata-se do Programa Autonomia e Emancipação da Juventude (PPA 2012 a 2015), que visa articular e promover mecanismos que assegurem a inserção social dos jovens, garantindo-lhes uma formação adequada e criando condições para que construam e executem seus projetos pessoais e profissionais.

Sendo o PPA composto por várias iniciativas, conta com objetivos e iniciativas sob a responsabilidade de diversos órgãos de governo com previsão de metas relacionadas ao aprimoramento das políticas para a juventude, com destaque para ações como:

- a) a Estações da Juventude;
- b) o Observatório Participativo da Juventude;
- c) as Praças da Juventude;
- d) a Inclusão Participativa da Juventude;

- e) o PROJOVEM; e
- f) a Inclusão Digital da Juventude Rural.

Como consequência do desenvolvimento destas políticas públicas, direcionadas especificamente para a juventude, observa-se o fortalecimento de um novo papel a ser desempenhado pelos jovens, estabelecendo-se o protagonismo juvenil, o encorajamento da participação ativa e cidadã da juventude nos processos decisórios, em especial nas políticas públicas direcionadas para sua faixa etária, assim como o seu reconhecimento como sujeito de direito.

3.3 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL PÓS 1996 – UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC)

O termo educação profissional foi introduzido pela LDB (Lei nº 9.394/96, cap. III, art. 39), onde está posto que “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996).

Não obstante, a referida Lei, em seu art. 40, prevê que “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (BRASIL, 1996).

Convém ressaltar que, no contexto histórico e político, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, constituiu-se no momento de consolidação da política neoliberal no país. Neste contexto, o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), vinha promovendo sua reforma educacional sob a orientação e o apoio financeiro das instituições multilaterais (Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Organização Internacional do Trabalho – OIT, Fundo Monetário Internacional – FMI; Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL).

Diante de propostas concretas do Banco Mundial para os diversos níveis de ensino que propõem a revisão do papel do Estado na educação, deixando de ser o principal executor e passando a constituir uma instância coordenadora e controladora, o Ministério da Educação tem apresentado propostas nem sempre convergentes, nas quais alguns princípios do Banco Mundial, entretanto, têm encontrado acolhida nas propostas educacionais. Entre estes, o princípio de que mecanismos de mercado são indispensáveis para a melhoria da escola pública (BRITO, 2001, p. 137).

Estas reformas foram inicialmente implementadas por meio de medidas provisórias, considerando que de início não houve interesse por parte do Governo FHC pela aprovação da nova lei, mesmo o texto já se encontrando aprovado pela Câmara dos Deputados, faltando apenas sua aprovação pelo Senado Federal.

Aproveitando-se de sua ampla maioria nas casas legislativas, o governo promoveu as mudanças necessárias no texto em tramitação no Senado Federal, assegurando assim o alinhamento com os ideais neoliberais.

Estas manobras demonstravam, de forma clara, a intenção do governo de não aprovar o texto já discutido anteriormente e amplamente debatido com a sociedade civil organizada, uma vez que ele não se coadunava com os interesses neoliberais de seu governo. Era, portanto, imprescindível à aprovação da lei em consonância com as diretrizes neoliberais que balizavam a reforma do Estado.

[...] A educação é um dos setores estratégicos para dar suporte ao sucesso do novo modelo de desenvolvimento, destaca-se a necessidade de universalização do acesso à educação básica no intuito de atenuar as conseqüências advindas da baixa qualificação da mão de obra, sobretudo a elevação dos índices de exclusão social e as baixas produtividades e competitividade dos setores produtivos nacionais (CASTRO; MENEZES, 2003, p. 22).

Neste contexto, a educação passou a ser reconhecida como instrumento para crescimento econômico e aliada na formação de mão de obra capaz de atender às exigências do mercado de trabalho globalizado, intensamente dominado pelas inovações tecnológicas.

Com a Reforma do Estado, as políticas oficiais para a educação passam a conjugar a teoria econômica do liberalismo com conceitos pedagógicos. Esta pedagogia tem como um de seus principais pilares, a concepção de habilidades e competências, no qual cada indivíduo terá de agora em diante de cuidar de adquirir um pacote de habilidades mediante as quais desenvolva as competências desejadas pelo mercado empresarial (SANTOS, 2010, p. 82).

Assim sendo, conforme já visto anteriormente quando abordado o tema do capital humano, cada indivíduo fica responsável pela aquisição de habilidades e competências que venham a dar conta das necessidades impostas pelo mercado de trabalho globalizado. Assim, “A certificação dessas habilidades e competências constituiria no passaporte para a empregabilidade.” (SANTOS, 2010, p. 82).

Considerando o objeto de nosso estudo, concentraremos nossa análise na oferta de Educação Profissional no nível de Formação Inicial e Continuada, desenvolvida ao longo destas duas últimas décadas e, segundo nosso olhar, desarticulada com a política de educação

básica. “Isso significa que não podemos tratar a qualificação como algo exclusivamente do mundo do trabalho ou do mundo da educação. Trata-se de percebê-la como um ponto de intersecção, para o qual devem confluir diversas abordagens e contribuições, entre elas a dos sujeitos trabalhadores.” (LIMA, 2005, p. 15).

Neste contexto, o Governo do presidente Lula (2002-2006), de início, compromete-se com a reconstrução da educação profissional enquanto política pública e os documentos do Ministério da Educação (MEC) apontam para este sentido quando afirmam ser necessário:

Corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores (BRASIL, 2005, p. 2 *apud* FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 2).

Considerando a necessidade de regulamentação da LDB, no que toca ao capítulo III que trata da educação profissional, o Decreto Federal de nº 5.154, de 23 de julho de 2004, regulamenta os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394/96, estabelecendo novas diretrizes para educação profissional no país (BRASIL, 2004b).

Art. 1º - A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:
~~I - formação inicial e continuada de trabalhadores;~~
 I - qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; (Redação dada pelo Decreto nº 8.268, de 2014)
 II - educação profissional técnica de nível médio; e
 III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 2004b).

Ainda pelo Decreto Federal de nº 5.154, ficaram estabelecidas, em seu artigo 3º, as condições para oferta dos cursos de Formação Inicial e Continuada, nosso objeto de interesse neste estudo (BRASIL, 2004b).

Art. 3º Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social. (BRASIL, 2004b).

Mesmo com os significativos avanços, não se pode afirmar que o governo do presidente Lula, em seus dois mandatos, tenha rompido com o modelo desenvolvido por seu antecessor, pois as reformas propostas ficaram aquém das expectativas das forças progressistas que defendiam o avanço da efetiva democratização da educação no país.

Não obstante toda a expectativa em contrário, a vitória das forças conservadoras tem feito predominar a manutenção de princípios e práticas que orientaram as reformas no Governo Fernando Henrique Cardoso.

A insistência de alguns setores políticos e intelectuais em explicitar esse fenômeno tenta, pelo menos, manter aceso o debate e abertos os espaços da contradição. Não é possível, entretanto, “re-inventar” a realidade. Reconhecer que o Governo Lula, também nesse campo, não assumiu, se não marginalmente, o projeto discutido com as forças progressistas no período pré-eleitoral é uma necessidade (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 21).

No entanto, não podemos deixar de admitir que ocorreram avanços no que se refere à expansão do ensino técnico, a intenção de integrar a política educacional e a política de geração de emprego e renda, ambos perseguidos durante o Governo Lula, assim como o fortalecimento das ações de formação inicial e continuada no âmbito do MTE, com a criação do Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

3.3.1 A Política de Educação Profissional no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Durante os dois mandatos do Governo Fernando Henrique Cardoso o que se percebe é o desmantelamento da educação profissional com o repasse gradativo da oferta para a iniciativa privada, assim como os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) deixando o âmbito do Ministério da Educação (MEC) e passando a ser desenvolvido por outros ministérios em especial pelo então Ministério do Trabalho (MTb).¹⁰

Enquanto o MEC se ocupava especialmente da educação profissional técnica, sem uma política consistente que atentasse para as demandas sociais dos trabalhadores jovens e adultos que realizam cursos supletivos de nível fundamental, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolveu seu plano de formação sem se preocupar com a recuperação da escolaridade e a organização de itinerários formativos. Setores expressivos da sociedade afirmavam, então, a necessidade de se implementar uma política pública de formação profissional, integrada ao sistema público de emprego e à educação básica (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 10).

No âmbito do MTE, a oferta de qualificação profissional se insere em uma estratégia de formação dos trabalhadores para atendimento às demandas apresentadas pelo mercado de trabalho, sem, no entanto, conseguir objetivamente uma articulação eficiente com a educação básica, que possibilite a melhoria do nível educacional dos trabalhadores, que buscam pelos cursos de qualificação profissional.

No entanto, não podemos negar o fato de que o desenvolvimento destas ações contribuiu fortemente para promover aos trabalhadores o acesso à qualificação, com vista ao

¹⁰ A partir de 1999 o Ministério do Trabalho (MTb) passou a denominar-se Ministério do Trabalho e Emprego, mudando a sigla para MTE.

aumento da probabilidade de obtenção de empregos convenientes e da participação em processos de geração de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações.

Para o alcance destes objetivos ao longo dos últimos anos o Governo Federal lançou mão de diversas estratégias, para fomentar a educação profissional no país, tendo como foco a articulação com o mercado de trabalho e a formação de mão de obra capaz de atender aos anseios dos meios produtivos, como veremos a seguir.

3.3.1.1 Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR)

O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), foi elaborado pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho, em 1995. Para sua operacionalização, contou como fonte de financiamento com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador¹¹ (FAT).

Os recursos destinados pelo FAT para qualificação profissional, eram repassados aos estados e municípios por intermédio de suas Secretarias de Trabalho, que, para executarem seus projetos de qualificação profissional, tinham como condicionante a aprovação dos mesmos em instância tripartite (Conselho Estadual do Trabalho e Conselhos Municipais de Trabalhos), composta por representantes do governo, trabalhadores e empregadores.

Apesar das movimentações de articulação, planejamento e orçamento do PLANFOR terem se iniciado no ano de 1995, foi apenas em 2000 que foram regulamentados os procedimentos de repasse de recursos do FAT para as ações do PLANFOR, por meio da Resolução nº 258, de 21 de dezembro de 2000, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT).¹²

Conforme a Resolução nº 194/1998 do CODEFAT;

Art. 2º - O PLANFOR tem o objetivo de construir, gradativamente, oferta de educação profissional (EP) permanente, com foco na demanda do mercado de trabalho, de modo a qualificar ou requalificar, a cada ano, articulado à capacidade e competência existente nessa área, pelo menos 20% da PEA – População Economicamente Ativa, maior de 14 anos de idade [...]. (BRASIL, 1998).

¹¹ O Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) foi criado em cumprimento à determinação constitucional (artigo 239, da C.F.) e regulamentado pela lei 7.998/90, agregando o patrimônio do Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e de parte da arrecadação da contribuição sindical compulsória. A Lei nº 7.998/90 em seu artigo 11 estabelece como fontes de recursos do FAT: contribuições sociais do setor público e do setor privado, incidentes sobre faturamento das empresas (PIS, PASEP), além de multas sobre encargos devidos, juros e correção monetária de empréstimos. O patrimônio do FAT alcançou R\$ 209,7 bilhões nominais, em 2013.

¹² O CODEFAT é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

Considera-se que o objetivo do PLANFOR foi ousado, uma vez que se propôs a dar conta da oferta de educação profissional suficiente para qualificar ou requalificar, anualmente, a partir de 1999, pelo menos 20% da População Economicamente Ativa (PEA). Para o alcance deste propósito, o plano tinha entre seus pressupostos a articulação com outros fundos públicos de financiamento e as demais políticas públicas setoriais de desenvolvimento, inclusão e geração de emprego e renda.

Podemos destacar ainda que o PLANFOR, no art. 2º da Resolução nº 258/2000, trazia como objetivos contribuir para:

- I - aumento da probabilidade de obtenção de trabalho e de geração ou elevação de renda, tendo por objetivo reduzir os níveis de desemprego e subemprego;
- II - redução da pobreza;
- III - aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade; e
- IV - elevação da produtividade, da competitividade e renda. (BRASIL, 2000b).

O PLANFOR estabeleceu ainda a prioridade de atendimento em suas ações, quando explicita o público prioritário a ser beneficiado:

- Art. 4º A população alvo do PLANFOR, prioritária para fins de aplicação de recursos do FAT, compreende os seguintes segmentos da PEA urbana ou rural:
- I - pessoas desocupadas, principalmente as beneficiárias do seguro desemprego e candidatas a primeiro emprego;
 - II - pessoas sob risco de desocupação, em decorrência de processos de modernização tecnológica, privatização, redefinições de política econômica e outras formas de reestruturação produtiva;
 - III - pequenos e micro produtores, principalmente pessoas beneficiárias de alternativas de crédito financiadas pelo FAT (PROGER, PRONAF e outros);
 - IV - pessoas que trabalham em condição autônoma, por conta própria ou autogestionada, e em atividades sujeitas a sazonalidades por motivos de restrição legal, clima, ciclo econômico e outros fatores que possam gerar instabilidade na ocupação e fluxo de renda.
- § 1º Em qualquer das categorias indicadas, terão preferência de acesso aos programas do PLANFOR pessoas mais vulneráveis economicamente e socialmente, definindo-se o grau de vulnerabilidade em função da combinação de atributos que possam implicar desvantagem ou discriminação no mercado de trabalho, bem como, dificultar o acesso dessas pessoas a outras alternativas de qualificação ou requalificação profissional. (BRASIL, 2000b).

Um dos mecanismos de implementação do PLANFOR, se deu por meio dos Planos Estaduais de Qualificação (PEQs). Estes planos contemplavam projetos e ações de educação profissional em cada unidade federativa, elaborados e geridos pelas Secretarias Estaduais de Trabalho, previamente aprovados pelos Conselhos Estaduais de Emprego, em articulação com as Comissões Municipais de Emprego.

Os PEQs eram compostos por projetos e ações de educação profissional (como cursos, assessorias, estudos e pesquisas), sua execução ocorria através das instituições de

educação profissional local, contratadas pela Secretaria Estadual de Trabalho, com recursos do FAT repassados por meio de convênios entre o governo estadual e a União, por intermédio do Ministério do Trabalho.

O atendimento às demandas por qualificação por parte de uma população jovem e adulta de baixa escolaridade deu-se por uma rede de cursos de curta duração, dissociados da educação básica e de uma política de formação continuada durante o Governo Cardoso, por meio do PLANFOR, sob a ação do Ministério do Trabalho e Emprego (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 10).

Segundo as orientações do PLANFOR, os cursos eram definidos de acordo com as demandas do mercado de trabalho, atendendo assim as necessidades do setor produtivo, buscando aproximar o trabalhador qualificado com as vagas abertas no mercado de trabalho formal. No entanto, é preciso estar consciente de que não foi essa concepção que predominou na implementação dos Planos, uma vez que ocorreram, em muitos casos, a influência política no momento das definições das demandas a serem atendidas e até mesmo no tipo de instituição formadora a ser contratada.

Para garantir a execução dos Planos Estaduais de Qualificação, o Governo Federal, com a interveniência do Ministério do Trabalho, firmava convênios com os governos estaduais e/ou municipais, através de suas Secretarias de Trabalho, que, por sua vez, firmavam parcerias com as instituições de educação profissional locais, visando à execução das ações de educação profissional por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou através da realização de estudos e pesquisas.

Outro mecanismo de implementação do PLANFOR, foram as Parcerias Nacionais e Regionais (PARCs), demonstrando um claro alinhamento das políticas do governo Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB) com os preceitos neoliberais, de diminuição do estado por meio das parcerias, uma vez que as PARCs eram promovidas e geridas por sindicatos de trabalhadores, fundações, universidades, outros ministérios e entidades internacionais, visando à realização de projetos e ações inovadoras de educação profissional em escala nacional, ou cobrindo mais de uma unidade federativa, mediante convênios entre a entidade parceira e o Ministério do Trabalho.

Por fim, podemos destacar como sendo um avanço na execução do PLANFOR, o fato da qualificação profissional ter sido tratada como política pública, integrada ao conjunto de ações destinadas a estimular oportunidades de geração de trabalho e renda, assim como a tentativa, embora nem sempre alcançada com êxito, de desenvolvimento das ações de qualificação profissional, através da articulação e integração entre a qualificação profissional

e as demais políticas públicas de geração de trabalho e renda, procurando manter um caráter complementar em relação à educação básica como direito constitucional do cidadão.

O PLANFOR teve sua vigência até o ano de 2002, quando, a partir de então, foi substituído pelo **Plano Nacional de Qualificação** (PNQ), idealizado no ano de 2003, sob a gestão do Governo Lula.

3.3.1.2 Plano Nacional de Qualificação (PNQ)

A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT), trouxe expectativas de grandes mudanças na formulação das políticas públicas, em especial aquelas direcionadas para as questões sociais.

Em sua análise, Freitas (2007, p. 66), lembra-nos de que:

A eleição e posse de Lula para o exercício das funções de chefe de governo e de chefe de Estado inaugurou um novo ciclo na política brasileira, do ponto de vista sociológico – pela origem do presidente (retirante nordestino, vítima da seca) e por sua trajetória forjada na luta sindical contra a ditadura militar e as injustiças sociais – e também do ponto de vista político, pela coalizão político-partidária – aliança do PT com o PL – e pela agenda programática com elevada ênfase social.

Nesta perspectiva, o governo do presidente Lula, de início, representou uma grande expectativa de mudanças, considerando que sua eleição simbolizava a construção de um projeto popular com ênfase na diminuição das desigualdades sociais.

No entanto, como vimos no início deste trabalho, o que ocorreu, na prática, foi que o Governo Lula optou por dar continuidade às políticas que vinham sendo desenvolvidas por seu antecessor, tais como contenção dos gastos públicos e ampliação do superávit primário por meio do aumento das exportações, estabelecimento de câmbio flutuante, bem como a manutenção de taxas elevadas de juros, como forma de manter o controle da inflação.

A manutenção desta estratégia foi motivada pela intenção do governo central em se manter longe das crises internacionais que afetaram a macroeconomia do país, bem como buscando equilibrar desenvolvimento econômico e elevação do nível de emprego.

As políticas de combate à pobreza foram direcionadas para as populações extremamente pobres, o que possibilitou, segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), divulgados através do documento o Mapa da Fome 2013, que o “Brasil conseguiu reduzir a pobreza extrema – classificada com o número de pessoas que vivem com menos de US\$ 1 ao dia – em 75% entre 2001 e 2012” (PARAGUASSU, 2014). Ainda segundo o documento, no mesmo período, a pobreza foi reduzida em 65%. Apresentado como um dos casos mundiais de sucesso na redução da fome,

o Brasil, no entanto, ainda tem mais de 16 milhões de pessoas vivendo na pobreza, ou seja, 8,4% da população brasileira vive com menos de US\$ 2 por dia.

O Governo do presidente Lula, deu continuidade às ações de qualificação profissional desenvolvidas no âmbito do MTE. “O PNQ ganha, na sua versão 2003, caráter transitório. Destina-se a dar sequência à construção da Política Pública de Qualificação e, mais em particular, objetiva preparar as bases de implantação plena a partir do início de 2004, quando começará o novo PPA” (BRASIL, 2013, p. 27).

Portanto, apesar do PNQ apresentar alterações importantes na formulação da política, mantém algumas diretrizes do PLANFOR, no referente a sua operacionalização. No entanto, de maneira conceitual, o Plano Nacional de Qualificação apresenta alguns avanços se comparado com o PLANFOR, em especial quando define um novo conceito de educação profissional e se compromete a estabelecer uma ampla discussão pública a ser articulada durante todo o ano de 2003 com a sociedade civil. Sobre os rumos do PNQ para os anos 2004-2006.

Uma Política Pública de Qualificação, que venha a se firmar como um fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e distribuição de renda, deve nortear-se por uma concepção de educação profissional entendida como uma construção profissional, de maneira a fazer um contraponto àquelas que se fundamentam na aquisição de conhecimentos como processos estritamente individuais, e como uma derivação de exigências dos postos de trabalho (BRASIL, 2003).

Percebe-se que o PNQ, parte da ênfase no desenvolvimento econômico e social através do crescimento e expansão do mercado de consumo de massa e da incorporação progressiva das famílias trabalhadoras ao mercado consumidor. A forte ênfase à noção de empregabilidade dá lugar à necessidade de criação de formas alternativas de geração de trabalho e renda, concebendo estas como sendo mecanismos de inclusão dos egressos das ações de qualificação profissional no mundo do trabalho.

O Plano Nacional de Qualificação, criado em 2003, ao longo dos últimos anos passou por diversas reformulações no sentido de melhor atender as necessidades dos trabalhadores demandantes por qualificação e empregadores, que necessitavam de mão de obra qualificada.

No documento Termo de Referência do Plano Nacional de Qualificação, aprovado por meio da Resolução nº 696/2012-CODEFAT, encontramos o marco conceitual de sua atuação (BRASIL, 2012c).

1. CONCEPÇÃO

1.1. Define-se qualificação social e profissional – QSP como sendo uma ação de educação profissional (formação inicial e continuada) de caráter incluyente e não compensatório e que contribui fortemente para a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a consecução dos objetivos descritos no PNQ.

1.2. O Plano Nacional de Qualificação – PNQ, instrumento no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE, deverá ser voltado para a integração das políticas públicas de qualificação social e profissional e articulação das políticas públicas e privadas no território e/ou setor produtivo no Brasil, em sintonia com o Plano Plurianual (PPA). (BRASIL, 2012c, p. 2).

Considera-se uma diferenciação a conceituação de educação nos níveis de formação inicial e continuada que será desenvolvida no âmbito do MTE, ao definir qualificação profissional, como sendo educação de caráter profissional e social assegurada enquanto direito dos trabalhadores.

Outro fator que merece destaque é a clara intenção de articulação com as demais políticas públicas de estado e com os setores produtivos, assim como sua vinculação quando da construção do PPA. Esta vinculação ao PPA sinalizava para o reconhecimento por parte do governo em relação a esta ação, enquanto política pública efetiva.

O Termo de Referência do PNQ estabelece ainda seus princípios e objetivos:

2.1. O PNQ é norteado pelos seguintes princípios:

- I. Articulação entre Trabalho, Educação e Desenvolvimento;
- II. Qualificação como Direito e Política Pública;
- III. Diálogo e Controle Social, Tripartismo e Negociação Coletiva;
- IV. Respeito ao pacto federativo, com a não superposição de ações entre estados, Distrito Federal, municípios e com outros ministérios e o estabelecimento de critérios objetivos de distribuição de responsabilidades e recursos;
- V. Adequação entre as demandas do mundo do trabalho e da sociedade e a oferta de ações de qualificação, consideradas as especificidades do território do setor produtivo;
- VI. Trabalho como Princípio Educativo;
- VII. Reconhecimento dos saberes acumulados na vida e no trabalho, por meio da certificação profissional e da orientação profissional;
- VIII. Efetividade Social e na Qualidade Pedagógica das ações.

2.2. Orientadas por esses princípios basilares, as ações do PNQ deverão contribuir para a promoção gradativa da universalização do direito dos/as trabalhadores/as à qualificação, sempre respeitando as especificidades locais e regionais características da realidade brasileira. Essas ações de QSP deverão ser implementadas de forma articulada com as políticas vinculadas ao emprego, trabalho, renda, educação, ciência e tecnologia, juventude, inclusão social e desenvolvimento, entre outras. Nesse contexto, o objetivo do PNQ será aumentar e potencializar:

- I. a formação intelectual, técnica e cultural do trabalhador brasileiro;
- II. a elevação da escolaridade do trabalhador, por meio da articulação com as políticas públicas de educação, em particular com a educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica;
- III. a inclusão social do trabalhador, redução da pobreza, o combate à discriminação e a vulnerabilidade das populações;

- IV. a obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e de renda, ou seja, a inserção no mundo do trabalho, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego;
 - V. a permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade;
 - VI. o êxito do empreendimento individual ou coletivo, na perspectiva da economia popular solidária;
 - VII. a elevação da produtividade, da competitividade e da renda;
 - VIII. a articulação com as ações de caráter macroeconômico e com micro e pequenos empreendimentos, para permitir o aproveitamento, pelos trabalhadores, das oportunidades geradas pelo desenvolvimento local e regional;
 - IX. a articulação com as demais ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, inclusive com os beneficiários do seguro-desemprego.
- 2.3. Para cumprir esses princípios fundamentais e os objetivos apresentados neste capítulo, as políticas de QSP deverão primar pela efetividade social. Para tanto, são estipulados diversos instrumentos e diretrizes que impulsionem as ações de qualificação para a promoção social. (BRASIL, 2012a, p. 3-4).

Nestes termos, o PNQ tem como desafio a construção de uma política pública de qualificação, que venha a se afirmar como um fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e distribuição de renda, que possa efetivamente contribuir para a aquisição do conhecimento, que prepare o trabalhador para o acesso ao mercado de trabalho, e também o coloque no mundo do letramento, das novas tecnologias, da descoberta e do despertar da consciência.

Neste sentido, Lima (2007) destaca que a qualificação não compreende somente o saber técnico, mas deve, antes de tudo, oferecer ao trabalhador também o domínio do caráter social.

A qualificação, mais do que o aprendizado de um conjunto das rotinas vinculadas a um posto de trabalho, centrada no saber-fazer, implica, por ser relação e construção social – complexa, contraditória e multideterminada – a percepção ampla de seus objetivos, conteúdos e métodos, o que incluiria, por exemplo, a dimensão social do trabalho, a autonomia do trabalhador e as qualificações tácitas, construídas no cotidiano do trabalho (LIMA, 2007, p. 63).

Nas palavras do autor, podemos identificar também a necessidade da formação do trabalhador em sua dimensão política, ideológica, como sujeito participante da construção social e que, portanto, deve dominar o conhecimento para além de suas atribuições laborais, possibilitando-o a uma intervenção no mundo em que está inserido e, desta forma, contribuir para as transformações sociais. Partindo desta concepção, as ações do PNQ estiveram voltadas para oferecer ao trabalhador uma formação profissional, que pudesse responder para além dos domínios específicos necessários para o exercício de uma função, tentando, assim, uma formação integral com o reconhecimento das habilidades e dos saberes daqueles que procuravam se qualificar.

O PNQ foi concebido tendo como fundamentos seis dimensões principais: política, ética, conceitual, institucional, pedagógica e operacional (BRASIL, 2003), conforme destacaremos no quadro a seguir:

Quadro 4 – Dimensões do Plano Nacional de Qualificação (PNQ)

Ordem	Dimensão	Alcance/Diretriz
1	Política	Qualificação Profissional como direito, desenvolvida por meio de política pública como espaço de negociação coletiva e articulada com o desenvolvimento sustentável.
2	Ética	Transparência na gestão e aplicação dos recursos, garantindo acompanhamento, controle e avaliação externa.
3	Conceitual	Articulação territorial, efetividade social; qualidade pedagógica; reconhecimento dos saberes socialmente produzidos pelos trabalhadores. Qualificação social e profissional.
4	Pedagógica	Elevação da Carga horária para a média de 200 horas, uniformização da nomenclatura dos cursos; articulação prioritária com a educação básica; exigência de que as instituições que vierem a ser contratadas para a realização dos Planos Territoriais (PLANTEQ's).
5	Institucional	Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda entre si e destas em relação às Políticas Públicas de Educação e Desenvolvimento, fortalecimento do papel do CODEFAT e dos Conselhos Estaduais e Municipais de Trabalho, como mecanismos de efetivo controle social.
6	Operacional	Ações executadas a partir de um planejamento na elaboração dos planos e projetos e que envolva um sistema integrado de planejamento, monitoramento, avaliação e acompanhamento dos egressos do PNQ em todos os seus níveis de realização; adoção de critérios objetivos na distribuição dos recursos do FAT para financiamento das ações junto as entidades federadas. Assegurar instrumentos de análise de prestação de contas.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas Diretrizes para 2003-2007 do MTE/PNQ (BRASIL, 2003).

Para o alcance dos objetivos do PNQ, as ações de qualificação social e profissional são implementadas de forma descentralizada por meio de Planos Territoriais de Qualificação (em parceria com Estados, Municípios e entidades sem fins lucrativos), de Projetos Especiais de Qualificação (em parceria com entidades do movimento social e organizações não governamentais) e de Planos Setoriais de Qualificação (em parceria com sindicatos, empresas, movimentos sociais, Governos municipais e estaduais).

Art. 3º O Plano Nacional de Qualificação – PNQ é implementado por meio de Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs, de Projetos Especiais de Qualificação – ProEsQs e de Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs, viabilizados mediante convênios ou outros instrumentos legais pertinentes, firmados entre os respectivos executores e o MTE, por intermédio do DEQ/SPPE/MTE. (BRASIL, 2004a).

Conforme preconizado pela Resolução nº 408/2004 do CODEFAT (BRASIL, 2004a), apesar da operacionalização do PNQ se dar de forma nacionalmente articulada sob diretrizes e procedimentos institucionais comuns, sua implementação ocorre de forma

descentralizada, por meio de três mecanismos distintos e complementares: os Planos Territoriais de Qualificação (PLANTEQs), Planos Setoriais de Qualificação (PLANSEQs) e os Projetos Especiais de Qualificação (PROESQs).

Quadro 5 – Mecanismos de implementação do Plano Nacional de Qualificação (PNQ)

Ordem	Planos	Características
1	PLANTEQ's	Os Planos Territoriais de Qualificação - PlanTeQs contemplam projetos e ações de Qualificação Social e Profissional circunscritos a um determinado território (unidade federativa ou município), e devem estar articulados às demais ações do sistema público de emprego, principalmente a intermediação de mão-de-obra e a habilitação do seguro-desemprego. Os cursos devem oferecer carga horária média de 200 horas/aula. Considerando seu caráter territorial, os PlanTeQs estarão voltados exclusivamente para qualificação social e profissional vinculada ao desenvolvimento econômico e social do território (oportunidades de desenvolvimento, vocação, implantação de empresas, atendimento de populações vulneráveis etc.).
2	PLANSEQ's	Os Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs são projetos e ações de Qualificação Social e Profissional de caráter estruturante, setorial ou emergencial, que não possam, por volume ou temporalidade, ser atendidos por PlanTeQs. Por isso, trata-se de um instrumento complementar e/ou associado aos PlanTeQs, orientado ao atendimento transversal e concertado de demandas emergenciais, sociais ou setoriais de qualificação, as quais são identificadas a partir de iniciativas governamentais ou sociais, cujo atendimento não tenha sido possível no planejamento dos PlanTeQs.
3	PROESQ's	Os Projetos Especiais de Qualificação – ProEsQs, cujas demandas devem ser orientadas por meio de avaliação do MTE quanto à pertinência de desenvolvimento, contemplam a elaboração de estudos, pesquisas, materiais técnico-didáticos, metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional destinadas a populações específicas ou abordando aspectos da demanda, oferta e do aperfeiçoamento das políticas públicas de qualificação e de sua gestão participativa, implementados em escala regional ou nacional, por entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos de comprovada especialidade, competência técnica e capacidade de execução; A proposta de ProEsQ deve ser apresentada em Audiência Pública, que deverá ser organizada pelo MTE, devendo ser convidados os atores representativos do setor ou público que o projeto pretende atender; e Os ProEsQs podem ser desenvolvidos em escala local, regional ou nacional. Podem também ser multilocalizados, desde que a instituição proponente demonstre ser instituição com abrangência em mais de uma localidade.

Fonte: Elaborado pelo autor, de acordo com o Termo de Referência PNQ/MTE (BRASIL, 2012a).

Através da Resolução nº 696/2012, que aprovou o Termo de Referência do Plano Nacional de Qualificação, o Ministério do Trabalho e Emprego aproxima suas ações de qualificação profissional dos demais programas de inclusão social desenvolvidos pelo Governo Federal, passando o PNQ a ser executado por meio de três grupos de ações, que se subdividem em oito modalidades (M), a saber:

I. Grupo 1. Ações de educação profissional, compreendendo formação inicial e continuada: M I. Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs; M II. Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs; M III. Plano Brasil Sem Miséria –

Qualificação e Emprego; M IV. Qualificação à Distância – QAD; M V. Passaporte Qualificação.

II. Grupo 2. O segundo tipo de ações do PNQ diz respeito às: M VI. Ações de desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação, estudos e pesquisas (Projetos Especiais de Qualificação - ProEsQs); e M VII. Ferramentas de gestão e participação social (Contratos/Instrumentos de Gestão).

III. Grupo 3. O terceiro grupo é composto por: M VIII. Ações de Certificação Profissional. (BRASIL, 2012c, p. 8-9).

Considerando que o atendimento de membros de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ocorria de forma tímida no âmbito do PNQ, uma vez que, segundo MTE, no ano de 2010, foram qualificados 181.715 educandos em todo o Brasil, destes somente 9,2% se encontravam dentro do perfil dos trabalhadores cadastrados no CAD-ÚNICO, a inclusão do Plano Brasil Sem Miséria – Qualificação e Emprego como ação do PNQ teve como objetivo a ampliação da oferta de oportunidade de qualificação aos beneficiários do Programa Bolsa-Família e demais trabalhadores cadastrados no CAD-ÚNICO.

Com esta iniciativa, foi possível para além das ações desenvolvidas nos PlanTeq's a implantação de Planos Setoriais de Qualificação específico para atendimento do público do MDS, a exemplo do Plano Setorial de Qualificação e Inserção Profissional para os Beneficiários do Bolsa Família – Planseq Bolsa Família da Construção Civil.

O Plano tinha como objetivo atender à demanda de mão-de-obra qualificada para as vagas criadas pelo crescimento econômico no setor da Construção Civil, tendo os cursos carga horária de 200 horas e foram ofertados nas ocupações de: pintor, armador e montador, carpinteiro, azulejista, encanador, mestre de obras, auxiliar de escritório, eletricitista, pedreiro, reparador, almoxarife, gesseiro,desenhista, projetista e operador. Estes ocorreram nas regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, São Luís, Fortaleza e sua Região Metropolitana, Curitiba, Belém, Porto Alegre e Distrito Federal, além das cidades de Manaus, Vitória, Goiânia, Palmas, Maceió, Campo Grande e Aracaju. Ao todo, a meta era de capacitar 180 mil beneficiários do Bolsa Família.

Para assegurar a inserção dos egressos no mercado de trabalho, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC), em entendimento com a Casa Civil da Presidência da República e os ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), tinha como meta reservar 45% das vagas nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) aos beneficiários do Programa Bolsa Família, que fossem capacitados pelo Plano Setorial de Qualificação (Planseq).

Em Fortaleza e sua Região Metropolitana, foram capacitados aproximadamente 3 mil pessoas – importante ressaltar que vários destes cursos possibilitaram a inserção produtiva de mulheres beneficiárias do Bolsa Família, pois estas ocupações apresentam crescimento do

número de mulheres empregadas no setor da construção civil e algo em torno de 16% dos qualificados foram inseridos no mercado de trabalho local.

Como podemos ver, o PNQ, que se iniciou no ano de 2003, passou por diversas regulamentações no decorrer das duas gestões do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Formalmente, o PNQ ainda está vigente e, mesmo após a eleição de Dilma Rousseff para a Presidência da República em 2010, o plano recebe uma atualização legal através da Resolução nº 679, de 29 de setembro de 2011 (BRASIL, 2011b), e Resolução nº 696/2012 (BRASIL, 2012c).

No entanto, as políticas de educação profissional no país passaram por uma transformação no ano de 2011, com a iniciativa da presidenta eleita em implantar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), bem como a concentração da responsabilidade pela coordenação das iniciativas de educação profissional por parte do Governo Federal em torno do MEC. Sendo assim, nos últimos três anos, observa-se a diminuição gradativa da quantidade de ações do PNQ voltadas para a qualificação social e profissional ofertada no âmbito do MTE.

Conforme veremos mais adiante, o PRONATEC passará a ser a principal política de qualificação profissional, tanto nas modalidades de formação inicial e continuada como técnica e tecnológica, executada nos dois últimos anos do primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff (PT), inclusive se tornando uma de suas fortes bandeiras e principais compromissos de campanha durante a disputa eleitoral de 2014, que lhe reconduziu a mais um mandato a frente da Presidência da República.

3.4 PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC)

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, através da Lei nº 12.513/2011, de 26/10/2011, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, atendendo à necessidade de formação de mão de obra qualificada apresentada pelo setor produtivo brasileiro e tão necessária para que a economia do país possa continuar a crescer.

Com a criação do PRONATEC, o governo federal centraliza no âmbito do Ministério da Educação a execução de ações de qualificação profissional, que passa a ser ofertada por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, contribuindo para a ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica no país.

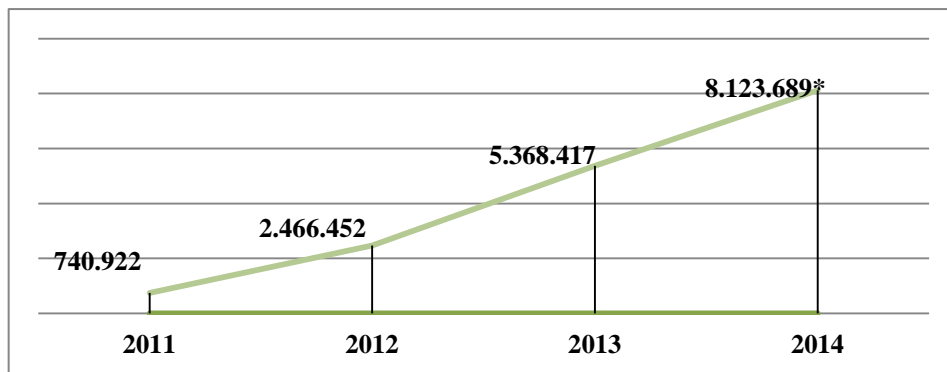
Conforme explicita a Lei nº 12.513/2011, são objetivos do PRONATEC:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica;
- VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2011c).

Para o alcance de seus objetivos, o PRONATEC, contempla as seguintes iniciativas: Expansão da Rede Federal, Bolsa-Formação Trabalhador, Programa Brasil Profissionalizado, Rede e-Tec e Acordo de Gratuidade com Serviços Nacionais de Aprendizagem – Sistema S.

Em 2014, o Programa superou a marca dos 8 milhões de matrículas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada, conforme se pode observar no gráfico a seguir.

Gráfico 8 – Quantidade de matrícula no PRONATEC – Brasil 2011-2014



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do MEC.

* Dados da matrícula até setembro/2014.

Neste contexto, o Ministério da Educação pretende, no ano de 2015, investir mais de 14 bilhões de reais, consolidando o PRONATEC como o principal instrumento de execução de ações de qualificação profissional desenvolvido no âmbito do Governo Federal.

Conforme o Artigo nº 38, da Portaria nº 168/2013, são objetivos da Bolsa-Formação:

- I - formar profissionais para atender às demandas do setor produtivo e do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País;

II - ampliar as oportunidades educacionais por meio da educação profissional e tecnológica com a oferta de cursos de formação profissional inicial e continuada; III - incentivar a elevação de escolaridade; e IV - integrar ações entre órgãos e entidades da administração pública federal e entes federados para a ampliação da educação profissional e tecnológica. (BRASIL, 2013b).

As metas estabelecidas no PPA 2012-2015 do Governo Federal para o PRONATEC vêm sendo desenvolvidas sob três formas: a primeira é na oferta de ensino técnico para estudantes do Ensino Médio; a segunda, na oferta de qualificação profissional para jovens e adultos, que buscam a oportunidade de melhorar sua formação; a terceira, na oferta de cursos de capacitação para o público do Programa Brasil Sem Miséria (BSM).

3.4.1 PRONATEC – Brasil Sem Miséria (PRONATEC/BSM)

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado em 2011 com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 77 por pessoa (COSTA; FALCÃO, 2014).

Inegavelmente, a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda. O Plano foi estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. São mais de 100 ações, programas e políticas distribuídas nos três eixos, que envolvem o trabalho de 22 ministérios.

Considerando que a maior parte da população beneficiária das ações de combate à pobreza desenvolvida no âmbito do MDS, é de pessoas em idade adulta e economicamente ativas, uma das principais iniciativas do Plano Brasil Sem Miséria, dentro do eixo de inclusão produtiva, tem sido a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) na modalidade Bolsa Formação Trabalhador.

Segundo Costa *et al.* (2014, p. 289), “O objetivo da estratégia é aproveitar a comprovada disposição dessas pessoas para o trabalho e promover a melhora da sua inserção no mercado, seja por meio do trabalho assalariado, autônomo ou associado”.

O Bolsa Formação Trabalhador faz parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC-BSM), coordenado pelo Ministério da Educação. Essa parceria com o MDS prevê a oferta gratuita de qualificação profissional para pessoas inscritas ou em processo de inclusão no CadÚnico.¹³ “A Bolsa Formação Trabalhador será destinada ao

¹³ (a) O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (**CadÚnico**) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos.

trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.” (BRASIL, 2011b, p. 2).

Os cursos estão disponíveis para pessoas a partir de 16 anos de idade, com prioridade para os beneficiários do programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Quanto ao nível de escolaridade, há vagas inclusive para quem tem baixa escolaridade ou está há muito tempo fora da escola.

Dessa forma, o PRONATEC/BSM é estímulo ao retorno ao sistema educacional de pessoas há muito distantes das salas de aula e que necessitam de qualificação profissional para elevar suas chances de inclusão produtiva ou melhorar sua condição de inserção no mundo do trabalho. (BRASIL, 2013b, p. 1).

Os cursos FIC ofertados através da Bolsa-Formação Trabalhador no âmbito do PRONATEC-BSM possuem carga horária mínima de 160 horas, ofertados de acordo com os potenciais locais identificados pelos municípios demandantes das vagas e ofertados através do Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Rede Federal de Educação Profissional e em alguns Estados por meio de suas redes estaduais de educação profissional.

A oferta dos cursos PRONATEC-BSM (Bolsa Formação Trabalhador) é disciplinada através do Guia PRONATEC de Cursos FIC. O documento é atualizado periodicamente e serve como instrumento direcionador da oferta de cursos, contribuindo para a consolidação de uma política pública, que tem como objetivo principal aproximar o mundo do trabalho do universo da Educação. Atualmente, o Guia conta com 644 opções diferentes, distribuídos nas áreas de construção civil, serviços, hotelaria, comércio, bares e restaurantes, cuidador de idoso, operador de computador, eletricista, auxiliar administrativo, entre outras.

Os cursos a serem ofertados no âmbito do PRONATEC/BSM, especificados no Guia PRONATEC de Cursos de Formação Inicial e Continuada, devem ser adequados a pessoas com baixa escolaridade. É importante atentar que a escolaridade é informada pelo beneficiário (autodeclarada), não podendo a instituição ofertante exigir comprovante de escolaridade. Convém esclarecer que beneficiários do PBF

^(b) O CadÚnico permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.

^(c) O Governo Federal, por meio de um sistema informatizado, consolida os dados coletados no Cadastro Único. A partir daí, o poder público pode formular e implementar políticas específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas.

^(d) O CadÚnico é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

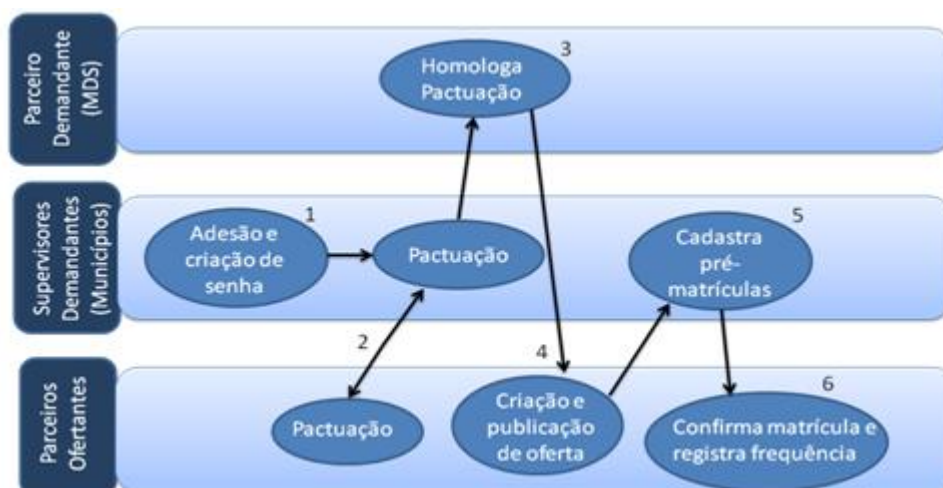
ou inscritos no CADUNICO que tenham ou estejam cursando o ensino médio também podem participar dos cursos FIC. (BRASIL, 2013b, p. 1).

Diante dessas questões, cabe ressaltar que estas iniciativas fortalecem a articulação entre as modalidades de ensino para além da integração com o mundo do trabalho, a educação profissional e tecnológica e a educação básica e foram tratadas no momento da constituição legal do PRONATEC, conforme preconiza a Portaria nº 168/2013 em seu Artigo 39:

Art. 39. Os cursos FIC ofertados por intermédio da Bolsa-Formação Trabalhador submetem-se à Lei nº 9.394, de 1996, Capítulo III, ao Decreto nº 5.154, de 2004, ao Decreto nº 5.840, de 2006, às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a orientações do Documento Referência da Bolsa-Formação Trabalhador, elaborado pelo Ministério da Educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no que couber, bem como às demais condições estabelecidas em legislação aplicável, devendo constar do Guia PRONATEC de Cursos FIC editado pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 2013b, p. 1).

Merece destaque o fato do modelo adotado pelo MEC para operacionalização do programa favorecer a ação em rede, cabendo ao MEC a organização da demanda de cursos devidamente articulada com a oferta de cursos pelas entidades ofertantes, no caso o Sistema S, a exemplo do SENAI e SENAC, as redes estaduais de educação profissional e os Institutos Federais de Educação.

Figura 1 – Atores no processo de pactuação de vagas PRONATEC/BSM



Fonte: MDS.

A execução do PRONATEC/BSM é desenvolvida junto às prefeituras municipais, por meio das Secretarias Municipais de Assistência Social, que se responsabilizam pela mobilização dos beneficiários, pré-matrícula e acompanhamento dos alunos. É de

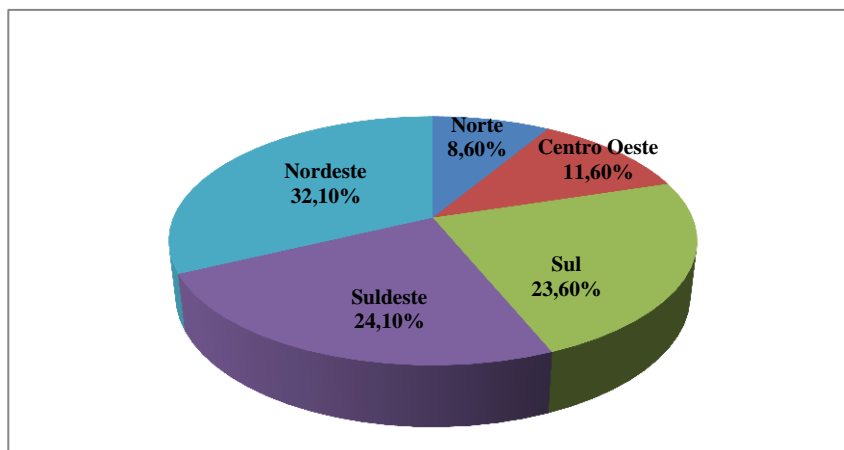
competência dos Governos estaduais a interlocução do PRONATEC/BSM, no âmbito de seu território, junto ao MDS.

Conforme o Ministério da Educação (BRASIL, 2013a, p. 8),

o funcionamento operacional do PRONATEC/BSM pode ser resumido em 09 etapas: i) habilitação das prefeituras; ii) negociação de cursos; iii) mobilização dos beneficiários; iv) pré-matrícula; v) matrícula; vi) aula inaugural; vii) acompanhamento dos beneficiários; viii) articulação com políticas públicas de trabalho e emprego; e ix) e atividade de formatura.

Outro fator importante a ser considerado é que a maior parte das matrículas do PRONATEC/BSM realizadas no ano de 2014 foi realizada na região Nordeste (32,1%), conforme podemos verificar no gráfico abaixo.

Gráfico 9 – Matrícula PRONATEC/BSM: regiões do Brasil (%)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Sistec/MEC.

As ações do PRONATEC/BSM na região tem se caracterizado como um importante instrumento de inclusão social e combate as desigualdades sociais e regionais que historicamente fazem parte dos investimentos públicos na região.

O PRONATEC/BSM, além de oportunizar a qualificação profissional na região nordeste como um todo, incrementa o desenvolvimento local, a criação de novas formas geradoras de renda e torna os 9 Estados que compõe o Nordeste brasileiro em melhor condição de competitividade no momento de atrair novos investimentos, em especial aqueles geradores de postos de trabalho, uma vez que passa a contar com mão de obra qualificada.

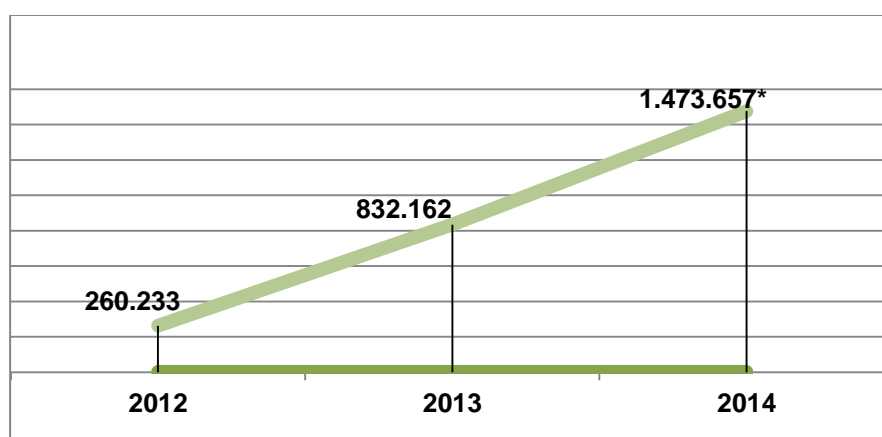
Analisando os dados do MDS, percebe-se o diferencial que iniciativas como estas, que reconhecem a qualificação profissional como forma de inclusão e superação da extrema pobreza, fazem no desenvolvimento de políticas públicas que assegurem a esta parcela da população sua efetiva inclusão no mundo do trabalho.

De um total de 1,1 milhão de pessoas matriculadas no PRONATEC Brasil sem Miséria (acumulado até junho de 2014), 430,4 mil tiveram vínculo empregatício formal entre 2012-2014. Isso significa que 37,6% do público inscrito no PRONATEC Brasil sem Miséria esteve no mercado de trabalho formal no período. A maior parte é constituída por jovens entre 18 e 24 anos (135,2 mil), seguida por adultos na faixa etária 30 a 39 anos (125,4 mil). Um achado importante foi que, dentre aqueles que transitaram no mercado formal de trabalho, 183,7 mil (42,7%) obtiveram o emprego após a matrícula em um curso do PRONATEC Brasil sem Miséria (COSTA *et al.*, 2014, p. 299).

De acordo com os dados apresentados pelo MDS, o PRONATEC/BSM desde sua criação até o mês de outubro de 2014, superou 1,5 milhão de matrículas em todo o país. Observando a categoria gênero, os números apresentam que 67% das matrículas são de mulheres, considerando nosso objeto de interesse a categoria juventude, representada pelos jovens do grupo etário entre os 18 e 29 anos, representa 48% das matrículas realizadas.

Quando considerada a participação dos municípios no PRONATEC Brasil sem Miséria, de acordo com dados do MEC/MDS, no início do programa em 2011, foram beneficiados 24 municípios. Já em 2012, este número passou a 905 municípios atendidos. Em sequência, em 2013 o PRONATEC/BSM atendeu a 2.402 municípios e em 2014 chegou a 3.966 municípios brasileiros. A leitura do Gráfico 10, expressa a evolução da matrícula ao longo dos últimos três anos.

Gráfico 10 – Evolução das Matrículas PRONATEC/BSM – Brasil – 2012-2014



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Sistec/MEC.

* Dados até setembro/2014.

Conforme Fernandes (2014, p. 556): “Ao reconhecer a qualificação do trabalhador como via de inclusão, a ação conjunta do MEC/MDS, visa impulsionar a inserção produtiva dos jovens e adultos de baixa renda, proporcionando condições para que esta parcela mais vulnerável da população conquiste uma posição digna no mundo do trabalho”.

No caso do Ceará, conforme informações do MDS, desde o início do PRONATEC/BSM, em janeiro de 2012, até julho de 2014, foram efetuadas 76.534 matrículas no estado, em 139 municípios e 2.219 turmas de cursos foram executadas.

Já os repasses do ACESSUAS Trabalho, em 2012 somaram R\$ 4.412.945,50 para 18 municípios do estado, tendo ocorrido um aumento para o ano de 2013, onde estes repasses somaram R\$ 6.870.144,00, atingindo 45 dos 184 municípios do Estado.

Por fim, pode-se considerar que o MDS, ao fortalecer a inclusão produtiva através do investimento em qualificação profissional, prioriza as políticas de geração de renda e inserção no mercado de trabalho como instrumentos potenciais de superação da extrema pobreza.

No entanto, para que este conjunto de iniciativas possa obter êxito é fundamental a articulação com a intermediação de mão de obra, por meio, sobretudo, do Sistema Nacional de Emprego (SINE), a ligação entre a qualificação e a colocação no mercado de trabalho e a articulação com a oferta de educação básica e demais políticas de desenvolvimento e de inclusão, a exemplo da economia solidária e empreendedorismo.

É oportuno ressaltar que a parceria com os municípios não envolve a transferência direta de recursos financeiros para custeio dos cursos, no entanto, os municípios recebem apoio financeiro para desenvolvimento de ações de mobilização do público interessado, através do Programa Acessuas – Trabalho.

Este Programa busca a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social, por meio da articulação e da mobilização à integração ao mundo do trabalho. Possui, ainda, estreita articulação com foco no Plano Brasil Sem Miséria, com a promoção de estratégias, ações e medidas de enfrentamento à pobreza, por meio de mobilização de usuários; monitoramento da execução das ações do Programa e articulação com diferentes parceiros e políticas públicas.

O Programa propõe o desenvolvimento de ações de articulação, mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade e, ou risco social para garantia do direito de cidadania a inclusão ao mundo do trabalho, por meio, do acesso a cursos de qualificação e formação profissional, ações de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra (BRASIL, 2012a).

Todas estas iniciativas têm demonstrado a determinação política do governo federal na recondução da política de educação profissional no país para um patamar de prioridade, e sustentada em um modelo de articulação intersetorial, que favoreça sua efetividade e assegure o acesso em especial da população jovem as experiências do mundo do trabalho.

3.4.2 PRONATEC – seguro desemprego

Conforme já visto anteriormente, a partir da aprovação do PRONATEC em 2011, se configura no país um novo cenário para a educação profissional, o Plano Nacional de

Qualificação (PNQ), desenvolvido no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), perde prioridade orçamentária perante o Governo Federal.

Neste cenário o MEC, por meio do PRONATEC, passa a coordenar a oferta de qualificação profissional, mantendo articulação com demais ministérios para atender as demandas de qualificação profissional existente.

No âmbito do MTE, estabelece-se parceria para o atendimento aos requerentes do seguro desemprego, que passaram a contar com a modalidade bolsa-formação trabalhador e dessa forma passem a cumprir a determinação do Decreto nº 7.721, de 16 de abril de 2012 e Portaria Interministerial MEC/MTE nº 17, de 17 de dezembro de 2013, que condicionam ao trabalhador que pediu ou já é beneficiário do seguro-desemprego o encaminhamento a cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou de qualificação profissional oferecidos por escolas vinculadas ao PRONATEC, sob pena de não ter acesso ao benefício.

Art. 1º O recebimento de assistência financeira pelo trabalhador segurado que solicitar o benefício do Programa de Seguro-Desemprego a partir da segunda vez dentro de um período de dez anos poderá ser condicionado à comprovação de matrícula e frequência em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, habilitado pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 18 da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com carga horária mínima de cento e sessenta horas. (BRASIL, 2012d).

Nesse sentido, a Bolsa de Qualificação Profissional, é um benefício destinado a subvencionar os trabalhadores com contrato de trabalho suspenso, em conformidade com o disposto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, devidamente matriculado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador.

Os cursos ofertados aos requerentes do seguro desemprego serão cursos presenciais e realizados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por escolas estaduais de Educação Profissional Tecnológica (EPT) e por unidades de serviços nacionais de aprendizagem (Sistema S). Os trabalhadores são encaminhados para os cursos no ato em que apresentar a solicitação do seguro, ficando o recebimento da assistência financeira do Programa Seguro-Desemprego condicionado à comprovação de matrícula e de frequência do trabalhador nos referidos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

Como ocorre nas demais modalidades os trabalhadores matriculados em cursos ofertados pelo PRONATEC terão direito a cursos de qualidade, alimentação, transporte e todos os materiais escolares necessários a aprendizagem, que possibilitarão a posterior inserção profissional dos beneficiários.

3.4.3 PRONATEC – Jovem Aprendiz – Micro e Pequena Empresa

O programa PRONATEC Aprendiz na Micro e Pequena Empresa é um desdobramento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), desenvolvido por meio de uma parceria entre a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE) e os ministérios da Educação, Desenvolvimento Social e Trabalho e Emprego, que tem como objetivo a ampliação da inserção de jovens no mundo do trabalho, sobretudo nas micro e pequenas empresas.

O PRONATEC na modalidade APRENDIZ se destinará ao financiamento da formação teórica dos aprendizes, possibilitando a redução do custo dos contratos que tradicionalmente ocorrem exclusivamente as expensas das empresas contratantes. Dessa forma, propiciará ampliação das ações da Aprendizagem Profissional (BRASIL, 2014b).

A iniciativa gerou a expectativa de que haja um grande incremento no número de vagas de aprendizes disponíveis no mercado de trabalho, para jovens que estão iniciando sua vida profissional, e que poderão vivenciar as oportunidades de inserção por meio do Contrato de aprendizagem, que é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado.

Os cursos ofertados por meio de Contrato de Aprendizagem Profissional, previstos no art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e no Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, deverão estar estruturados em itinerários formativos constantes no Guia PRONATEC de Cursos FIC e em consonância com o Catálogo Nacional da Aprendizagem Profissional - CONAP, nos termos do Documento Referência PRONATEC Aprendizagem Profissional (BRASIL, 2014c).

A oferta de cursos no âmbito do PRONATEC Aprendiz, será por meio da modalidade bolsa formação trabalhador e encontra-se disciplinada através da Portaria MEC nº 114, de 7 de fevereiro de 2014. A carga horária dos cursos ofertados será de no mínimo de 400 horas e obedecerá ao Catálogo Nacional de Aprendizagem (CONAP).

No âmbito do PRONATEC/Bolsa Formação, na modalidade PRONATEC Aprendiz, serão atendidos aprendizes com contrato de trabalho em micro e pequenas empresas, em órgãos da administração direta ou em outros estabelecimentos que não sejam contribuintes dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAC, SENAI, SENAT, SENAR) visto que, aos que contribuem, já são garantidas as matrículas pelo Acordo de Gratuidade¹⁴

¹⁴ Acordo firmado entre o Governo Federal e o Sistema S, que visa a ampliar o número de vagas em cursos técnicos e a gratuidade dos serviços de educação oferecidos pelas entidades que compõem o Sistema S. Pelo acordo, dois terços dos recursos financiarão vagas gratuitas em cursos de formação inicial e continuada e de educação profissional e técnica de nível médio oferecidos pelo SENAI e pelo SENAC. Essas vagas serão destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores e irão reforçar as ações do MEC para ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica.

dessas entidades. Ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), na condição de demandante das vagas de aprendizagem, caberá a articulação institucional entre os jovens, empresas e instituições de ensino, para assegurar a implantação do PRONATEC Aprendiz.

O Ministério do Trabalho e Emprego, demandante das vagas do PRONATEC Aprendiz, terá como principais unidades demandantes as Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego e contará também com o apoio das agências do Sistema Nacional de Emprego (SINE), das Unidades Estaduais da Coord. infância – do Ministério Público do Trabalho – e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Além de encaminhar demandas das empresas de médio e grande porte, também atuará, em parceria com a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), na perspectiva de estimular a contratação formal e expandir as alternativas de contrato de trabalho junto às empresas de pequeno porte e às micro empresas (BRASIL, 2014d).

O PRONATEC Aprendiz na Micro e Pequena Empresa foi anunciado em setembro de 2014 pelo Governo Federal e busca incentivar a inserção do jovem no mercado de trabalho formal através de contratos de aprendizagem. O Programa deve beneficiar adolescentes acima dos 15 anos, oferecendo prioridade aos que vivem em situação de vulnerabilidade e os matriculados em escolas da rede pública.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, ação que ampliará e diversificará a oferta de programas de formação técnico-profissional para o acesso de adolescentes, jovens e pessoas com deficiência, incluirá em suas ações o instituto da aprendizagem profissional (BRASIL, 2014b).

Considerando não existir a obrigatoriedade do cumprimento de cotas de aprendizagem para o setor, como incentivo à adesão ao programa, o Governo Federal custeará a oferta dos cursos de qualificação através da bolsa formação. A micro e pequena empresa que tiver pelo menos um empregado poderá participar do programa, e o curso do jovem aprendiz será financiado pelo PRONATEC.

A expectativa do Governo Federal é de que o PRONATEC Aprendiz irá beneficiar cerca de 5 milhões de empresas, atingindo 97% dos empreendimentos deste porte em todo o Brasil.

Conforme dados do MTE, a partir da leitura da RAIS 2012, o potencial de contratação de aprendizes por parte das micro e pequenas empresas chega a 445.512 novas vagas, distribuídas pelos setores: Informação e Comunicação (8.214), Financeiras, de Segurança e Serv. Relacionados (317), Imobiliária (633), Profissionais, Científicas e Técnicas (13.483), Administrativa e Serviços complementares (25.265), Administração pública, Defesa e Seguridade Social (26), Educação (20.702), Saúde Humana e Serviços Sociais (2.420), Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (3.635), Indústrias

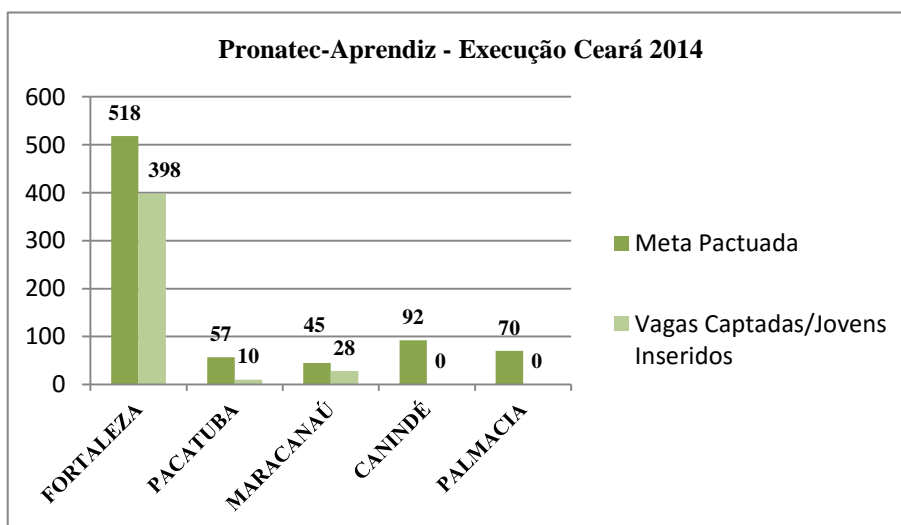
Extrativistas (1.605), Indústria de Transformação (83.919), Eletricidade e Gás (9), Água, Esgoto, Atividade de Gestão de Resíduos e Descontaminação (1.300), Construção (17.973), Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motociclistas (245.939) e Transporte, Armazenagem e Correio (20.072).

Se considerarmos o caso do Ceará, conforme os mesmos dados da RAIS 2012, conclui-se que o potencial de contratação de aprendizes nos estabelecimentos de pequeno porte do estado chega a 12.456 novas vagas com destaque para os setores de Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motociclistas (6.291), indústria de transformação (2.838), Administrativa e Serviços complementares (811), Educação (737) e Construção com a capacidade de absorção de 519 aprendizes.

O PRONATEC aprendiz, no âmbito do Estado do Ceará, vem sendo executado através da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), por meio do projeto aprendiz na escola, desenvolvido com alunos estudantes do 3º ano, do Ensino Médio, das escolas da rede estadual de ensino, e está presente nos seguintes municípios do Estado: Fortaleza, Pacatuba, Maracanaú, Canindé e Palmácia.

A articulação com as empresas para captação de vagas vem sendo realizada pelo Projeto Primeiro Passo, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). Sendo que a meta pactuada com a SEDUC para o ano de 2014, foi de 782 vagas, e apenas 436 destas foram captadas junto as empresas, para inserção dos jovens aprendizes, conforme explicitado no Gráfico 11.

Gráfico 11 – PRONATEC–Aprendiz - Execução Ceará 2014



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Sistec/MEC.

Conforme podemos notar, a capacidade de captação de vagas pelo estado foi bem menor que o potencial de vagas pactuadas, atingindo somente 55,75% das vagas disponíveis para o estado. Este cenário é atribuído ao pouco conhecimento que as micro e pequenas empresas têm do programa, tendo sido o mesmo considerado uma experiência piloto por parte da SEDUC, MTE e STDS.

Para o desenvolvimento desta iniciativa inicial os cursos ofertados foram: Auxiliar Administrativo/Escritório (CBO 411005), Operador de Computador (CBO 317205) e Operador de Supermercado (CBO 521125). Os jovens participam da formação profissional na própria escola onde estão matriculados no ensino médio.

Considerando que o PRONATEC-Aprendiz é uma experiência inicial, ainda não existem elementos suficientes para uma avaliação mais aprofundada de sua execução que permita uma análise de seus resultados.

Pode-se dizer que ocorreu nos últimos anos um avanço significativo na oferta de qualificação profissional no país, com mudanças conceituais em especial a ocorrida entre PLANFOR e PNQ. Enquanto, o PLANFOR buscava qualificar massivamente os trabalhadores para atender às demandas apresentadas pelo setor produtivo, atendendo o que preconiza a teoria do capital humano, amplamente defendida nos governos neoliberais, o PNQ apresenta a qualificação profissional como um direito do trabalhador, e, mesmo não se desvinculando das demandas do mercado de trabalho, inova ao trazer o conceito da educação social e profissional.

Destacamos ainda que, do ponto de vista operacional, estes dois programas em pouco se diferem. Suas ações são executadas por meio de convênios entre estados e municípios, que repassam os recursos federais destes convênios para entidades privadas, sem fins lucrativos e entidades do sistema S para execução do programa. Ressalta-se aqui a dificuldade de diálogo com a educação básica para que ocorra a integração destas duas importantes políticas.

Por fim, ao instituir o PRONATEC, o Governo Federal inaugura um modelo em que o financiamento da ação é centralizado em um único ministério, no caso o MEC, que passa a coordenar a oferta através de parcerias com o sistema S. Neste processo, as entidades sem fins lucrativos não participam do programa, sob a alegativa de que o sistema S já apresenta uma rede de educação profissional consolidada e reconhecida de excelência.

Considerando ainda o grande número de demandas apresentadas junto ao MEC para oferta de ações de qualificação profissional se qualificaram também para a oferta de cursos de formação inicial e continuada as redes estaduais de educação profissional, os

Institutos Federais, contribuindo assim para melhor atender as demandas apresentadas pelos entes federados.

Feitas estas considerações a respeito da oferta de qualificação profissional no Brasil nas duas últimas décadas, no capítulo seguinte trataremos por meio de nosso estudo de caso, das condições de oferta dos cursos de aprendizagem e os resultados alcançados no momento da inserção do egresso, tendo como elemento de estudo a experiência do Ceará no desenvolvimento do Projeto Primeiro Passo.

4 APRENDIZAGEM PROFISSIONAL – LIMITES E POSSIBILIDADES PARA INCLUSÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO – A EXPERIÊNCIA DO CEARÁ ATRAVÉS DO PROJETO PRIMEIRO PASSO – JOVEM APRENDIZ

Neste capítulo trataremos da aprendizagem profissional desenvolvida no Ceará, através do Projeto de Aprendizagem Primeiro Passo, realizado pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), que, por meio de sua linha de ação Jovem Aprendiz atende a jovens de 16 a 24 anos em cursos de Formação Inicial e Continuada, devidamente cadastrados no MTE, na qualidade de cursos de aprendizagem, fato que possibilita a inserção de seus participantes em empresas privadas, na condição de Jovens Aprendizes.

Inicialmente, construiu-se um panorama nacional do Programa de Aprendizagem, acompanhado pelo MTE, desenvolvido em todo o território nacional. Portanto, este estudo demonstra que o Ceará se apresenta como um dos estados com maior capacidade de inserção e aproveitamento de vagas de aprendizagem, colocando-se em 3º lugar no Brasil em potencial de inserção destes jovens.

A partir da leitura dos documentos do MTE, foi possível estabelecer parâmetros de inserção de jovens aprendizes no mercado de trabalho, identificado as potencialidades e a grande capacidade que a aprendizagem oferece para inclusão de jovens no mercado de trabalho formal.

O capítulo apresenta, ainda, considerações no que se refere ao desenvolvimento de nosso estudo de caso, cujo objeto principal foi identificar a eficácia do Projeto Primeiro Passo, a partir da capacidade de inserção de seus egressos no mercado de trabalho forma. Assim, nesta trajetória foi possível ainda a construção do perfil socioeconômico dos jovens atendidos.

O conhecimento das condições de inserção, escolarização, sexo, idade, condição econômica da família dos beneficiários do Projeto Primeiro Passo, possibilitaram que nosso olhar sobre a categoria juventude pudesse vislumbrar alternativas positivas de inserção de jovens no mercado de trabalho formal, priorizando as necessidades próprias da idade jovem e a conseqüente inclusão no mercado de trabalho de forma decente, contribuindo significativamente para a superação das desigualdades e vulnerabilidades que são peculiares para o segmento juvenil.

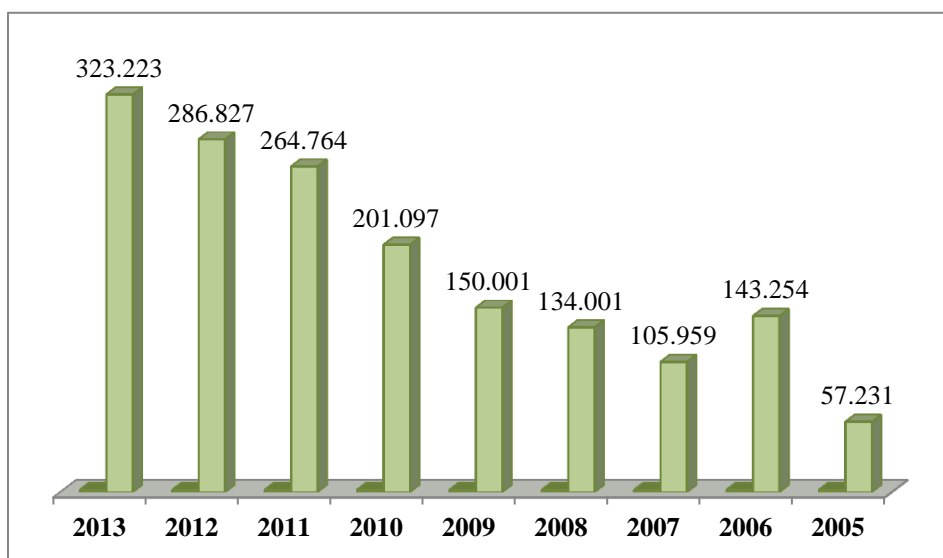
4.1 PANORAMA NACIONAL DA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

Se considerarmos os dados de inserção de jovens aprendizes a partir do ano de 2005, quando da publicação do Decreto nº 5.598/2005, até novembro de 2013, foram admitidos, nessa modalidade, de contratação, um total de 1.666.537 aprendizes (BRASIL, 2014e, p. 1).

Este fato, demonstra o quanto no País, nos últimos anos, esta modalidade de ingresso dos jovens no mercado de trabalho vem se apresentado como alternativa viável para o desenvolvimento das habilidades e competências iniciais necessárias à inclusão laboral da juventude no mercado de trabalho.

O gráfico abaixo demonstra uma ascendente evolução no número de contratos de aprendizagem para o período entre 2005 até novembro de 2013.

Gráfico 12 – Evolução dos contratos de aprendizagem profissional – Brasil – 2005-2013



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no RAIS 2005-2012 + CAGED jan./nov. 2013.

Ao tempo em que os dados apontam para uma crescente contratação de jovens por meio de iniciativas de aprendizagem, no entanto, por outro lado, ao confrontarmos os dados com o potencial demandado por aprendizagem por parte das empresas com capacidade de cumprimento de cotas, observa-se que, ainda, existe uma grande lacuna para o alcance desta meta, impondo ao Brasil um importante desafio, que é o de potencializar ainda mais a inserção de jovens aprendizes no mercado de trabalho, contribuindo para inclusão da juventude neste tão concorrido meio, e que, a cada dia, exige ainda mais dos jovens, não somente o conhecimento acadêmico, mas também a vivência prática em atividades que lhes gerem oportunidades concretas de inserção no mundo do trabalho.

Quadro 6 – Potencial de Contratação de Aprendizizes por UF (BRASIL)

UF	Total de Admitidos	Potencial de Contratação	Percentual Atingido
1. Amapá	1.038	2.385	43,52%
2. Rio Grande do Sul	31.944	76.828	41,58%
3. Ceará	12.567	33.150	37,91%
4. Espírito Santo	8.641	23.277	37,12%
5. Acre	937	2.748	34,10%
6. Minas Gerais	40.047	128.062	31,27%
7. Amazonas	5.472	17.865	30,63%
8. Santa Catarina	16.616	54.595	30,44%
9. Goiás	11.704	40.198	29,12%
10. Distrito Federal	7.262	26.923	26,97%
11. Rondônia	2.682	10.515	25,51%
12. Mato Grosso	5.250	20.700	25,36%
13. Rio de Janeiro	27.881	110.473	25,24%
14. Sergipe	2.511	9.990	25,14%
15. Pernambuco	11.039	44.075	25,05%
16. São Paulo	86.313	379.367	22,75%
17. Roraima	564	2.486	22,69%
18. Paraná	16.599	73.570	22,56%
19. Tocantins	1.629	7.293	22,34%
20. Alagoas	2.744	12.722	21,57%
21. Paraíba	2.994	14.921	20,07%
22. Mato Grosso do Sul	3.238	16.201	19,99%
23. Bahia	11.523	57.902	19,90%
24. Rio Grande do Norte	2.981	15.970	18,67%
25. Pará	5.246	28.179	18,62%
26. Maranhão	2.527	16.964	14,90%
27. Piauí	1.274	10.401	12,25%
TOTAL	323.223	1.237.760	26,11%

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no DBIDEB nov./2013 do MTE.

Apesar de expressivos resultados nas admissões nessa modalidade de contratação, verifica-se ainda uma longa jornada a ser trilhada. As 323.223 admissões do ano de 2013 representam apenas 26,11% do potencial de Contratos de Aprendizagem, tomando como referência a cota mínima de 5%, estabelecida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os Estados do Amapá (43,52%), Rio Grande do Sul (41,58%), Ceará (37,91%) e Espírito Santo (37,12%) lideram o ranking superando a média nacional. Já Piauí (12,25%), Maranhão (14,90%), Pará (18,62%) e Rio Grande do Norte (18,67%) apresentam índices ainda bastante abaixo da média nacional.

Cabe destacar que, praticamente, todos os Estados da Federação apresentaram melhora nos índices, quando comparados ao ano de 2012. Merecem destaque: Rio Grande do Sul,

que passou de 31,68% para 41,58% do potencial de contratação; e Alagoas, Amazonas, Espírito Santo que superam o resultado do ano anterior em 6 pontos percentuais. Ficaram abaixo do resultado do ano anterior os Estados do Rio Grande do Norte, Goiás, Rondônia e Tocantins.

Conforme informação do MTE, expressa no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), a meta de inserção para o período foi estabelecida em 1.220.628 Jovens Aprendizizes. Considerando a inserção de aprendizes nos anos de 2012 e 2013 encontramos que ocorreram 610.050 admissões de jovens aprendizes, representando 49,98% da meta estimada no até 2015.

No entanto, o MTE tem procurado se articular com as demais políticas públicas de governo, no sentido de conseguir alcançar, com êxito, a meta estabelecida, considerando ser esta ação uma importante maneira de inclusão dos jovens no mercado de trabalho, assegurando-lhes qualificação profissional e inserção laboral.

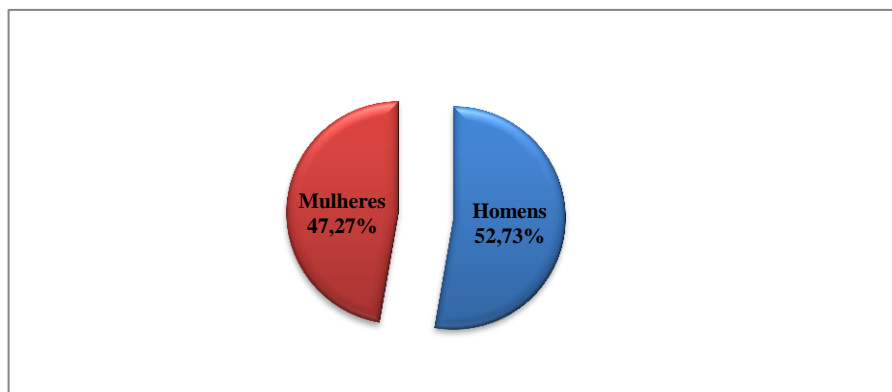
Os desafios para alcançar as metas expressas no PPA 2012-2015 e o potencial de contratação em sua totalidade estão relacionados à expansão da oferta de vagas em todo território nacional, assim como integrar a Aprendizagem Profissional com outras políticas de governo. Uma dessas iniciativas foi concretizada com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre MTE e MEC em Novembro de 2013. Deste acordo será criada a modalidade PRONATEC APRENDIZ que permitirá o acesso a 150.000 vagas a partir de Março de 2014 (BRASIL, 2014f, p. 2).

Quando analisamos a categoria gênero, observa-se que, dentre os aprendizes contratados no período de janeiro a dezembro de 2013, 170.428 aprendizes (52,73%) eram homens e 152.795 (47,27%), mulheres (Gráfico 13).

A menor participação das mulheres em Contratos de Aprendizagem reflete uma tendência do mercado de trabalho brasileiro, que ao longo dos anos tem se demonstrado excludente para este segmento.

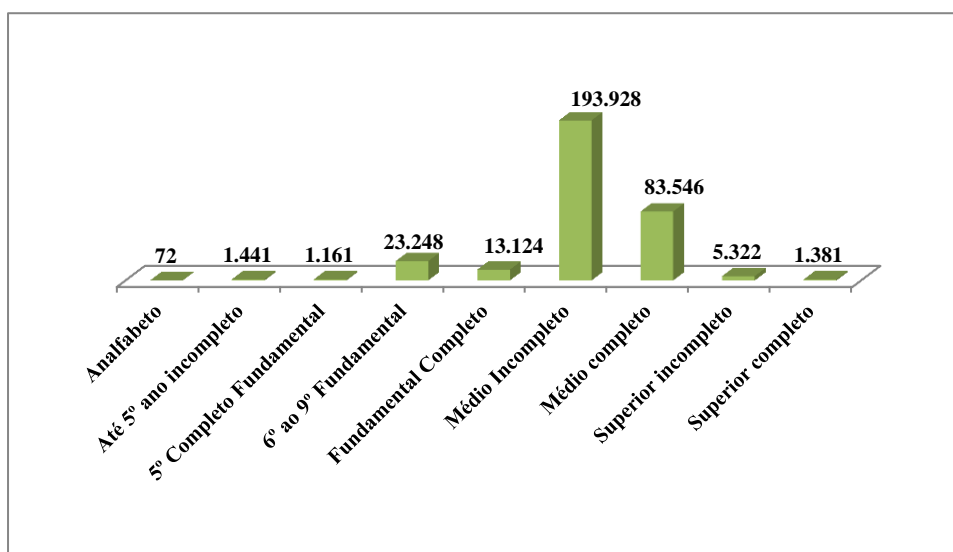
A maior taxa de desemprego entre as mulheres – em que pese os maiores níveis de escolaridade da população ocupada feminina – guarda relação direta com o acesso mais limitado a determinados tipos de ocupação em função dos estereótipos e desigualdades de gênero, assim como com as dificuldades em assumir determinados postos de trabalho em função da necessidade de conciliação entre trabalho e família, uma vez que as responsabilidades familiares ainda recaem predominantemente entre as mulheres (GUIMARÃES, 2012, p. 68).

Como se pode observar a menor taxa de participação das mulheres em Contratos de Aprendizagem, não é uma realidade isolada e sinaliza para o fato de que para esta categoria permanece a forte tendência de maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, mesmo sendo na condição de aprendiz.

Gráfico 13 – Contratação de aprendizes conforme sexo – Brasil – 2013 – (%)

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos dados do MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED ano 2013 – Lei nº 4.923/65.

Quanto à escolaridade, o que predomina nos Contratos de Aprendizagem é o Ensino Médio incompleto, representando 60% dos contratos vigentes, acompanhado pelo Ensino Médio completo, com 25,84%.

Gráfico 14 – Nº de aprendizes contratados, segundo escolaridade – Brasil – 2013

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos dados do MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED ano 2013 – Lei nº 4.923/65.

Podemos observar, a partir da leitura dos dados expostos no Gráfico 14, que ocorre a participação de jovens do Ensino Fundamental II (6º ao 9º anos) em conclusão ou concluídos e representam um total de 11,26% dos Contratos de Aprendizagem firmados no ano de 2013, assim distribuídos por nível de ensino, 6º ao 9º ano incompletos 23.248 (7,2%), e jovens com o Ensino Fundamental completo, representam 13.124 (4,06%) dos aprendizes

contratados. Este dado sinaliza positivamente, considerando o fato de que, conforme já citado anteriormente, a literatura tem nos demonstrado que, quanto menor a escolaridade, maior é a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho.

Já quando analisamos à luz dos dados apresentados pelo MTE, a partir da CAGED, do ano de 2013, quanto aos setores que mais demandam por aprendizagem, constatamos que: os setores da Indústria de Transformação e Comércio foram os líderes no ranking de contratações (165.870) e juntos representam 51,32% do total de admissões.

Quadro 7 – Contratações de aprendizes por atividade econômica ano 2013 (Brasil)

Atividade Econômica	Total de Contratações
Indústrias de Transformação	83.044
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	82.826
Saúde Humana e Serviços Sociais	31.856
Outras Atividades de Serviços	29.751
Construção	23.062
Transporte, Armazenagem e Correio	15.762
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	13.790
Educação	10.144
Alojamento e Alimentação	8.008
Informação e Comunicação	5.518
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	4.120
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	3.923
Indústrias Extrativas	2.808
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	2.741
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	1.796
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	1.537
Eletricidade e Gás	1.353
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	572
Atividades Imobiliárias	571
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	37
Serviços Domésticos	4
TOTAL DE CONTRATAÇÕES	323.223

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos dados do MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED ano 2013 – Lei nº 4.923/65.

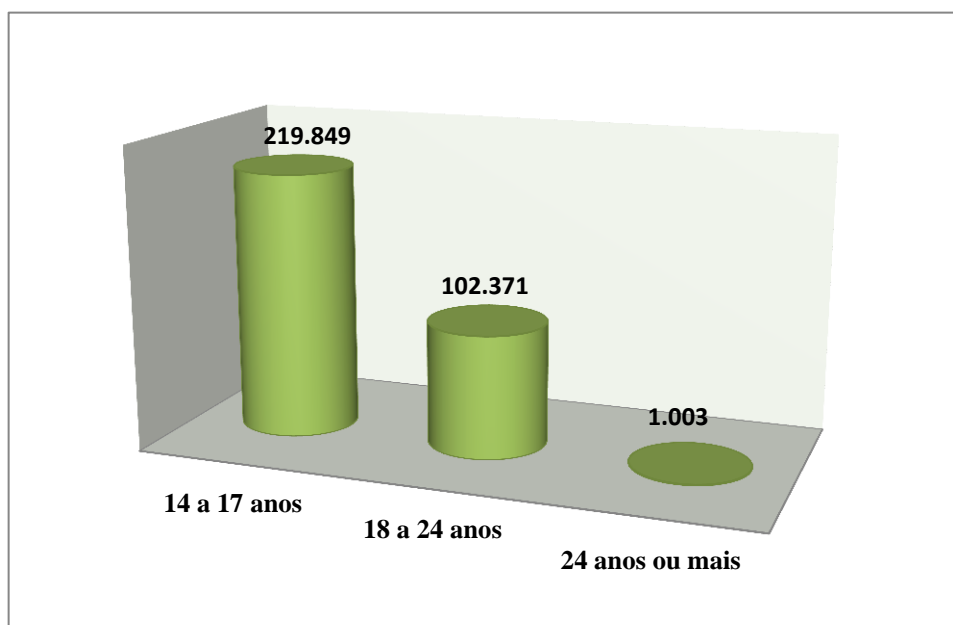
Inegavelmente, os dados nos demonstram que a aprendizagem se apresenta com um grande potencial para inclusão de jovens no mercado de trabalho, proporcionando, assim, a experiência profissional associada à formação e o acompanhamento no desenvolvimento de

atividades laborais, que preparam o jovem para sua continuidade no mercado de trabalho, nos mais diferentes setores da economia.

Ao longo de nosso estudo, destacamos uma tendência de maior dificuldade de ingresso no mercado de trabalho em especial para aqueles mais jovens, sendo que o contingente populacional na faixa etária entre os 15 e 29 anos tem apresentado entre os anos de 2003 e 2013 uma taxa média de desemprego que varia entre 12% e 17%, conforme demonstrado no gráfico 6, sendo portanto de relevância o conhecimento do movimento do mercado de trabalho para a juventude segundo idade.

Quando se trata de Contratos de Aprendizagem ao ser analisados os dados inerentes a idade dos jovens aprendizes a média nacional aponta para o fato de que as contratações se concentram em sua maioria na faixa etária de 14 a 17 anos. No ano de 2013, foram contratados, no Brasil, 219.849 aprendizes pertencentes a este grupo etário. Já para os jovens pertencentes à faixa etária entre 18 a 24 anos o número de contratados chegou a 102.371 jovens.

Gráfico 15 – Nº de aprendizes contratados por idade – Brasil – 2013



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos dados do MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED ano 2013 – Lei nº 4.923/65.

A leitura pormenorizada do Gráfico 15 nos permite perceber que justamente aqueles segmentos com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, segundo a série histórica da RAIS dos últimos 10 anos, são exatamente aqueles com maior contratação na condição de aprendizes; observa-se, ainda, que para a faixa etária maior que 24 anos foram

considerados as pessoas com deficiência com contratos de aprendizagem profissional vigentes naquele ano.

4.2 PROJETO PRIMEIRO PASSO – O CASO DO CEARÁ

Ao longo de nosso estudo, observou-se que, mesmo tendo o Brasil experienciado momentos de efervescência na geração de emprego, nos últimos anos, não se deixando inicialmente influenciar negativamente pela crise mundial de 2008, que trouxe como consequência a diminuição do crescimento econômico do país, os resultados positivos do mercado de trabalho brasileiro não se refletiram na geração de oportunidades de inserção para a juventude, prova disto é que no ano de 2013 a taxa de desemprego entre os mais jovens representava 3 vezes maior que a dos adultos. Para Macambira, Andrade e Santos (2013), fatores como renda, ausência de qualificação profissional, nível de escolaridade, pouca experiência, entre tantos outros aspectos, acirram o grande descompasso e o distanciamento de jovens e adultos no mundo do trabalho.

Diante deste cenário, é que nossa investigação teve como objetivo identificar a eficácia do Projeto Primeiro Passo, a partir da capacidade de inserção de seus egressos no mercado de trabalho formal.

Para o alcance de nossa análise, foi imprescindível, de início, traçar o perfil socioeconômico dos jovens egressos do Projeto Primeiro Passo, pois o conhecimento destas variáveis (escolaridade, sexo, rendimento familiar, raça/cor, idade), permitiram comparar a condição do egresso do Primeiro Passo com a dos demais jovens, que se encontram pressionando o mercado de trabalho, e desta forma comprovar a contribuição que o Projeto vem dando na inserção de jovens no mercado de trabalho cearense, rompendo, assim, com as amarras que tanto dificultam o ingresso de milhares de jovens no mundo do trabalho.

Pertinente é reafirmar que o Projeto Primeiro Passo é uma ação do Governo do Estado do Ceará, desenvolvido pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), cujo o objetivo é a qualificação profissional de jovens em idade entre 16 e 24 anos em cursos de aprendizagem regulamentados pelo MTE, através da Lei nº 10.097/2000 e Decreto nº 5.598/2005.

O Projeto é desenvolvido em Fortaleza, Região Metropolitana e alguns municípios do interior do Estado. Segundo informações da própria STDS, o número de jovens atendidos no período 2013/2014 em todo o Estado foi algo em torno de 2,4 mil jovens, destes 1.694 foram os jovens residentes em Fortaleza e Região Metropolitana, conforme tabela a seguir:

Tabela 5 – Atendimento Projeto Primeiro Passo, por macrorregião – Ceará: 2013/2014

Macrorregiões	Total de municípios	Número de municípios contemplados	% de cobertura	População	Amostra
Região Metropolitana de Fortaleza	15	12	80,0	1.694	275
Cariri/Centro Sul	42	4	9,5	230	0
Litoral Oeste	27	2	7,4	84	0
Sertão Central	21	3	14,3	97	0
Baturité	13	0	0,0	0	0
Sobral/Ibiapaba	29	3	10,3	170	0
Litoral Leste/Jaguaribe	21	4	19,0	152	0
Sertão dos Inhamuns	16	0	0,0	0	0
Total Ceará	184	28	15,2	2.427	275

Fonte: Elaborada pelo autor, baseado nos dados da SDTS.

Conforme se observa, nossa investigação se concentrou nas turmas que foram executadas em Fortaleza e Região Metropolitana, área geográfica em que o projeto possui proporcionalmente maior cobertura territorial, representando 80% da execução do Projeto.

Conforme indicado na Tabela 6, podemos destacar o curso em que os jovens estavam matriculados, sinalizando para a grande maioria frequentarem os cursos ligados ao setor administrativo das empresas, isso ocorre considerando que a grande maioria das empresas notificadas pela Superintendência Regional do Trabalho no Ceará (SRTE-Ce), optam por abrir vagas no setor administrativo.

Tabela 6 – Número de alunos matriculados por cursos – Fortaleza e RMF: 2013/2014

Curso	Número de alunos beneficiados	Número de municípios contemplados
Assistente administrativo	1.144	06
Auxiliar de produção	500	04
Auxiliar de serviços de alimentação	25	01
Auxiliar de costura	25	01
Total	1.694	12

Fonte: Elaborada pelo autor, baseado nos dados da SDTS – Cadastro do Aluno.

Se comparados com os dados da RAIS para o ano de 2013, quando os melhores desempenhos setoriais, no tocante à geração de empregos, foram registrados nos setores de Serviços, que gerou 26,5 mil novos postos (+6,19%), e do comércio, com a geração de 14,2 mil postos de trabalho (+5,76%), estes são os setores em que se concentra maior formalização de contratos de aprendizagem dos jovens que frequentaram os cursos de auxiliar administrativo.

Do ponto de vista mais operacional, os jovens passam por um processo seletivo junto a STDS e municípios parceiros; os selecionados são qualificados numa formação técnico-profissional, ao mesmo tempo em que são encaminhados para as empresas para exercerem uma atividade laboral, na condição de aprendizes, por um período de doze meses. Neste período, os jovens recebem fardamento, lanche, material didático e remuneração das empresas, de acordo com a Lei de Aprendizagem.

As informações que se apresentam a seguir destacam algumas características de perfil dos aprendizes no que concerne ao: sexo, idade, escolaridade, cor/raça e renda.

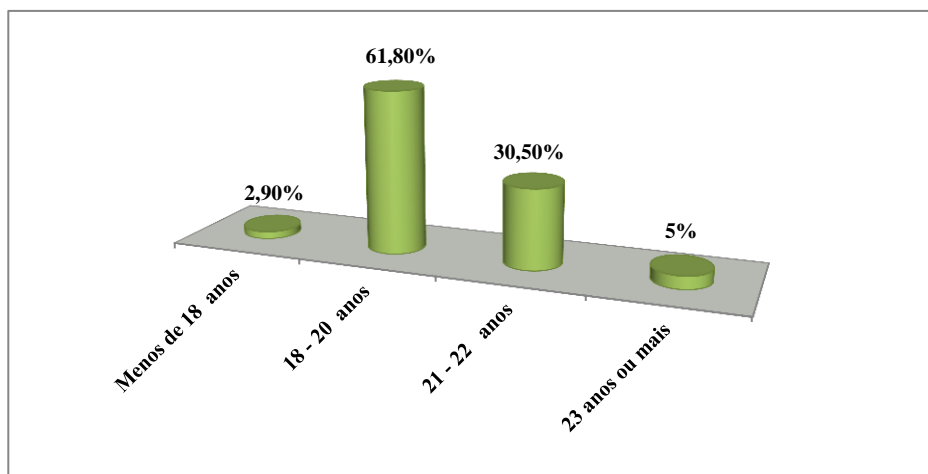
4.2.1 Perfil do público atendido

Conforme já visto ao longo deste trabalho os jovens representam uma parcela importante da população, no entanto a juventude apresenta dificuldades de inserção no mercado de trabalho, e mesmos os dados do emprego no Brasil tendo se mostrado bastante favorável nos últimos anos, em contraste com este cenário a juventude continua enfrentando enormes desafios no momento da conquista do emprego, desafios esses que envolve escolaridade, experiência profissional, gênero, idade, orientação sexual e cor da pele.

Em nosso estudo de caso, primeiramente, iremos analisar dados descritivos sobre a situação socioeconômica dos jovens beneficiários do Projeto Primeiro Passo, uma vez que, por caracterizar-se como uma ação governamental, que tem como prioridade a qualificação profissional e inserção laboral do público jovem, que se encontra em maior vulnerabilidade, o Projeto Primeiro Passo apresenta em seu escopo principal jovens com estas características, sendo prioritárias no atendimento. Por este motivo, considerou-se importante, neste estudo, o conhecimento do perfil dos jovens atendidos com o Projeto. Para tanto, utilizaremos dados do Cadastro dos Educandos disponibilizados pela STDS.

Segundo dados da PNAD 2012, dos pouco mais de 2,3 milhões de jovens cearenses, destes quase 1,2 milhão era do sexo masculino (50,5%) e pouco mais de 1,1 milhão, do sexo feminino (49,5%). Neste contexto da população jovem cearense, torna-se relevante conhecer o perfil dos beneficiários do Projeto Primeiro Passo, levando em consideração fatores como faixa etária. Já é sabido que o programa de aprendizagem profissional está legalmente constituído para atendimento a jovens na faixa etária entre 14 e 24 anos de idade. No entanto, o Projeto Primeiro Passo faz um recorte de atendimento para jovens que estão entre os 16 e 24 anos de idade.

Gráfico 16 – Jovens Primeiro Passo Aprendiz, segundo faixa etária (%)

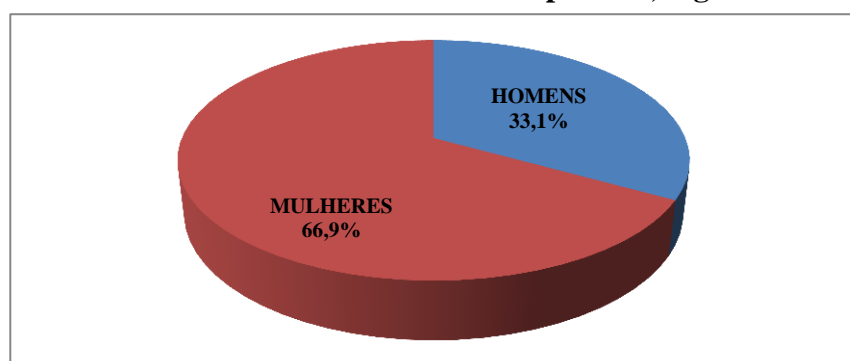


Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos dados da SDTS – Cadastro do Aluno.

Um olhar pormenorizado no Gráfico 16 permite fazer uma análise em relação à faixa etária do público atendido com o Projeto Primeiro Passo, com destaque para aqueles que se situam entre 18 a 20 anos (61,8%). Comparando estes resultados, com dados apresentados através da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/RMF), que apontam para o fato de que, de cada dez jovens, sete estavam presentes no mercado de trabalho local, quer na condição de ocupado ou desempregado, no ano de 2012. Sem dúvida alguma, iniciativas como a do Projeto Primeiro Passo vem contribuindo para esta mudança de cenário, uma vez que oportuniza a juventude nesta faixa etária a se apresentar com maior competitividade na hora de concorrer a uma vaga de emprego.

Já as informações relativas ao recorte por gênero evidenciam que as mulheres representam a maioria dos jovens atendidos com o Projeto Primeiro Passo, tendo participação de 66,9%, enquanto os homens representam 33,1% dos beneficiários, conforme aponta o gráfico 17 a seguir:

Gráfico 17 – Jovens Primeiro Passo Aprendiz, segundo sexo (%)



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos dados da SDTS – Cadastro do Aluno.

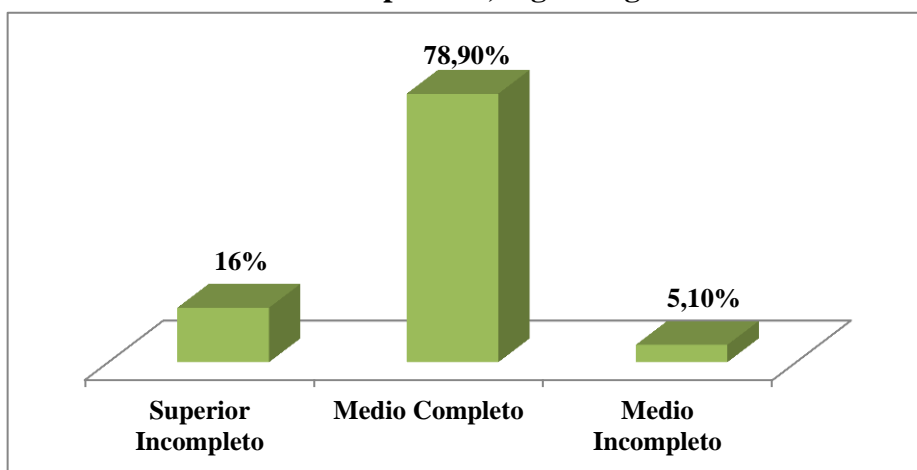
A participação das mulheres se apresenta em maioria no Projeto Primeiro Passo, sinalizando para o fato de que a própria dificuldade que as mulheres, em especial as mais jovens, encontram para conseguirem uma vaga no mercado de trabalho, tem levado-as a procura por oportunidades de qualificação profissional, visando, assim, apresentarem um diferencial competitivo no momento da busca pelo emprego, uma vez que, mesmo com a emancipação econômica, social e política das mulheres, o mercado de trabalho ainda tem se mostrado resistente a algumas situações, em especial aquelas que envolvem salários e oportunidades de ascensão funcional.

Chama atenção ainda, o fato que, se comparado com a média de atendimento nacional, onde as mulheres representam pouco mais que 47% (Gráfico 13) dos aprendizes contratados, no caso do Projeto Primeiro Passo este número é 1,5 vezes maior.

Outra característica a ser considerada refere-se à escolaridade dos jovens beneficiados com o Projeto Primeiro Passo, pois registra-se uma expressiva presença de jovens que já concluíram o ensino médio (78,9%). Aliás, o patamar daqueles que não chegarem sequer atingir esse nível de escolarização é bastante reduzido (5,1%), já a proporção de beneficiados que já cursam o ensino superior é bem representativa (16,0%).

Neste sentido, os números do Projeto Primeiro Passo divergem das características da aprendizagem nacional, conforme apontado no Gráfico 14, que apresenta o nível de escolarização nacionalmente, uma vez que, em termo de Brasil, os Contratos de Aprendizagem apresentam predominância do atendimento aos jovens com Ensino Médio incompleto, representando 60% dos contratos, e jovens com ensino médio concluído representam apenas 25,84% na média nacional.

Gráfico 18 – Jovens Primeiro Passo Aprendiz, segundo grau de escolaridade – 2013/2014



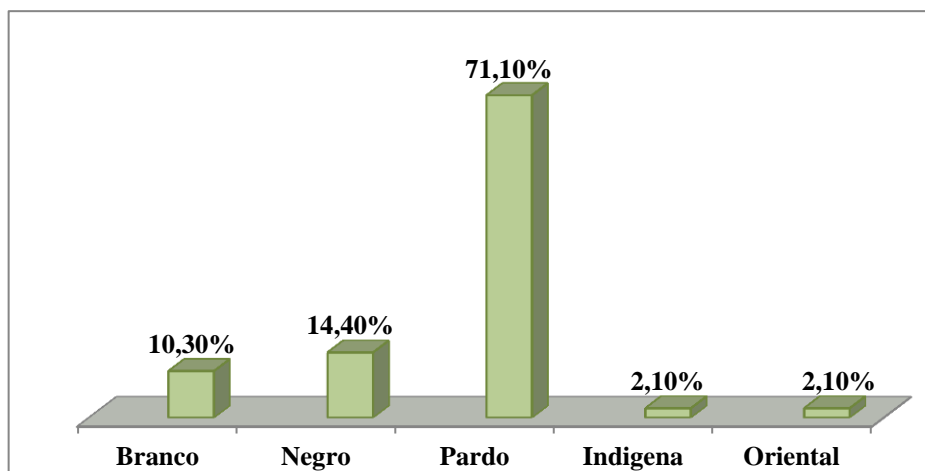
Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos dados da SDTS – Cadastro do Aluno.

Considerando que, nos últimos anos, ocorreu redução na capacidade de absorção de trabalhadores com baixa escolaridade, os dados apresentados a luz do Gráfico 18, corroboram para a assertiva de que há grande participação dos jovens com ensino médio concluído no mercado de trabalho, o que leva a crer que o Projeto Primeiro Passo tem procurado seguir esta tendência do mercado de trabalho, focando seu atendimento naqueles jovens que se encontram neste nível de escolarização.

Outra importante característica a ser observada dentre os beneficiários do Projeto Primeiro Passo, refere-se à cor/raça, uma vez que no espectro da juventude negra, a dificuldade de isenção no mercado de trabalho se amplia se somada aos mais baixos índices de escolaridade, de condições de renda e ao racismo, que resiste impregnado em muitas instituições. Para se ter uma ideia, conforme dados do IPEA, em 2012, enquanto a taxa de desocupação entre jovens negros, na faixa etária entre 16 a 21 anos era de 18,5%, para os jovens brancos esse percentual cai para 15,4%. Situação que se repete para a faixa etária entre os 22 a 29 anos. Neste caso, a taxa de desocupação de jovens negros nesta faixa etária é de 9,3% naquele mesmo ano, enquanto entre os brancos essa taxa é de apenas 7,1% (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2014). A análise destes indicadores segundo uma perspectiva de nível de escolaridade e cor/raça revela uma face ainda mais preocupante da situação juvenil, quando se trata de seu acesso ao mercado de trabalho.

Por outro lado, a leitura do Gráfico 19, a seguir, demonstra que, conforme ocorre com o público feminino, quando se trata da categoria cor/raça, os jovens negros e aqueles que se consideram pardos são, em sua maioria, os que estão sendo atendido pelo Projeto Primeiro Passo.

Gráfico 19 – Jovens Primeiro Passo Aprendiz, conforme cor/raça (%)



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos dados da SDTS – Cadastro do Aluno.

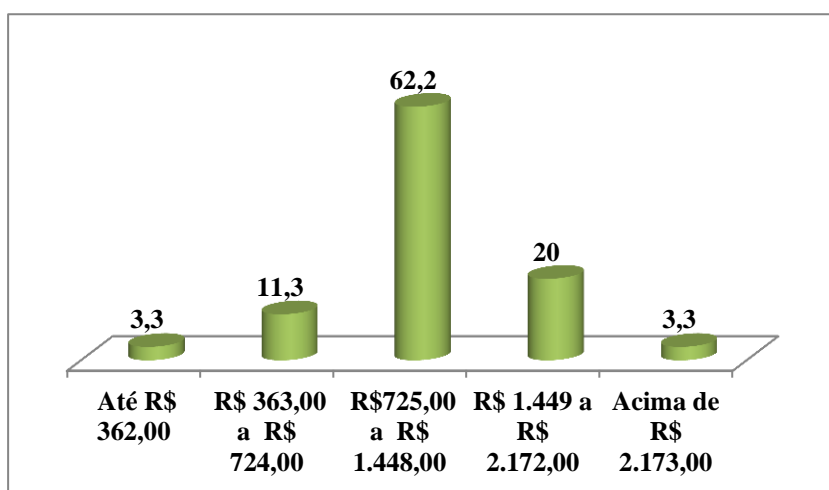
Como se pode observar 14,4% dos beneficiários do Projeto se consideram negros, e 71,1% se apresentam como pardos. O elevado número de jovens que se assumem como pardo chama a atenção, isso pode ocorrer devido ao fato de que ainda existe certo preconceito por parte dos jovens em se assumirem como negros, hipótese esta não constatada em nosso trabalho, uma vez que a análise se deu em base documental. No entanto, evidencia-se a necessidade de um maior aprofundamento do tema em estudos posteriores para que se possa observar o movimento dos jovens nesta categoria.

Outra importante característica a ser observado no perfil dos jovens atendidos no Projeto Primeiro Passo, é a renda familiar, uma vez que o FECOP, fundo financiador do Projeto, tem como objetivo o combate à pobreza e o atendimento prioritário à famílias de baixa renda.

O conhecimento da renda da família permite que lhe seja traçado o perfil econômico, identificando aqueles indivíduos que se encontram em situação vulnerabilidade social.

Neste sentido, a leitura do Gráfico 20 possibilita a identificação com maior detalhe dos níveis de renda em que estão inseridas as famílias dos jovens atendidos com o Projeto Primeiro Passo. Pode-se destacar que, em sua maioria, os jovens pertencem a uma faixa de renda que varia entre 1 e 2 salários mínimos por família, influenciado pela presença de pessoas com trabalho de carteira assinada que apresentam uma renda mensal estabilizada e/ou aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Gráfico 20 – Renda mensal média da família (%)



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos dados da SDTS – Cadastro do Aluno.

Para efeito de cálculos foi considerado o valor do Salário Mínimo Nacional (SM) do ano de conclusão do curso, ou seja, o SM em vigência a partir de 01.01.2014, estabelecido

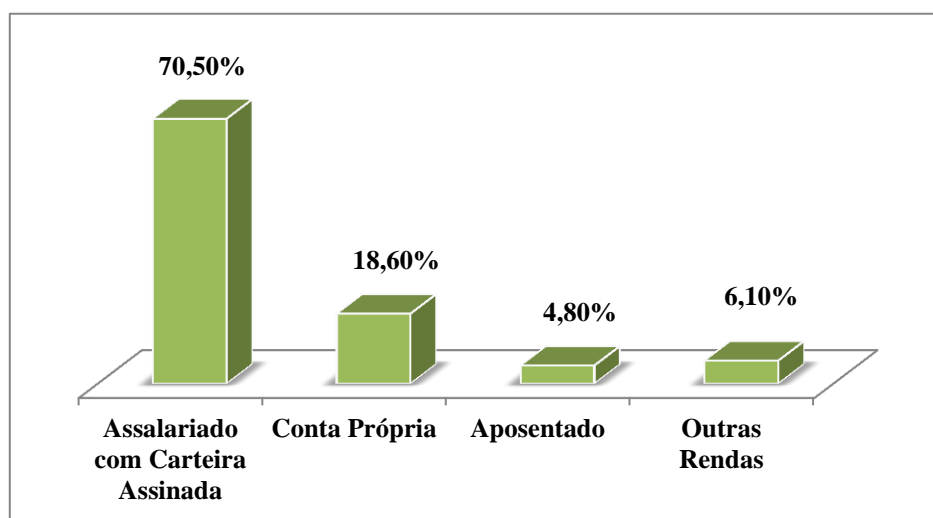
pelo Decreto nº 8.166/2013, no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) mensais. Ressalta-se aqui que na composição da renda familiar, foram incluídos a remuneração do jovem pesquisado, nos casos em que os mesmos estavam desenvolvendo alguma atividade remunerada.

Considerando a afirmativa de Pochmann (2000, p. 87) que “atualmente 35% da população brasileira tem uma garantia de renda que não depende do mercado de trabalho, como rendimentos de previdência, do Programa Bolsa Família ou de outros instrumentos”, foi de nosso interesse verificar a origem da renda familiar dos jovens beneficiários do Projeto Primeiro Passo, na tentativa de aproximarmos nosso estudo das condições reais de sobrevivência dos jovens atendidos com o Projeto.

Este dado é relevante, uma vez que, conforme dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2014), mesmo o Estado do Ceará ocupando o ranking de 3ª maior economia da região nordeste e apresentando crescimento em seu PIB acima da média nacional nos últimos anos, o quadro de desigualdades sociais ainda é alarmante, colocando o Estado na terceira maior proporção do país, quando se trata da população extremamente pobre, o equivalente a pouco mais de 8% da população cearense vivendo com uma renda domiciliar mensal per capita menor ou igual a R\$ 83,68.

O Gráfico 21, a seguir, apresenta, de forma pormenorizada, a origem da renda das famílias dos jovens atendidos com o Projeto Primeiro Passo, fato que sinaliza positivamente para o cumprimento dos critérios estabelecidos no momento da aprovação do Projeto Primeiro Passo pelo FECOP.

Gráfico 21 – Origem da renda da família Jovem Aprendiz (%)



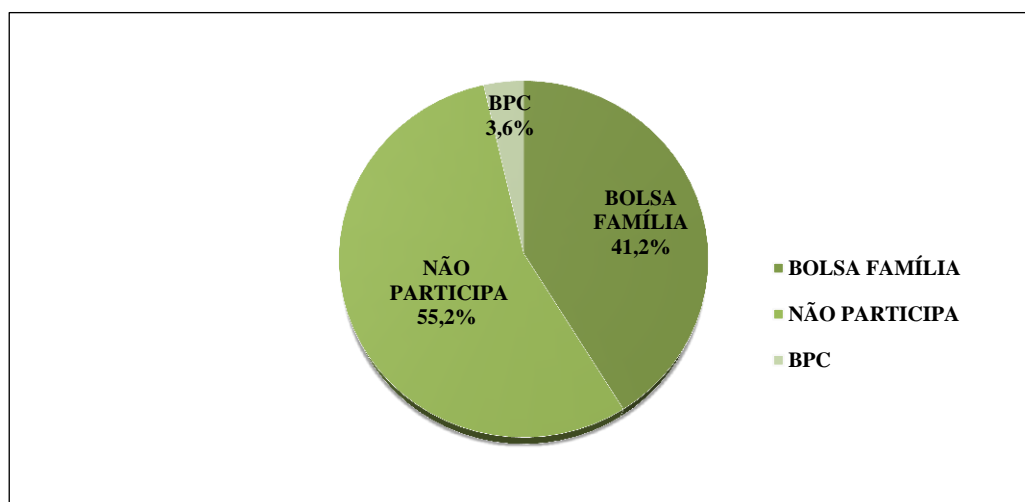
Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos dados da SDTS – Cadastro do Aluno.

Foi, ainda, de interesse de nossa investigação saber, por meio dos documentos de Cadastro dos jovens, qual a participação da família em programas de transferência de renda do Governo Federal, nomeadamente o Programa Bolsa Família e o Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC).¹⁵ Estes programas, como parte do Plano Brasil sem Miséria, tem se mostrado como uma importante ferramenta de combate à pobreza, no Estado do Ceará, tendo contribuído para que 2.125.382 pessoas saíssem da extrema pobreza no Estado, desde o seu lançamento.

Estas informações são consideradas relevantes, uma vez que, de acordo com os registros do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), até janeiro de 2015 foram investidos mais de R\$ 2,11 bilhões no Bolsa Família no Ceará e até dezembro de 2014, o BPC transferia mais R\$ 1.93 bilhão para famílias cearenses.

Através da leitura do Gráfico 22 a seguir, é possível identificar a quantidade de beneficiários do Projeto Primeiro Passo, que têm sua origem em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e do BPC. O conhecimento deste indicador revela, ainda, que as famílias beneficiárias dos Programas Federais de transferência de renda, têm procurado assegurar aos jovens da família as oportunidades de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, como alternativa para superar o ciclo de pobreza que estão inseridas.

Gráfico 22 – Participação da Família do Jovem Aprendiz em Programas de Transferência de Renda do Governo Federal (%)



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos dados da SDTS – Cadastro do Aluno.

¹⁵ O Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC), assegurado pela Constituição Federal de 1988, garante a transferência mensal de 1 salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família (BRASIL, 1988).

O BPC é um benefício individual, não vitalício e intransferível, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É um direito de cidadania assegurado pela proteção social não contributiva da Seguridade Social. Para ter acesso ao BPC, não é necessário que o beneficiário já tenha contribuído para a Previdência Social, conforme aponta o Gráfico 22, quando analisada a composição da renda familiar 3,6% dos jovens beneficiados com o Projeto Primeiro Passo, são oriundos de famílias que contam com este benefício na composição de sua renda.

Ressalta-se que o fato de 41,2% dos jovens se apresentarem como pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, contribui ainda para desmistificar o sofismo de que pessoas oriundas de Programas de Transferência de Renda do Governo Federal, “não tem interesse em trabalhar”.

Os dados analisados até aqui, coletados a partir do Cadastro dos alunos do Projeto Primeiro Passo, disponibilizados pela STDS, permitiu-nos o conhecimento do perfil socioeconômico dos jovens atendidos com o Projeto Primeiro Passo, e reforça a hipótese inicial de que o Projeto prioriza o atendimento aos grupos mais vulneráveis socialmente da juventude, caracterizando-se por atender aqueles segmentos excluídos do mercado de trabalho, jovens, mulheres, negros e famílias de baixa renda.

A partir destas constatações passaremos a analisar as condições de acesso do egresso ao mercado de trabalho, assunto que será tratado na seção seguinte.

4.3 CONDIÇÕES DE EMPREGABILIDADE DO EGRESSO

Após a caracterização dos jovens beneficiados com o Projeto Primeiro Passo, tomando por base as dimensões sociais e econômicas que permeiam esses sujeitos enquanto protagonistas da busca incessante pelo acesso ao emprego, nossos esforços agora se concentram em discutir, à luz das evidências empíricas, as condicionalidades apresentadas no momento da inserção do egresso dos cursos de aprendizagem no mercado de trabalho.

Assim como nos indicadores analisados anteriormente, buscou-se construir um diagnóstico que permita identificar a capacidade de inserção de jovens egressos de programa de aprendizagem no mercado de trabalho, a partir de sua qualificação profissional no Projeto Primeiro Passo.

Oportuno salientar que o grande desafio do Projeto Primeiro Passo é exatamente a colocação do egresso no mercado de trabalho, considerando que a inserção inicial na condição de aprendizes nas empresas não significa, em sua totalidade, um fator de eficácia do Projeto, uma vez que as empresas estão absorvendo os jovens em cumprimento a uma determinação

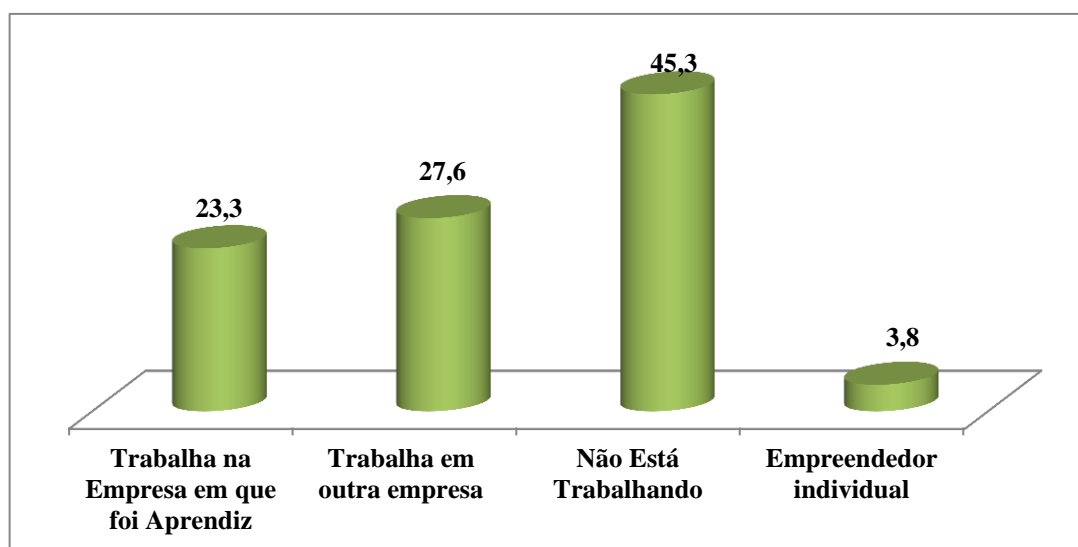
legal (cota de aprendizagem), que as torna passíveis de aplicação de multa no descumprimento desta cota, não sendo, portanto, a priori, mérito do Projeto a inclusão destes jovens no mundo laboral.

Assim, a inserção do egresso do Projeto Primeiro Passo no mundo do trabalho é fator preponderante para que se possa auferir se o Projeto vem cumprindo com sua finalidade. Para o alcance deste propósito, além de entrevistas com os 275 egressos, que ocorreu por meio de contato telefônico, também foi constituído diálogos com a equipe de coordenação e acompanhamento do Projeto tanto da STDS, como das entidades executoras IDESQ e IEP, no sentido de subsidiar a avaliação das questões apresentadas aos egressos.

A primeira questão analisada junto aos egressos dos cursos de aprendizagem foi a hipótese de que se o jovem estava, no momento do contato, trabalhando na mesma empresa onde desenvolveu seu programa de aprendizagem e, em caso negativo, se estava trabalhando em outra empresa ou, mesmo, por conta própria.

Conforme indicativo dos entrevistados, e à luz do que expressa o Gráfico 23, constata-se que, dentre os egressos do Primeiro Passo, 23,3% conseguiu permanecer na mesma empresa em que cumpriram seu contrato de aprendizagem, enquanto 27,6% foram inseridos em outras empresas, influenciados pelo curso de aprendizagem, enquanto um percentual de 3,8% caminhou para se tornar Empreendedor Individual¹⁶ e 45,3% não conseguiram inserção no mercado de trabalho.

Gráfico 23 – Inserção do Egresso do Projeto Primeiro Passo (%)



Fonte: Elaborado pelo autor, através da entrevista com o egresso do Projeto Primeiro Passo.

¹⁶ Empreendedor Individual (EI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário foi criado pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. O empreendedor individual também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria.

Apesar da constatação de um percentual de inserção satisfatório entre os egressos do Primeiro Passo, considerando que somando os que estão empregados ultrapassa os 50% dos entrevistados, procurou-se investigar junto aos responsáveis pelo acompanhamento dos jovens nas empresas parceiras do Primeiro Passo, quais eventuais motivos podem levar a empresa a não efetivar o jovem em seu quadro funcional.

Ao ser indagado sobre tal questão, o supervisor e articulador de vagas do Projeto Primeiro Passo, afirma que:

Infelizmente, muitas das empresas encaram o programa de aprendizagem como uma obrigação e não se dispõem em preparar os jovens aprendizes para no futuro se tornarem seus colaboradores efetivos; os jovens são compreendidos como um custo a mais no quadro de pessoal e é desperdiçada uma grande oportunidade pela empresa de contar com um profissional moldado em conformidade com suas necessidades (Supervisor e Articulador de vagas Projeto Primeiro Passo).

Na análise da trajetória de inserção dos egressos do Projeto Primeiro Passo, diversos são os fatores que contribuem para que os mesmos não consigam de imediato se efetivar na empresa onde cumpriu seu contrato de aprendizagem, sem que isso, no entanto, signifique falta de preparação do jovem para a função que desempenha. Neste sentido, para o Coordenador do IDESQ, os cursos de aprendizagem não se distanciam da realidade laboral em que os jovens estão inseridos, oferecendo, portanto, as condições de aprendizagem necessárias ao desempenho do jovem na empresa. No entanto, chama atenção para o fato de que:

Em muitos dos casos a empresa quer encontrar no jovem aprendiz um profissional que apresente grandes conhecimentos. Desconhecendo que a formação é inicial e não técnica, neste sentido a empresa precisa ter a compreensão de que o Projeto Primeiro Passo trata-se de um projeto de aprendizagem profissional, de nível inicial, em que a formação do jovem ocorre não somente com os conhecimentos teóricos ministrados durante as 400 horas do curso de aprendizagem, ela é complementar pelo exercício prático do jovem na empresa parceira. O ambiente do emprego, torna-se essencialmente de aprendizagem, é na vivência prática que o jovem aplica os conhecimentos adquiridos no curso, e é de fundamental importância que a empresa tenha esta compreensão para que a aprendizagem profissional ocorra de forma plena (Coordenador IDESQ).

Ainda sobre este tema, a gerente operacional do IDESQ, que coordena as turmas de aprendizagem do IDESQ em Fortaleza e Região Metropolitana, lembra que quando ocorre do jovem não se identificar com a função a ser desempenhada, o mesmo, logo nos primeiros dias do curso, apresenta o pedido de desligamento, ou seja, supõe-se que aqueles jovens que continuam frequentando o curso e desenvolvendo sua atividade de aprendizagem, permanece por vontade própria e por acreditarem na oportunidade de qualificação profissional como instrumento de preparação para o mercado de trabalho, chamando atenção para o fato de que:

Em muitos casos, o próprio jovem não manifesta interesse em continuar na empresa em que desenvolveu seu contrato de aprendizagem, uma vez que manifestam o desejo de crescimento profissional, e não veem na empresa onde está inserido oportunidades de crescimento. Existem casos, ainda, em que o jovem conseguiu acessar a universidade e faz opção para dar continuidade aos estudos, priorizando a formação de nível superior, ao invés do emprego de imediato. Em nosso juízo de valor isso é extremamente positivo, pois sinaliza para o fato de que estamos formando uma juventude com posicionamento crítico e com claras definições de que futuro almeja para si (Gerente operacional do IDESQ).

Esta tendência reflete o fato de o mercado de trabalho se apresentar cada vez mais exigente, fazendo com que o jovem não busque somente a experiência profissional, mas também seu aprimoramento contínuo, através de sua elevação de escolaridade.

As exigências cada vez maiores do mercado de trabalho em relação à qualificação estão contribuindo para uma procura por maior escolaridade entre os jovens. Como consequência, acredita-se que muitos desses jovens tenham alterado suas estratégias de inserção, ficando mais tempo na escola ou retornando aos ambientes de formação e profissionalização para ampliarem as chances de encontrar um posto de trabalho em um mercado de trabalho cada vez mais seletivo (DIEESE, 2008, p. 36).

Neste sentido, o Projeto Primeiro Passo tem se apresentado como um aliado para a juventude cearense, contribuindo para a inserção de jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Os números expressos no Gráfico 23 não deixam nenhuma dúvida sobre o elevado potencial que o Projeto apresenta no momento da inserção de seu egresso, oportunizando que a juventude cearense apresente um diferencial no momento de galgar as oportunidades de trabalho ofertadas.

No entanto, na desagregação da análise por sexo, onde as mulheres representam a maioria dos jovens atendidos pelo projeto (66,9% – Gráfico 17), quando da inserção do egresso, as jovens mulheres são mais penalizadas, uma vez que este contingente se torna expressivamente menor que o do universo masculino, passando a representar 64,4% dos não inseridos, o que demonstra o quanto a mulher está mais exposta ao desemprego. Esta situação não é isolada e representa uma tendência do mercado de trabalho cearense, haja vista que:

Dentre os mais de 1,4 milhão de jovens economicamente ativos, cerca de 1,3 milhão estava ocupado e 154 mil desempregados, em 2012, contingente menor do que o verificado em 2009 (198 mil). A maioria dos desempregados era constituída por mulheres (90 mil), reflexo da maior exposição feminina ao fenômeno do desemprego, exposição que é ainda maior quando se trata das mais jovens. Nesse segmento etário, havia 1,4 mulher desempregada para cada homem na mesma condição. Elas respondiam por 58,4% do desemprego juvenil do Ceará, em 2012 (COSTA, 2014, p. 28).

Do ponto de vista das barreiras encontradas para o ingresso da população juvenil no mercado de trabalho, em especial aqueles mais jovens e com menor escolaridade, ainda há

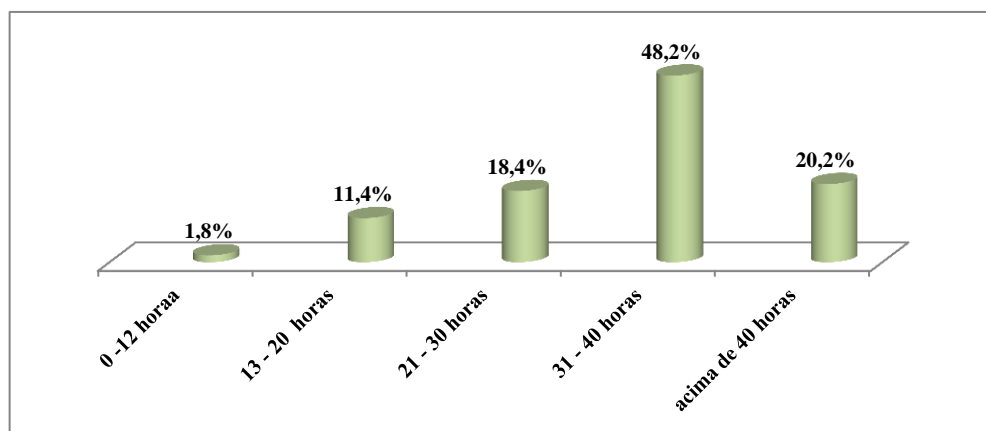
um grande caminho a ser percorrido e, mesmo iniciativas de qualificação profissional articuladas com o mercado de trabalho, a exemplo do que ocorre com o Projeto Primeiro Passo, não são suficientes para o rompimento destas barreiras.

Dando continuidade à nossa investigação, considerou-se como relevante para nosso estudo, analisar a jornada de trabalho que o jovem egresso do Primeiro Passo está submetido, uma vez que ela reflete na juventude incompatibilidade com o tempo escolar.

A imposição de extensas jornadas de trabalho também se constitui um dificultador adicional para que os jovens possam compatibilizar as atividades do trabalho remunerado com as da escola e/ou de qualificação profissional. Esta reivindicação se mostra crescente entre eles, em parte, pela maior oferta de instituições de ensino superior e de programas governamentais de financiamento dos estudos, com melhores condições de concessão de crédito, além de ser um desafio para as políticas públicas focadas no trabalho juvenil (COSTA, 2014, p. 99).

Ademais, este indicador remete ao conhecimento de possíveis condições de trabalho precário a qual o jovem possa estar submetido.

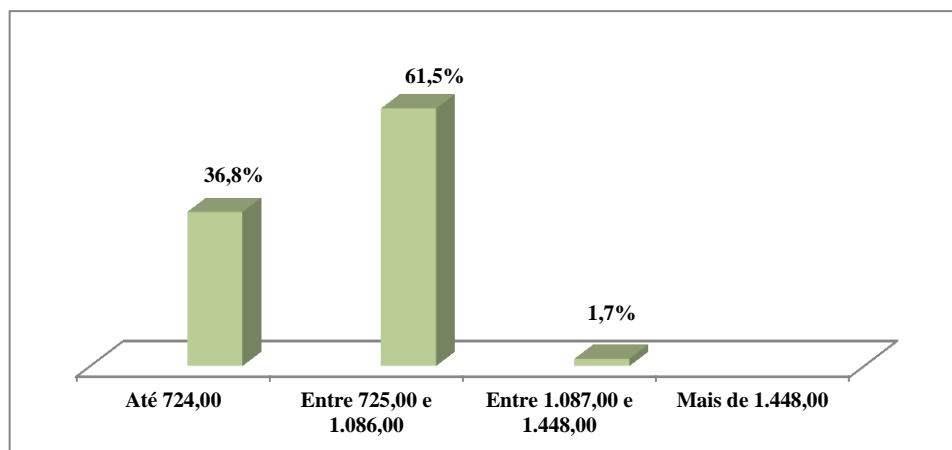
Gráfico 24 – Jornada de trabalho do egresso do Projeto Primeiro Passo



Fonte: Elaborado pelo autor, através da entrevista com o egresso do Projeto Primeiro Passo.

O Gráfico 24 indica que, em sua maioria os jovens egressos do Projeto Primeiro Passo cumprem carga horária de até 40 horas semanais, enquanto 20,2% estão submetidos a uma carga horária que ultrapassa as 40 horas semanais. Neste sentido, tais resultados apontam para a confirmação da necessidade de implementação de políticas públicas que possibilitem aos jovens combinar trabalho e estudo.

Dando continuidade, foi de nosso interesse investigar a média salarial praticada pelas empresas no momento da contratação dos egressos do Projeto Primeiro Passo.

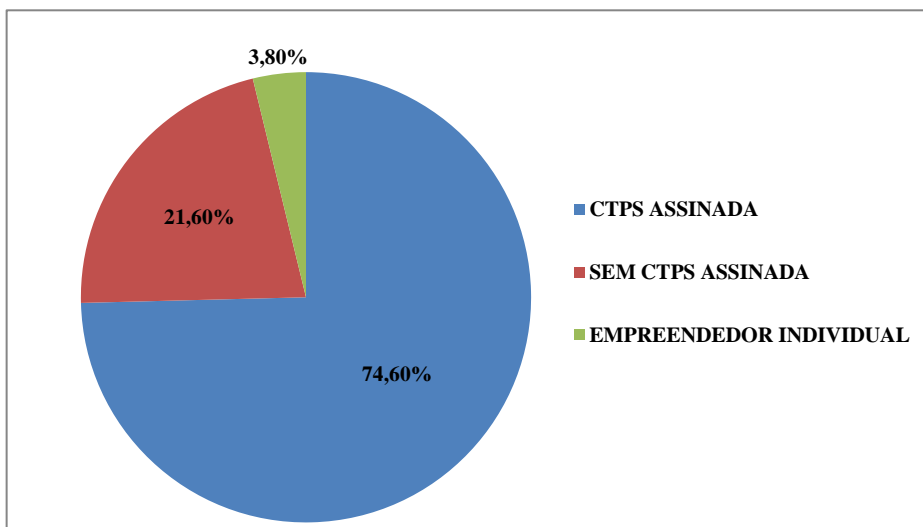
Gráfico 25 – Rendimento mensal do egresso do Projeto Primeiro Passo (R\$)

Fonte: Elaborado pelo autor, através da entrevista com o egresso do Projeto Primeiro Passo.

A leitura do Gráfico 25 permite constar a importância das políticas públicas de juventude para assegurar aos jovens o acesso ao trabalho decente, uma vez que, além da dificuldade de conseguir um lugar no mercado de trabalho, os jovens também têm dificuldades para conseguir um bom lugar neste mercado. Os números apontam para o fato de que dos jovens que conseguiram sua inserção no mercado de trabalho, 61,5% estão obtendo uma renda mensal média, que varia entre 1 e 1,5 salário mínimo. Tais resultados são, mais uma vez, a confirmação dos grandes diferenciais impostos à juventude no momento de sua inserção laboral. Em outras palavras, cabe à juventude o acesso aos postos de trabalho mais precários e conseqüentemente com menor remuneração.

Percorrendo nosso objetivo de identificar as contribuições do Projeto Primeiro Passo, para a inserção de jovens no mercado de trabalho, focando nosso olhar nas condições ideais de trabalho, ou seja, aquelas que possibilitem o trabalho com garantias de direitos e reconhecimento de deveres por parte do empregador, perguntou-se ao egresso do Projeto Primeiro Passo se o seu contrato de trabalho era com vínculo em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), pois uma das mais importantes conquistas dos trabalhadores, na última década, tem sido o aumento na formalização das relações de trabalho, expressa pelo crescimento de empregos formais gerados no País.

Gráfico 26 – Tipo de Vínculo do Egresso do Projeto Primeiro Passo



Fonte: Elaborado pelo autor, através da entrevista com o egresso do Projeto Primeiro Passo.

O Gráfico 26 demonstra que o egresso do Projeto Primeiro Passo apresenta grande chance de contratação por meio de Carteira Assinada (registro em CTPS), no entanto ainda é expressiva a presença de vínculos informais entre os egressos (21,6%), o que é preocupante, uma vez que a informalidade é um dos indicativos da precariedade do acesso ao emprego que mais fortemente se evidencia entre os mais jovens, conforme já visto anteriormente. É oportuno ressaltar que, para efeito de nossa análise não se considerou na informalidade aqueles jovens que se apresentaram como empreendedor individual (3,8%), haja vista que a formalização assegura aos mesmos benefícios previdenciários e legalização de sua atividade.

Costa (2014, p. 105), ao analisar a evolução do rendimento médio real dos empregados do setor privado, com recortes por idade, segundo o registro do vínculo empregatício em carteira, constatou que:

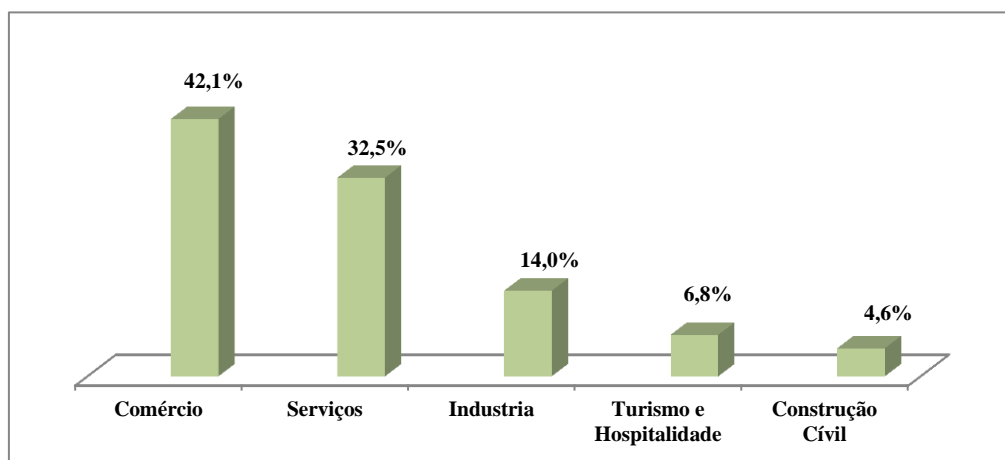
[...] o rendimento médio real dos jovens empregados do setor privado cresceu de R\$ 684, em 2009, para R\$ 762, em 2012 (11,4%). Estes salários equivalem a 69,9% e 75,5% do salário médio real dos empregados adultos, respectivamente, sinalizando que ocorreu uma redução do hiato salarial entre jovens e adultos na iniciativa privada. No caso dos empregados com carteira de trabalho assinada pelo empregador, o crescimento foi de R\$ 779 para R\$ 841 (8%), enquanto o dos sem carteira passou de R\$ 494 para 554 (12,1%), respectivamente. Dessa forma, os empregados da iniciativa privada sem registro em carteira lograram maiores ganhos de salário, no período de análise, até porque recebiam menores remunerações, que equivalem a 63,4%, em 2009, e 65,9% do rendimento médio real dos empregados com carteira assinada, em 2012.

Comparando as constatações de Costa (2014), com os indicativos apresentados nos Gráficos 25 e 26, que versam sobre rendimento médio mensal e contratação com carteira

assinada dos egressos do Projeto Primeiro Passo, confirma-se que as características excludentes do mercado de trabalho e a relação desfavorável deste com a juventude em Fortaleza e sua região metropolitana assemelham-se com as condições de inserção laboral dos entrevistados em nossa pesquisa.

Um aspecto que precisa também ser analisado é a atividade econômica em que estão sendo geradas as oportunidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Nesse sentido, buscou-se saber qual o setor econômico que está recebendo os egressos do Projeto Primeiro Passo. Na desagregação dos dados por atividade econômica, pode-se identificar que a inserção dos egressos do Projeto Primeiro Passo (Gráfico 27), ocorreu nos seguintes setores da economia local: 42,1% dos entrevistados foram inseridos no setor do comércio, enquanto que o serviço absorveu 32,5% dos egressos; a indústria foi responsável por 14% das contratações, enquanto turismo e hospitalidade inseriram 6,8% e a construção civil foi responsável por 4,6% das inserções.

Gráfico 27 – Inserção do egresso do Projeto Primeiro Passo – setor econômico



Fonte: Elaborado pelo autor, através da entrevista com o egresso do Projeto Primeiro Passo.

Comparando estes resultados com a geração de emprego no Estado, constata-se através de uma breve análise dos dados da RAIS 2013, que estes setores se constituem como os que apresentaram os melhores desempenhos setoriais, no tocante à geração de empregos formais na iniciativa privada, tendo sido registrados nos setores de serviços, a geração de 26,5 mil novos postos (+6,19%), e do comércio, com a geração de 14,2 mil postos de trabalho (+5,76%). Ademais, não se pode desconsiderar que estes são justamente os setores que também, ao longo da última década, vem apresentando maior crescimento e maior expansão do emprego, inclusive com forte tendência de absorção da mão de obra juvenil.

Na análise por setor de atividade do setor privado, quando se tem como referência o total de jovens trabalhando, refletindo a estrutura setorial da ocupação de boa parcela do mercado de trabalho da RMF, os subsetores serviços (45,3%) e comércio (25,7%) são os maiores empregadores da força de trabalho juvenil local. [...] Em 2012, de cada dez jovens ocupados, 4,5 trabalhavam nos serviços (254 mil) e 2,6 no comércio (144 mil). Ao longo dos anos de 2011 e 2012, o maior número de oportunidades de trabalho para a juventude ocorreu nos serviços (+5 mil) e no comércio (+4 mil). (COSTA, 2014, p. 73).

Portanto, o desempenho positivo da inserção do egresso do Projeto Primeiro Passo, ocorre de certa maneira pelo fato dos cursos de aprendizagem estarem direcionados para o atendimento de setores da economia que se apresentam em crescimento e favoráveis a inserção de trabalhadores jovens em seus quadros, estabelecendo uma articulação com a empresa, e oportunizando a inserção do seu egresso no mundo do trabalho.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo propôs-se a investigar os desafios do acesso ao emprego pelo segmento jovem no Brasil contemporâneo. Para o alcance deste objetivo levou-se em consideração o movimento do mercado de trabalho, frente ao desenvolvimento econômico que o país experimentou nos últimos anos, considerando que entre 2002 e 2012 o Brasil apresentou uma elevação na geração de emprego formal, tendo ocorrido uma abrupta queda nas taxas de desemprego e informalidade, fruto da política macroeconômica desenvolvida no País.

No entanto, quando se trata da juventude, o que se observa é que, historicamente, o grupo etário entre os 15 e 29 anos apresenta maior dificuldade de inserção e acesso a postos de trabalho estáveis e bem remunerados, haja vista que os jovens apresentam o dobro de chances de se deparar com trabalho precário, tal situação se agravando ainda mais quando se tratam de mulheres, os de menor escolarização e jovens negros.

A tendência de crescimento do desemprego juvenil no contexto da crise financeira foi observada também no contexto internacional. O Relatório da OIT Tendências Mundiais de Emprego para a Juventude 2010 demonstrou que a taxa de desemprego dos jovens de 15 a 24 anos aumentou de 11,9% em 2007 para 13,0% em 2009, elevando para 81 milhões o contingente de jovens desempregados - o número mais elevado já registrado (GUIMARÃES, 2012, p. 70).

Neste cenário, discutir as condições de emprego para a juventude passa pela compreensão da dinâmica da economia globalizada, pois “é importante ressaltar que o processo de ingresso do jovem no mercado de trabalho constitui uma situação especial que acompanha historicamente a evolução das economias de mercado.” (POCHMANN, 2000, p. 46).

Ao mesmo tempo, deve-se considerar a heterogeneidade e as desigualdades que marcam a juventude, especialmente por conta das dimensões de gênero, sexo, raça, classe social, nível educacional e região de moradia (moradores de área metropolitana mais pobre) e da pouca experiência profissional.

Nessa linha de análise, apesar do crescimento econômico e da expansão do nível ocupacional observados na RMF, no período recente, as mulheres, jovens e adultas, respondem por parcelas crescentes do desemprego local. Considerando-se a população desempregada de dezesseis anos e mais, a representação feminina, que era de 53,2%, em 2009, chegou a 54,8%, em 2012. No desemprego juvenil, a parcela das jovens foi ampliada de 54,4% para 56,5% [...], ratificando a assertiva anterior de que a situação do desemprego das jovens mulheres se deteriora ano a ano [...] (COSTA, 2014, p. 50).

Para superação destas desigualdades, o poder público precisa apresentar alternativas por meio do desenvolvimento de políticas públicas para a juventude que, ao lado

de ações que estimulem o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, e possibilite também a elevação da escolaridade e estímulo à qualificação profissional.

Neste sentido, nosso olhar foi lançado na análise de uma ação governamental que é o Projeto Primeiro Passo, de onde partimos da hipótese inicial que se trata de um projeto exitoso de qualificação e inserção de jovens no mercado de trabalho desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará, com recorte para o atendimento em Fortaleza e Região Metropolitana.

Considerando o Projeto Primeiro Passo como uma ação que oferta aprendizagem profissional, foi traçado um panorama da aprendizagem nacionalmente, apontando para o fato de que existe um grande potencial de contratação de jovens aprendizes. O Brasil ultrapassa 1,2 milhão de potenciais vagas de aprendizagem, estando o País com metas bem inferiores às obrigações das empresas pela contratação nesta modalidade, uma vez que as contratações correspondem apenas a 26,11% do potencial. Esta realidade se reflete em nível local, uma vez que o Estado do Ceará é o terceiro no ranking nacional de contratação de aprendizes, correspondendo somente a 37,91% de contratação, ou seja, das 33.150 vagas de aprendizagem demandadas por empresas no estado, somente 12.567 foram preenchidas, o que demonstra a existência de grande potencial de empregabilidade para a juventude através da aprendizagem.

Diante desta constatação, é preciso que ocorra, por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará (SRTE/Ce), uma efetiva fiscalização para assegurar que as empresas cumpram com sua obrigação legal, e as oportunidades de aprendizagem profissional para a juventude possam ocorrer de forma plena no Estado.

No referente à execução do Projeto Primeiro Passo enquanto iniciativa do poder público em desenvolver políticas de inclusão da juventude ao mercado de trabalho, em especial aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, nosso estudo desagregou as informações dos beneficiários em categorias de análise, tais como: idade, sexo, escolaridade, raça, renda familiar, sendo possível conhecer o perfil dos jovens atendidos com o Projeto Primeiro Passo e verificar que o Projeto vem priorizando o atendimento aos segmentos considerados com maior dificuldade de acessar o mundo do trabalho.

A análise da inclusão do egresso do Projeto Primeiro Passo mediante uma perspectiva de gênero nos levou a conclusão que entre os beneficiários do Projeto Primeiro Passo a presença feminina representa o dobro dos beneficiários do sexo masculino, pode-se supor, então, que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho nos últimos anos, vem se refletindo em sua maior taxa de escolarização, assim como na maior

participação em programas de qualificação profissional, como forma de agregar conhecimento ao seu comportamento competitivo junto ao mercado de trabalho, hipótese esta que merece estudo complementar.

Outro importante aspecto a se destacar no atendimento aos jovens através do Projeto Primeiro Passo diz respeito ao fato de que quando desagregamos os dados em relação a cor/raça, identifica-se que o número de negros atendidos com o projeto é superior ao número de brancos. Esse fato chama a atenção, pois evidencia uma tendência que vem se firmando nos últimos anos, reforçada pelo desenvolvimento de políticas afirmativas em todos os níveis de governo, com reflexo positivo, principalmente nos indicadores educacionais. Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014, p. 20) “na população branca, o percentual de pessoas com nove anos ou mais de estudo era de 39,8%, em 2001, e subiu para 55,5%, em 2012; na população negra, o percentual de pessoas com igual escolaridade passou de 22,5%, em 2001, para 41,2%, em 2012”, demonstrando, assim, que a população negra vem se movimentando no sentido de garantir o acesso à políticas públicas de inclusão, que historicamente foram negados a este segmento.

Portanto, quando limitamos nosso estudo às questões que envolvem as políticas públicas de trabalho, emprego e renda, conclui-se que a exclusão do jovem do mundo do trabalho tem cor, sexo e escolaridade, exigindo, assim, por parte das autoridades competentes, um olhar diferenciado no momento da formulação de políticas públicas de geração de emprego e renda pensada para a juventude. “Diante desse contexto, é fundamental fortalecer as políticas voltadas à juventude, contemplando tanto as diferentes dimensões da condição juvenil quanto a heterogeneidade que a constitui.” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009, p. 17).

Considerando, ainda, a situação de vulnerabilidade de grande parte das famílias cearenses, que conforme dados do censo demográfico do IBGE de 2010, das pessoas ocupadas, 12,2% não tinham rendimentos e 66,8%, ganhavam até um salário mínimo por mês. Já conforme dados da PNAD 2012, 44% dos jovens da RMF são oriundos de famílias pobres, que representam, em termos absolutos, 441 mil jovens. Neste cenário, buscou-se identificar a presença de beneficiários oriundos de famílias que participam de programas de transferência de renda do Governo Federal, onde ficou constatada que a participação supera os 40% dos beneficiários. O conhecimento deste indicador torna-se importante, uma vez que sinaliza para o fato de que as famílias, mesmo com uma renda assegurada por meio dos Programas Federais de Transferência de Renda, têm procurado garantir aos jovens da família as

oportunidades, de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, como alternativa para superar o ciclo de pobreza que estão inseridas.

Para Costa (2014), os jovens da região metropolitana de Fortaleza (RMF) têm presença marcante no mercado de trabalho da região.

Eles constituem um importante segmento do mercado de trabalho local e, portanto, são merecedores de atenção e cuidados especiais, até porque, na maioria dos casos, são de famílias pobres, constituem uma população fragilizada, particularmente em termos laborais, com sérias dificuldades de inserção produtiva e de permanência no trabalho, sujeitos à elevada rotatividade e baixa remuneração, apesar do patamar de escolaridade mais elevado. Por estes e outros motivos é que a inserção da juventude no mercado de trabalho deve ser acompanhada e avaliada de forma continuada e com riqueza de detalhes (COSTA, 2014, p. 41).

Portanto, há de se considerar que a análise do comportamento do egresso do Projeto Primeiro Passo, quando de sua inserção no mercado de trabalho, não pode ser interpretada isoladamente, ou seja, é necessário que se compreenda as características do mercado de trabalho juvenil em Fortaleza e Região Metropolitana, para que se tenha a dimensão da importância do Projeto Primeiro Passo na colocação do jovem egresso da aprendizagem no mercado de trabalho.

Não se pode desprezar, ainda, o fato de que 45,3% dos jovens egressos do Projeto não conseguiram sua colocação no mercado de trabalho. Esta constatação corrobora para o entendimento de Andrade e Castro (2013, p. 160) que nos chama a atenção para o fato de que “as oportunidades ocupacionais dos jovens continuam a ser escassas, independentemente da elevação de sua escolaridade.” Portanto, nem sempre a oportunidade de qualificação profissional se traduz na entrada do jovem no mercado de trabalho em condições dignas e decente, uma vez que a realidade local apresenta um mercado de trabalho desestruturado e com altos índices de desemprego, não chegando a todos que o batem à porta.

Por sua vez, há de se considerar, positivamente, a capacidade que o Projeto Primeiro Passo apresentou de contribuir para que seu egresso galgasse uma vaga efetiva no mercado de trabalho. Neste sentido, quando olhamos para o nível de inserção do egresso do Projeto Primeiro Passo, os dados sinalizam para uma importante conquista dos jovens egressos do Projeto, se considerarmos somente os jovens que foram inseridos pela própria empresa, em que se encontravam desenvolvendo a aprendizagem. Para o período 2013/2014, de cada 100 jovens em cumprimento de contrato de aprendizagem pouco mais de 23 foram efetivados nesta condição. Comparando estes dados com a avaliação externa realizada pela Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (2013) com base nos dados de 2011/2012, constata-

se que ocorreu crescimento em torno de 100% no aproveitamento do egresso pela empresa em que ele desempenha sua aprendizagem, uma vez que segundo os dados da pesquisa da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (2013) em termos absolutos o aproveitamento para o período de 2010/2011 foi de 12 jovens para cada 100 inseridos na condição de aprendiz.

Assim de forma geral o Projeto Primeiro Passo se articula com a iniciativa privada na perspectiva de qualificar jovens aprendizes que se apresentem para além da obrigatoriedade legal do cumprimento da cota de aprendizagem, mas que se tornem potenciais colaboradores para futuro ingresso nos quadros funcionais das empresas parceiras do projeto.

Apesar dos bons resultados alcançados com o Projeto Primeiro Passo, não se pode perder de vista o fato de que o número de contratos de Aprendizagem realizados no estado do Ceará se encontra muito aquém do potencial de vagas de aprendizagem demandados pelas empresas, uma vez que atingimos somente 37,91% de aproveitamento das 12,5 mil vagas existentes no estado (Quadro 6). Exigindo, portanto maior presença da SRTE/CE na fiscalização e acompanhamento do cumprimento da Lei da Aprendizagem.

Destacamos ainda que o Projeto Primeiro Passo, se apresenta como uma significativa estratégia para a melhoria da condição de vulnerabilidade social da juventude cearense, principalmente daqueles jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social e apresenta como já visto ao longo de nosso estudo maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal. Para este segmento etário da população a exclusão do mundo do trabalho tem apresentado grande resistência em diminuir, mesmo num contexto de maior crescimento econômico, aumento do emprego formal e dos níveis de escolaridade. Prova disto é que as taxas de desemprego juvenil se mantiveram praticamente inalteradas na última década.

Por fim, supõe-se que, em um cenário onde a exclusão do jovem do mundo do trabalho, tem cor, sexo, nível de renda familiar e escolaridade o expressivo diferencial do Projeto Primeiro Passo na inclusão de jovens no mercado de trabalho ocorre pelo fato do Projeto criar oportunidades tanto para o aprendiz quanto para as empresas e vem contribuindo para que jovens nestas condições residentes na periferia de Fortaleza e região metropolitana possam experienciar oportunidades de inserção no mundo do trabalho por meio da Aprendizagem Profissional.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Mirian; CASTRO, Mary Garcia. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. **Cadernos Adenauer**, ano XVI, n. 1, p. 13-25, 2015. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/16488-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2015.
- ALBUQUERQUE, Cristina; GENNARI, Adilson Marques. Precarização do trabalho no Brasil. Mapeamento das configurações sociais, econômicas e políticas e impactos nas condições de vida dos trabalhadores e famílias. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7, 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ALAST, 2013. Disponível em: <http://congressoalast.com/?page_id=518>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- ALVES, Giovanni; CORSI, Francisco Luiz. Século XXI – uma perspectiva crítica: crise financeira global e o capitalismo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 16-25, maio 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33e/art02_33esp.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.
- ANDRADE, Carla Coelho de; CASTRO, Jorge Abrahão de. Juventude, educação e trabalho: avanços e desafios. In: ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; MACAMBIRA, Júnior (Orgs.). **Trabalho e formação profissional: juventudes em transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013. p. 155-168.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 out. 2014.
- AZEREDO, Beatriz. **Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira**. São Paulo: Unicamp, 1998.
- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. 2. reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. 519 p. (Coleção Aprender).
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. **Secretaria Nacional de Juventude**. Brasília, 2015a. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas/secretaria-nacional-de-juventude>>. Acesso em: 12 jan. 2015.
- _____. Presidência da República. Secretaria de Governo. **Secretaria Nacional de Juventude**. Brasília, 2015b. Disponível em: <<http://secretariageral.gov.br/iniciativas/juventude/secretaria-nacional-de-juventude>>. Acesso em: 12 jan. 2015.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual da aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz**. 9. ed. rev. e ampl. Brasília, jan. 2014a. Disponível em: <https://www.nube.com.br/informacoes/cartilha_aprendiz/cartilha.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. Departamento de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda para Juventude. **Aprendizagem profissional: promove trabalho decente**

para a juventude e desenvolvimento social e econômico para o Brasil. Brasília, nov. 2014b. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF80808148EC2E5E014A150BF6DB1B66/Painel%20II%20-%20Apresenta%C3%A7%C3%A3oAprendizagem%20MROSC.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Portaria nº 114, de 7 de fevereiro de 2014. Altera a Portaria MEC nº 168, de 7 de março de 2013, que dispõe sobre a oferta da Bolsa Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 28, 10 fev. 2014c. Seção 1, p. 14-15. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/portaria_114.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. **Nota Informativa 017/2014**. Assunto: Pronatec Aprendiz. Brasília, 8 abril de 2014d. Disponível em: <http://www.uftm.edu.br/pronatec/images/images/notas_tecnicas/NOTA_INFORMATIVA_17.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para Juventude. Coordenação-Geral de Preparação e Intermediação de Mão-de-Obra Juvenil. **Boletim da Aprendizagem Profissional**, ano 2013 (janeiro/novembro), 9 jan. 2014e. Disponível em: <http://proativadopara.com.br/downloads/Boletim%20da%20Aprendizagem_2013.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para Juventude. Coordenação-Geral de Preparação e Intermediação de Mão-de-Obra Juvenil. **Boletim da Aprendizagem Profissional**, ano 2013, 11 fev. 2014f. Disponível em: <[http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814373793B0144271731550BCC/Boletim%20da%20Aprendizagem_2013%20\(2\).pdf](http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814373793B0144271731550BCC/Boletim%20da%20Aprendizagem_2013%20(2).pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego. Plano de Desenvolvimento da Escola. Plano Brasil Sem Miséria. **Pronatec: Brasil sem miséria**. Brasília, 2013a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/Pronatec_BSM_nova_04.2013.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Plano de Desenvolvimento da Escola. **Portaria nº 168, de 7 de março de 2013**. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília, 2013b. Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/port_168_070313.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Características do emprego formal – RAIS 2013 – principais resultados**. Brasília, 2013c. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF80808148855DD70148A94A81E923FD/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20RAIS%202013%20consolidado%20final.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos

jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 ago. 2013d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 12 jan. 2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Políticas públicas de juventude**. Brasília, jan. 2013e. 36 p. Disponível em: <http://www.bemtv.org.br/centralsolidaria/downloads/cartilha_politicas_publicas_para_juventude_2013.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 18, de 24 de maio de 2012. Institui o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS-TRABALHO. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, ano CXLIX, n. 101, 25 maio 2012a. Seção 1.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Características do emprego formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2012 – RAIS 2012**. Brasília, 2012b. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF808081419E9C900141B74A39245892/Principais%20Resultados%20-%20Ano%20base%202012%202.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Resolução nº 696, de 28 de junho de 2012. Altera a Resolução nº 679, de 29 de setembro de 2011, que estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 jul. 2012c. Seção 1, p. 131-138.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7.721, de 16 de abril de 2012. Dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação de matrícula e frequência em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, com carga horária mínima de cento e sessenta horas. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 abr. 2012d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7721.htm>. Acesso em: 20 jul. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Características do emprego formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2011 – RAIS 2011**. Brasília, 2011a.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. **Resolução n.º 679, de 29 de setembro de 2011**. Estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego. Brasília, 2011b. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/fundos/FAT_Res679.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico

e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 207, 27 out. 2011c. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm>. Acesso em: 20 jul. 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Características do emprego formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2010 – RAIS 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/rais/2010/arquivos/Resultados_Definitivos.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Construção Civil é o setor econômico que mais cresce no país**. Brasília, 06 ago. 2009a. Disponível em: <<http://mte.jusbrasil.com.br/noticias/1640742/construcao-civil-e-o-setor-economico-que-mais-cresce-no-pais>>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Cresce o número de trabalhadores formais no Brasil. Brasília, 06 ago. 2009b. Disponível em: <<http://mte.jusbrasil.com.br/noticias/1653677/cresce-o-numero-de-trabalhadores-formais-no-brasil>>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Características do emprego formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2007 – RAIS 2009**. Brasília, 2009c. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/rais/resultado_2009.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Características do emprego formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2007 – RAIS 2007 – principais resultados**. Brasília, 2007a. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/rais/2007/arquivos/Resultados_Definitivos.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Departamento de Emprego e Salário. Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais RAIS – 2006**: dados estatísticos da empregabilidade no Brasil. Brasília, 2007b.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 dez. 2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm>. Acesso em: 29 dez. 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 dez. 2005b.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 16/99. **Educação profissional e tecnologia**: legislação básica. Brasília, 2005c.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1º jul. 2005d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso em: 29 dez. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Características do emprego formal – RAIS 2007 - principais resultados**. Brasília, 2005e. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/rais/resultado_2005.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Resolução nº 408, de 28 de outubro de 2004. Revogada pela Resolução nº 575/2008. Institui os Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs no âmbito da Resolução nº 333, de 10 de julho de 2003, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 nov. 2004a. Seção 1, p. 144.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Federal nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jul. 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 29 dez. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Características do emprego formal – principais resultados – RAIS 2003**. Brasília, 2003a. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/rais/resultado_2003.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ: 2003-2007**. Brasília, 2003b. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/sethas_sine/DOC/DOC000000000021205.PDF>. Acesso em: 1 jul. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ 2003**. Brasília, 2003c. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/pnq/conheca_base.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2000a.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Resolução nº 258, de 21 de dezembro de 2000. Revogada pela Resolução nº 333/2003. Estabelece critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, implementado sob gestão da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, por meio de Planos Estaduais de

Qualificação – PEQs, em convênio com as Secretarias Estaduais de Trabalho, e de Parcerias Nacionais e Regionais (PARCERIAS) com instituições governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dez. 2000b. Seção 1, p. 116-118.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Resolução CODEFAT nº 194, de 23 de setembro de 1998. Revogada pela Resolução nº 258/2000. Estabelece critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador -PLANFOR, implementado sob gestão da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional – SEFOR, do Ministério do Trabalho – MTb, por meio de Planos Estaduais de Qualificação – PEQs, em convênio com as Secretarias Estaduais de Trabalho, e de Parcerias Nacionais e Regionais (PARCERIAS) com instituições governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, no período 1999-2002. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 set. 1998. Seção 1, p. 7-8.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRITO, Vera Lúcia Alves de. O público, o privado e as políticas educacionais. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Maria R. T. (Orgs.). **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 129-140.

CARVALHO, Ana Cristina Marques de, SOUZA, Leonardo Pellegrino de. Ativos intangíveis ou capital intelectual: discussões da contradição na literatura e proposta para sua avaliação. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 73-83, jan./jun. 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer, Kauss Brandini Gerhart. São Paulo: Paz e Terra, 2007. v. 1, p. 68.

CASTRO, Jorge Abrahão de; MENEZES, Raul Miranda. **Avanços e limites na gestão da Política Federal de ensino fundamental nos anos 1990**. Brasília, abr. 2003. (Texto para Discussão n. 947).

CEARÁ. Governo do Estado. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Secretaria da Educação. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. **Programa para Resultados (PforR)**. Estratégia de desenvolvimento econômico para o Estado do Ceará a partir do fortalecimento do setor produtivo, apoiada em inovação e com foco na formação de capital humano. Parte I – Diagnóstico e estratégias para o desenvolvimento do setor produtivo. Parte II – Estratégias e plano de ação para formação de capital humano – ações iniciais. Ceará, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/phocadownload/relatoriopforr.pdf>> e <http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/programas/Programa_para_Resultados_PforR2015.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2015.

CEARÁ. Governo do Estado. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. **Relatórios de acompanhamento e supervisão ano 2014**. Fortaleza, 2014a.

_____. Governo do Estado. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. **Cadastro de jovens aprendizes ano 2014**. Fortaleza, 2014b.

_____. Governo do Estado. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. **Relatórios de acompanhamento e supervisão ano 2013**. Fortaleza, 2013a.

_____. Governo do Estado. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. **Cadastro de jovens aprendizes ano 2013**. Fortaleza, 2013b.

_____. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Plano Plurianual 2012-2015**. [Fortaleza, 2012]. Disponível em: <<http://www.seplag.ce.gov.br/PPA>>. Acesso em: 8 mar. 2014.

CHARINE, Adriana; FARID, Jacqueline. PIB do Brasil fecha 2009 com retração de 0,2%, a primeira queda anual em 17 anos. **Estadão**, São Paulo, 11 mar. 2010. Economia. Negócios. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,pib-do-brasil-fecha-2009-com-retracao-de-0-2-a-primeira-queda-anual-em-17-anos,8580e>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

CLEMENTINO, Josbertini Virgínio; CORDEIRO, Maria Celeste Magalhães. Políticas públicas de juventude no Brasil: resgate de uma trajetória em construção. **O público e privado**, Fortaleza, p. 13-28, 2013.

COSTA, Mardônio de Oliveira. **Juventudes e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza**: trajetórias recentes. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2014. 114 p. Disponível em: <<http://www.sineidt.org.br/PortalIDT/arquivos/publicacao/Juventudes%20e%20Mercado%20de%20Trabalho%20na%20Regi%C3%A3o%20Metropolitana%20de%20Fortaleza.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

COSTA, Patricia Vieira da; FALCÃO, Tiago. O eixo de garantia de renda do Plano Brasil Sem Miséria. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Organização de Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. Brasília, 2014. p. 237-259. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2015.

COSTA, Patricia Vieira da; MÜLLER, Luiz Herberto; CARDOSO, Margarida Munguba; SOUSA, Marcelo de; LIMA, Luciano Maduro Alves de. A estratégia de inclusão produtiva urbana no Plano Brasil Sem Miséria. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Organização de Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. Brasília, 2014. p. 289-321. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2015.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Os números da rotatividade no Brasil**: um olhar sobre os dados da RAIS 2002-2013. São Paulo, 2014. 15 p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo, 2012. 404 p.

_____. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011: qualificação social e profissional**. 3. ed. São Paulo, 2011a.

_____. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo, 2011b. 128 p.

_____. **Trajéorias da juventude nos mercados de trabalho metropolitanos: mudanças na inserção entre 1998 e 2007**. São Paulo, 2008.

DELUIZ, Neise. A globalização econômica e os desafios à formação profissional. **Boletim técnico do SENAC**, v. 22, n. 2, 1996. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/bts/222/boltec222b.htm>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, M. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ANDRADE, Liane Ribeiro; ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2009. p. 21.

FERNANDES, José Henrique Paim. Acesso à educação e combate à desigualdade: o papel da educação no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Organização de Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. Brasília, 2014. p. 543-560. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2015.

FERNANDES, L. A.; GOMES, J. M. M. Relatórios de pesquisa nas Ciências Sociais: características e modalidades de investigação. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, 1º semestre 2003. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/11638/6840>>. Acesso em: 6 jul. 2014.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 65-74, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a08.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A. A política de educação profissional no Governo Lula. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, n. especial, p. 1087-1113, out. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA. **Avaliação externa e acompanhamento de egressos do Projeto Primeiro Passo Aprendiz**. Fortaleza: Bússola, 2013.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2014.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é uma saída? In: ANDRADE, Carla Coelho de; AQUINO, Luseni Maria C. de Aquino; CASTRO, Jorge Abrahão de (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 127.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Perfil do trabalho decente no Brasil**: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000. Organização Internacional do Trabalho. Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2012. 416 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (2013)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (2012)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (2003)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2003/coeficiente_brasil.shtm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Situação social da população negra por estado**. Brasília, 2014. 115 p.

_____. **PNAD 2011**: primeiras análises sobre o mercado de trabalho brasileiro. Brasília, 11 out. 2012. (Comunicados do IPEA, n. 156). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3561/1/Comunicados_n156_PNAD.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2015.

LEON, Alessandro Lutfy Ponce de. Juventude, juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. In: ANDRADE, Liane Ribeiro; ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2009. p. 21.

LIMA, Ângela Maria de Sousa. Os impactos da globalização no mundo do trabalho. **Terra e Cultura**, Londrina, ano XX, n. 39, jul./dez. 2004.

LIMA, Antonio Almerico Biondi. A qualificação no sistema público de emprego: uma análise a partir das resoluções do CODEFAT. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras (Org.). **Políticas públicas de qualificação**: desafios atuais. São Paulo: A+Comunicação, 2007.

LIMA, Antonio Almerico Biondi. Construindo diálogos. **Diálogo social e qualificação profissional**: experiências e propostas. Brasília: MTE, SPPE, DEQ, 2005. v. 1, 39 p.

LOBATO, Ana Laura; LABREA, Valéria Viana. Juventude e trabalho: contribuição para o diálogo com as políticas públicas. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Ministério do Trabalho e Emprego. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise. Brasília, 2013. n. 55.

LOTT, OLIVEIRA BRAGA & ADVOGADOS ASSOCIADOS. **Crise financeira mundial e as consequências no mundo do trabalho**. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.lottbraga.com.br/artigo_fgv.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

LÚCIO, Clemente Ganz. Desemprego à vista. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2015. Disponível em: <<https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=294>>. Acesso em: 20 maio 2015.

MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. **Programa Juventude Empreendedora: um olhar sobre o trabalho e a vida do jovem egresso**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho; Universidade Estadual do Ceará; Banco do Nordeste do Brasil, 2013. 45 p.

MARINHO, Luiz. **Opinião – geração de emprego no Brasil e mercado interno**. Brasília: Associação Nacional dos Funcionários do Bando do Brasil, 2015. Disponível em: <<http://www.anabb.org.br/mostraPaginaCorpo.asp?codPagina=13441&codServico=4&tituloPagina=OPINI%C3%20-%20Gera%E7%E3o%20de%20emprego%20no%20Brasil%20e%20mercado%20interno>>. Acesso em: 20 maio 2015.

MENDES, Marcos. **Crescimento de longo prazo da economia brasileira tem sido satisfatório?**. [Brasília: s.n.], 2013. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/wp-content/uploads/2013/05/o-crescimento-de-longo-prazo-da-economia-brasileira-tem-sido-satisfatorio.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NERES, Marisa Souza; SOUZA, Marta Rovey. Flexibilização do mundo do trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 29 de setembro a 03 de outubro de 2008, Caxambú, MG. **Anais...** Caxambú, MG: ABEP, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1589.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório tendências mundiais do emprego 2014**. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/emprego-juvenil>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

_____. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.oit.org.pe/tdj>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Mundial da Juventude**. "Emprego de jovens: perspectivas da juventude na busca de trabalho decente em tempos de mudança". ONU Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.onu.org.br>>. Acesso em: 8 mar. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **O estado de segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional**. Brasília, 2014, 90 p. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/>>. Acesso em: 2 out. 2014.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. Atualidades da “questão social”, da justiça social e da gestão de políticas públicas. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Bezerra (Orgs.). **Estado e políticas sociais: fundamentos e experiências**. Fortaleza: IDT, UECE, 2014. p. 32-55. Disponível em: <http://www.sineidt.org.br/Publicacoes/Livros/009_Estado_e_Políticas_Sociais_Fundamentos_e_Experiencias.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2015.

OS AVANÇOS e desafios da Política Nacional de Juventude. Disponível em: <<https://registrojuventude.files.wordpress.com/2011/02/dimensc3b5es-da-polc3adica-nacional-de-juventude.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

PARAGUASSU, Lisandra. Brasil reduz a pobreza extrema em 75% entre 2001 e 2012, diz FAO. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 set. 2014. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-reduz-a-pobreza-extrema-em-75-entre-2001-e-2012-diz-fao,1560931>>. Acesso em: 20 set. 2015.

PIMENTA, Melissa de Matos. “**Ser jovem**” e “**ser adulto**”: identidades, representações e trajetórias. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>>. Acesso em: 9 jun. 2014.

POCHMANN, Márcio. Trabalho em questão neste início de século XXI. In: NEVES, L.; VIDAL, F.; BRAGA, T. **Trabalho em questão**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2010. (Série Estudos e Pesquisas, n. 86).

_____. **A batalha pelo primeiro emprego**: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

_____. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A batalha pelo primeiro emprego**. Campinas: Unicamp, 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014**. Sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. New York, 2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. Juventudes, trabalho e educação: uma agenda pública recente e necessária. Por quê?. In: ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; MACAMBIRA, Júnior (Orgs.). **Trabalho e formação profissional**: juventudes em transição. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013. p. 73-88.

SANTOS, Sebastião Luiz Oliveira dos. **Política educacional e reforma do Estado no Brasil**. 2010. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/dcp/wp-content/uploads/2011/10/Disserta%C3%A7%C3%A3o-de-2010-Sebasti%C3%A3o-Luiz-Oliveira-dos-Santos.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2014.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: ANDRADE, Carla Coelho de; AQUINO, Luseni Maria C. de Aquino; CASTRO, Jorge Abrahão de (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 43-69.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II**. Florianópolis: Udesc, 2002. (Caderno Pedagógico).

SOARES, Andréa de Almeida Rosa. As mudanças na educação brasileira no contexto neoliberal e suas implicações no ensino superior. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO

DE HUMANIDADES, 8., 2007, Campos de Goytacazes, RJ. **Anais...** Campos dos Goytacazes, RJ: [s.n.], 2007.

SOUSA, Antonia de Abreu, OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. Trabalho, juventude e educação no contexto do capitalismo atual. In: ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; MACAMBIRA, Júnior (Orgs.). **Trabalho e formação profissional: juventudes em transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013. p. 91-104.

UCHOA, Carlos Frederico A.; MENEZES, Wilson F. A inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro. In: ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra, MACAMBIRA, Júnior (Orgs.). **Trabalho e formação profissional: juventudes em transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013. p. 105-132.

VICENTE, Jose, MARTINS, Telma César da Silva. Experiências do protagonismo da juventude negra na Faculdade Zumbi dos Palmares. **Educação & Linguagem**, v. 14, n. 23/24, p. 57-74, jan./dez. 2011.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: 2002**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 10520: 2002**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BRAGA, José Carlos. Financeirização global. In: TAVARES, Maria Conceição; FIORI, José Luís. **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRAGA, Lott Oliveira. **Crise financeira mundial e as consequências no mundo do trabalho**. Disponível em: <http://www.lottbraga.com.br/artigo_fgv.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2014.

BRAGA, Thaiz. Inserção dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos: uma década de desigualdades entre os grupos etários. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 21, n. 1, jan./mar. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **O Brasil sem miséria no seu Estado relatório simplificado**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=bsm_no_estado_simp>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Anuário Estatístico RAIS/CAGED**: período: 2000-2013. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/rais/estatisticas.htm>>. Acesso em: 29 dez. 2013.

_____. Ministério do Trabalho. **Resolução n.º 692/2012-CODEFAT**. Brasília, 2012. Disponível em <<http://www.mte.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

_____. Conselho Nacional de Juventude (CONJUV). **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003 – 2011**. Brasília, 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual da aprendizagem**: o que é preciso saber para contratar o jovem aprendiz. 3. ed. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Trabalho. **Resolução nº 575/2008-CODEFAT**. Brasília, 2008. Disponível em <<http://www.mte.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

_____. Conselho Nacional de Juventude (CONJUV). **Política Nacional de Juventude**: diretrizes e perspectivas. 2. ed. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Tecnologia Industrial. **Educação corporativa no contexto industrial, tecnológica e do comércio exterior**. Atividades de Educação Corporativa no Brasil. Belo Horizonte, jun. 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Resolução nº 333/2003-CODEFAT**. Brasília, 2003. Disponível em <<http://www.mte.gov.br/legislacao>>. Acesso em 01 jul. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **PLANFOR**: Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. Brasília, 2001.

_____. Decreto Federal nº 5.452, de 01 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/de15452.htm>. Acesso em: 29 dez. 2013.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Política macroeconômica**. Disponível em: <<http://www.cni.org.br/portal/data/pages/FF808081272B58C001273384E2D4731A.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

FERRAREZI, Elisabete. **Estado e setor público não estatal**: perspectivas para a gestão de novas políticas sociais. [São Paulo: ANAESP,] 1997. Disponível em: <http://www.anesp.org.br/userfiles/file/estudos/estado_setor.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2015.

FONTES NETO, Geremias de Mattos; CARVALHO, Paulo Gonzaga M. de; FEIJÓ, Carmem Aparecida; SOUTO, Fernando Antonio Barreto Paulino. Transformações no mercado de trabalho recente e os jovens. In: ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; MACAMBIRA, Júnior (Orgs.). **Trabalho e formação profissional**: juventude em transição. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013. p. 170.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo. Atlas, 1999.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (2011)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/graficos_dinamicos/pnad2011/>. Acesso em: 8 fev. 2014.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (2006)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (2005)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. **Em 2012, PIB cresce 0,9% e totaliza R\$ 4,403 trilhões**. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2329>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília, 2010.

KREIN, José Dari; SANTOS, Anselmo Luis dos. A formalização do trabalho: crescimento econômico e efeitos da política laboral no Brasil. **Revista Nueva Sociedad Especial em Português**, jun. 2012. Disponível em: <www.nuso.org>. Acesso em: 21 jun. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNIO, José Carlos. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

MADEIRA, F. R. **Pobreza, escola e trabalho**. São Paulo: SEADE, 1993. (Perspectiva, n. 7).

_____. Geração de emprego e fortalecimento do mercado interno. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, 21 dez. 2005. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/artigos/geracao-de-emprego-e-fortalecimento-do-mercado-interno.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

MERCADANTE, Aloizio; DELFIM NETTO, Antônio. **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1998.

MORAES, Paulo Ricardo Silva de. Terceirização e precarização do trabalho humano. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 74, n. 4, p. 148-168, out./dez. 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório trabalho decente e juventude na América Latina: políticas para ação**. [S.l.], fev. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-02/desemprego-atinge-quase-8-milhoes-de-jovens-na-america-latina-revela>>. Acesso em: 3 jun. 2014.

POCHMANN, Márcio. Perspectivas das relações de trabalho no Brasil no começo do século 21. In: MACAMBIRA, Júnior; RIBEIRO, Rosana; CACCIAMALI, Maria Cristina (Orgs.). **Século XXI: transformações e continuidades nas relações de trabalho**. Fortaleza: IDT, BNB, USP, 2011. p. 127.

_____. **Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90**. Campinas: Unicamp, 1998.

RUTINA, Raquel; PEREIRA, Edmeire C. Novas tecnologias de informação e gestão em tempos de globalização. Londrina, v. 6, n. 2, p. 109-120, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.brappi.ufpr.br/download.php?dd0=10818>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

SAUL, A. M.; FREITAS, C.; PONTUAL, P. C. A avaliação do Plano Nacional de Qualificação PNQ – construindo referenciais. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras (Org.). **Políticas públicas de qualificação: desafios atuais**. São Paulo: A+Comunicação, 2007.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência IV: **Os jovens do Brasil: juventude, violência e cidadania**. Brasília: Edições Futura, UNESCO, 2004a.

_____. **Relatório de desenvolvimento juvenil 2003**. Brasília: UNESCO, 2004b.

ANEXO – CADASTRO DE INSCRIÇÃO DE JOVENS



CADASTRO DE INSCRIÇÃO DE JOVENS

Data do Cadastro
____/____/____

Municípios: _____
 Nome do Curso: _____
 Data do Início: _____

DADOS PESSOAIS

Nome:

CPF:	Dt. Nascimento:	Sexo:
_____	____/____/____	() Masculino () Feminino

Nº da Identidade:	Org. Expedidor:	UF:
_____	_____	_____

Endereço:

Município:	Bairro:
_____	_____

Ponto de Referência:	CEP:	Telefones para contato:
_____	_____	_____

Email do jovem:

Naturalidade:	Nº da Cart. De Trabalho	Nº de Série:	Código do SINE:
_____	_____	_____	_____

Deficiente?	Tipo de Deficiência:
() Sim () Não	_____

SITUAÇÃO FAMILIAR

Filiação

Pai:

Mãe:

<input type="checkbox"/> Órfão?	Se Órfão <input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Ambos	Estado Civil dos Pais: <input type="checkbox"/> Casados <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Separados <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Viúvo(a)
---------------------------------	---	--

Ocupação do Pai/ Renda :
Ocupação da mãe/ Renda:

Situação de Moradia: <input type="checkbox"/> Mora com Familiares?	Cor/raça do Jovem: <input type="checkbox"/> Branco <input type="checkbox"/> Negro <input type="checkbox"/> Pardo <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Oriental <input type="checkbox"/> Não Informada
--	---

Responsável

Nome:

Grau de Parentesco:	Situação Profissional: <input type="checkbox"/> Autônomo <input type="checkbox"/> Empregado <input type="checkbox"/> Desempregado <input type="checkbox"/> Aposentado
----------------------------	---

Ocupação/ Renda do responsável:

EGRESSO/ESCOLA

Egresso / Identificação do Município:

Relação com a escola:

Frequenta: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Nunca	Instituição de Ensino
Série:	Turno:

Endereço da Instituição de Ensino:
Nome do Diretor(a):
CNPJ da Instituição de Ensino :

Tipo de Escola: <input type="checkbox"/> Bolsista <input type="checkbox"/> Conveniada <input type="checkbox"/> Privada <input type="checkbox"/> Pública	Telefone da Escola:

Data do Atendimento:
/ /